

**Homens e dinâmicas
culturais:
saúde reprodutiva, relações
raciais, violência**

[Série] **Família e Gênero** | nº 13

Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência

Marion Teodósio de Quadros

Liana Lewis

[orgs.]

*Publicações Especiais do Programa de
Pós-Graduação em Antropologia/FAGES
Universidade Federal de Pernambuco*

**Editora
Universitária**  **UFPE**

Recife, 2011

Universidade Federal de Pernambuco
Publicações Especiais do Programa de Pós Graduação em Antropologia
© Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade (FAGES)

Conselho Editorial

Antônio Carlos Motta	Marion Teodósio de Quadros
Bartolomeu Figueirôa de Medeiros	Mísia Reesink
Danielle Perin Rocha Pitta	Peter Schröder
Edwin Reesink	Renato Athias
Josefa Saletta Barbosa Cavalcanti	Roberta Campos
Judith Chambliss Hoffnagel	Roberto Motta
Luís Felipe Rios	Russell Parry Scott
Maria Aparecida Lopes Nogueira	

Núcleo de Pesquisa Família, Gênero e Sexualidade

Coordenadores: Russell Parry Scott e Judith Chambliss Hoffnagel
<http://www.ufpe.br/fages>
fages@ufpe.br

Créditos

Capa | Ana Farias
Projeto Gráfico | Evelyn Rodrigues
Diagramação | EdUFPE
Revisão | Sérgio Claudino de Santana
Revisão Final | Marion Teodósio e Liana Lewis

Montagem e Impressão

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 | Várzea, Recife - PE | CEP: 50.740-530
Fones: (0xx81) 2126.8397 | 2126.8930 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Editora Associada a



Catálogo na fonte

Bibliotecária Joselly de Barros Gonçalves, Crb4-1748

H765 Homens e dinâmicas culturais : saúde reprodutiva, relações raciais, violência / [organizadoras] Marion Teodósio de Quadros, Liana Lewis. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.
173 p. – (Família e gênero ; n.º.13).

Publicações Especiais do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/FAGES, Universidade Federal de Pernambuco.
ISBN 978-85-7315-985-1 (broch.)

1. Antropologia. 2. Homem. 3. Masculinidade. 4. Anticoncepção. 5. Saúde reprodutiva. 6. Relações raciais. 7. Violência. I. Quadros, Marion Teodósio de, 1967- (Org.). II. Lewis, Liana (Org.). III. Série.

305.31

CDD (22.ed.)

UFPE (BC2011-175)

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmes, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. *Todos os direitos reservados.*

Apresentação

Parry Scott

As pesquisadoras e professoras Marion Quadros e Liana Lewis foram muito felizes na organização desta coletânea, que reflete uma intensificação de uma tradição de pesquisas sobre homens e masculinidades em esferas internacionais, nacionais e locais. Aproveitaram as suas inserções acadêmicas em múltiplos espaços para convidar um grupo seletivo de pesquisadores para elaborar os trabalhos aqui presentes que abordam assuntos relevantes para a compreensão de homens e dinâmicas culturais. A introdução aos trabalhos, escrita pelas organizadoras, situa bem essa relevância temática, relegando a esta apresentação o papel de realçar como a experiência de pesquisa e de integração acadêmica através do programa PRODOC/CAPES contribuiu simultaneamente para a continuidade, renovação e enriquecimento temático da graduação, da pós-graduação e dos Núcleos de Pesquisa.

A participação no PRODOC foi uma das inúmeras atividades que desembocaram na integração efetiva de ambas no corpo docente da Universidade Federal de Pernambuco, como professoras concursadas em antropologia e sociologia, respectivamente. Ao lecionar para turmas de ciências sociais e de áreas afins, sobre temas gerais das áreas disciplinares e sobre os temas específicos de gênero, educação, saúde, etnicidade e raça, elas ampliaram a exposição dos alunos aos trabalhos contemporâneos nessas áreas. A pós-graduação contou também com importantes contribuições nas mesmas áreas. Mas estes ganhos para os cursos da Universidade não são as questões principais em jogo aqui. O que chama muita atenção é como a presença de pesquisadoras jovens e com afinco para trabalhar, contribuiu para a consolidação do trabalho com este tema no Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), numa época de intensificação de atividades de divulgação de resultados de pesquisas.

A produção do livro *Gênero, Diversidade e Desigualdades na Educação: Interpretações e Reflexões para Formação Docente* (Número 10 da Série Família e Gênero), resultado duma participação intensiva como co-coordenadoras num curso de formação de professores de nível fundamental e médio, promovido pela SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade) do MEC (Ministério de Educação e Cultura), já bastaria como demonstração da valiosa contribuição, tanto no campo acadêmico quanto no campo de extensão, para a promoção dum tratamento informado destes assuntos nos níveis mais básicos do sistema educacional, atingindo um dos objetivos mais caros do FAGES.

Este livro, confeccionado com apoio do PRODOC, foi um estímulo importante para o FAGES iniciar o novo formato visual da série Família e Gênero, sendo o primeiro número no novo formato (número 13 da série), que também inclui outros números que saem em 2011 apoiados pela ação 1433 – *Cidadania e efetivação de direito das mulheres*, que forneceu um apoio a Núcleos de Gênero com recursos provenientes da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (SPM), da Presidência da República. As outras coletâneas reúnem trabalhos sobre temas de interesse para os estudiosos do campo de gênero, abordando famílias, práticas profissionais em saúde, gerações jovens e idosas, e violência contra as mulheres. Seguindo as coordenadas da SPM, estas publicações disponibilizam textos de pesquisadores com trabalhos recentes, atualizando as informações e animando a discussão entre leitores interessados da academia, dos movimentos sociais e da gestão de políticas públicas.

A Professora Marion Teodósio de Quadros, integrante há duas décadas do FAGES, com doutorado pela PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, vem estudando sistematicamente saúde reprodutiva e relações de gênero com um enfoque sobre os homens, durante a sua carreira acadêmica. Já tendo experiência como professora do Curso de Pedagogia no campus do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco e em gestão e docência de cursos sobre políticas públicas e gênero, ela integrou o quadro permanente de professores do

Departamento de Antropologia e Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, onde atualmente leciona e orienta sobre assuntos relacionados com gênero, família, saúde, teoria antropológica e educação.

A Professora Liana Lewis, doutora pela Nottingham Trent University, vem de uma trajetória de estudos que enfatizou a infância em situação de rua. No exterior, em contato com ambientes escolares com populações refugiadas ganhou afinidade com a área de relações raciais, permitindo que continuasse realizando estudos etnográficos mais aprofundados sobre educação e relações raciais com estudantes do ensino fundamental em Pernambuco. Os interesses atuais abrangem relações raciais, poder, identidade e gênero, e como professora concursada de sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, integra o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e é vice líder do núcleo de pesquisa sobre Redes, Sociabilidade e Poder.

Com a coletânea aqui apresentada, percebe-se uma visualização mais sistemática da abrangência dos assuntos que ganham destaque nos estudos de gênero quando os olhares caem sobre os homens. Ao reunir sob uma única capa estes cinco artigos, esta coletânea faz justiça a uma área de ênfase que anteriormente aparecia apenas no meio dos outros estudos e em pesquisas individuais, mas que não recebia o devido destaque nas publicações do grupo.

Recife, maio de 2011

Sumário

Marion Teodósio de Quadros e Liana Lewis

11 Introdução

Capítulo 01 | Maria Coleta Oliveira, Elisabete Dória

23

Bilac e Malvina Muszkat

As novidades do gênero: homens e anticoncepção em camadas médias

Capítulo 02 | Marion Teodósio de Quadros

55

Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção em grupos populares

Capítulo 03 | Mairtín Mac an Ghail e Chris Haywood

95

Jovens (homens) Irlandeses – Etnicidades pós-coloniais – expandindo a nação e a irlandesidade

Capítulo 04 | Liana Lewis

121

Refugiados e o assombro do fluxo do diferente

Capítulo 05 | Parry Scott

141

Relatos de violência e a masculinidade juvenil

171

Sobre os autores

Introdução

O poder da dominação - estudos de gênero, homens e dinâmicas culturais

Marion Teodósio de Quadros

Liana Lewis

Os estudos de gênero, consolidados no Brasil, trazem novas reflexões para a área de família e ampliam preocupações com trabalho, saúde, cidadania e desigualdades. As mudanças no atendimento em saúde, a pandemia da AIDS e a mobilização/preocupação em torno das desigualdades de gênero, entre outros, têm evidenciado a importância dos componentes culturais/ identitários para uma compreensão mais acurada das situações vividas e uma maior eficácia das sugestões recomendadas. A demanda crescente, que vem acompanhando o desenvolvimento de pesquisas nessas temáticas, tem valorizado as abordagens qualitativas, nas quais há uma contribuição significativa da perspectiva antropológica para aprofundar o debate.

Essa tem sido uma preocupação dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), a partir de um investimento especial em pesquisa e ensino nas áreas de família, gênero, sexualidade e saúde, vinculadas ao FAGES (Grupo de Pesquisa Família Gênero e Sexualidade), sob a coordenação do Professor Parry Scott. Uma das ações que o PPGA realizou, para reforçar este investimento contínuo, foi a obtenção de uma bolsa de pós-doutorado (PRODOC/CAPES), da qual este livro resulta.

As atividades realizadas no âmbito desta bolsa de pós-doutorado (PRODOC/CAPES) enfatizaram questões de identidade masculina, abordando-as a partir de entrecruzamentos com estudos sobre sexualidade, saúde reprodutiva, família, geração e raça. Esses temas já vinham sendo tratados de modo pontual nas disciplinas 'Antropologia

da Saúde’ e ‘Família, Gênero e Poder’, bem como nos seminários regularmente oferecidos pelo FAGES. Uma demanda crescente de alunos da graduação e pós-graduação, em estudos que abordavam as condições de desemprego, de paternidade, de violência, de juventude, entre outros, cujo foco eram os homens, levou o FAGES/PPGA organizar o curso ‘Identidades Masculinas’, ministrado pela Professora Miriam Grossi, dos dias 18 a 20 de abril de 2001¹.

O curso abordou as questões de gênero, de masculinidade e de feminilidade; o trabalho como constituinte da identidade masculina; as questões de honra e violência masculinas; a paternidade e as emoções no masculino e nas relações de gênero. Os participantes debateram estes pontos dialogando com pesquisas concluídas ou em andamento, a maior parte delas realizadas a partir do FAGES/PPGA. Nas palavras da Professora Miriam Grossi (2004:30):

Pelas diferentes intervenções e pelos trabalhos de pesquisa apresentados pelos participantes do curso, Recife está na vanguarda dos estudos sobre masculinidade no Brasil.

Nesta ocasião, muitos participantes observaram que a noção de “masculinidades subalternas” não parecia apropriada para discutir masculinidades não hegemônicas, pois marcava, de modo negativo, os diferentes modelos identitários vivenciados pelos homens brasileiros (Grossi, 2004: 29).

Além disso, o FAGES coordenou o projeto ‘Enfrentando diferenças de gênero: consolidando e ampliando pesquisas e ações em saúde reprodutiva’, que foi desenvolvido durante os anos de 2001 a 2006, com financiamento da Fundação Ford e parceria do Instituto Papi². Este projeto contribuiu para dar continuidade à realização de

1 A Professora Miriam Grossi nos deu a honra de sua presença e fez do curso um momento intensivo de trocas e debates. Após o término do curso, ela publicou suas reflexões na coleção **Antropologia em primeira mão** do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2004 (Grossi, 2004).

2 Nos dois primeiros anos do projeto, houve também a parceria com o Projeto

uma série de pesquisas³ e promoveu seminários⁴ que tinham como foco questões de homens e masculinidades.

Deste modo, a atuação do FAGES tem sido importante para aprofundar o debate sobre identidade masculina como um dos desdobramentos das reflexões recentes sobre gênero e sexualidade. Tal contribuição tem sido feita a partir de um diálogo intenso entre a Antropologia e o Feminismo.

Em termos teóricos, esta discussão ampliou as possibilidades colocadas para a Antropologia da Mulher, a partir de uma reconstrução crítica da categoria ‘mulher’ como sujeito universal (Machado, 1992; Moore, 2004), que significou a admissão da existência de uma pluralidade de mulheres e sugeriu a reflexão sobre processos de dominação de modo diferenciado, pois eles também pareciam ser plurais. Isso ocorreu por meio de novas reflexões em várias áreas do conhecimento, implicando o desenvolvimento, por exemplo, de uma Antropologia Feminista que se constituiu nos anos de 1970 e tem se caracterizado por valorizar a diferença em estudos comparativos que interseccionam gênero e outros marcadores sociais como orientação sexual, idade, raça, classe, nacionalidade etc., baseados em pressupostos pós-estruturalistas (Moore, 2004).

PEGAPACAPÁ, uma iniciativa experimental de uso de expressões artísticas populares do nordeste, como meio de promover a prevenção em saúde reprodutiva.

3 Trabalhos de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, entre as quais podemos destacar as pesquisas sobre o alcoolismo (Joaquim Izidro Nascimento), sobre masculinidade e participação em contracepção (Marion Teodósio de Quadros) e sobre socialização de gênero e brincadeiras infantis (Valdonilson Barbosa dos Santos).

4 2º Seminário “Homens, gênero e políticas públicas” (tema: tempos, práticas e vozes); 3º Seminário “Homens, gênero e políticas públicas” (tema: participação popular) e 4º Seminário “Homens, gênero e políticas públicas” (tema: homens, feminismo e políticas públicas em saúde: entre a produção acadêmica e a pauta política). Os dois últimos seminários também contaram com a parceria do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Masculinidades (Gema) da UFPE.

Esboçou-se um novo modo de abordar a relação entre homens e mulheres e, no nível analítico, houve um deslocamento para as interações relacionais entre o masculino e o feminino, como princípios, qualidades que informavam não apenas seres corporificados, mas também significações presentes em todas as dimensões da vida social (Joan Scott, 1993).

No Brasil dos anos de 1980, ao mesmo tempo em que os estudos de gênero saem do limbo (Costa, Barroso e Sarti, 1985) e começam a ganhar legitimidade como categoria para análise de processos, fenômenos e grupos sociais, algumas reflexões feministas (Oliveira, 1983; Moraes, 1983; Cardoso, 1983) afirmam a necessidade da participação dos homens para a continuidade das conquistas feministas.

O caráter relacional, situacional e a proposição de trabalhar com identidades não fixadas *a priori*, que passaram a ser realçados com o uso da categoria gênero, possibilitaram um caminho teórico para a inclusão dos homens em um dos poucos terrenos no qual as mulheres eram o centro dos estudos: o campo do casamento, da família e da reprodução. E, mais que isso, o desenvolvimento de estudos sobre homens e masculinidades guiados por ideais de equidade, a partir da reivindicação de direitos sexuais e reprodutivos.

As mulheres e outros grupos oprimidos passam a acreditar na possibilidade de transformações paulatinas que possibilitem a promoção de seus direitos. Assim, nos anos de 1990, opera-se um deslocamento em que o homem deixa de ser visto como responsável pelas práticas de dominação, para ser considerado um condutor agonístico (Foucault, 1985) de processos de dominação. O interesse pelos estudos sobre homens começa a proliferar, e as diferenças internas entre grupos sociais realçam processos de identificação de múltiplas masculinidades, para caracterizar e analisar mecanismos de dominação masculina.

Os estudos sobre homens e masculinidades, contudo, são bastante variados quanto às orientações teórico-metodológicas e aos recortes de pesquisa. Muitos deles estariam fazendo associações lineares entre homem–masculino e mulher–feminino, associações que foram

contundentemente criticada nos estudos de mulheres, não levando em conta a perspectiva relacional, pressuposto do desenvolvimento da categoria gênero (Costa, 2002). Além disso, não desfrutaram de um lugar unânime dentro das prioridades do feminismo, nem na academia nem na militância (Quadros, 2006; Adrião, 2005).

Um forte debate em torno da constituição de uma nova área de estudos sobre homens e masculinidades, bem como sobre o investimento em pesquisas a ela relacionadas, assumiu um caráter acalorado na década de 1990, quando muitos financiamentos de agências internacionais de fomento foram direcionados para tais estudos. Algumas reflexões tornaram-se importantes:

- 1) se as relações de dominação se transformam, os homens também não poderiam transformar-se a partir da perspectiva da equidade de gênero?
- 2) Se não há um substrato biológico que seja fonte de identidade, alguns homens não poderiam estar mais próximos da luta feminista, em pensamentos e práticas, que algumas mulheres (por exemplo, homens que são a favor do aborto e mulheres que são contra)?
- 3) O conhecimento das especificidades masculinas e a promoção de direitos para homens, que têm menos poder devido às suas outras posições sociais como classe e raça, teriam um rebatimento na melhoria da qualidade de vida das mulheres? (Quadros, 2004: 49).

O desenvolvimento de estudos de gênero que focalizaram a construção social das masculinidades nos últimos anos foi importante para aprofundar as discussões acerca da problemática do gênero na teoria social geral (Gomáriz, 1992; Villela e Arilha, 2003). Também evidenciou a perspectiva feminista que muitas pesquisas assumiram frente a uma crescente polêmica sobre uma pretensa autonomia dos estudos sobre homens e masculinidades. Estes radicalizavam a dimensão relacional inerente à categoria de gênero, sem matizar a dimensão política do debate que havia originado a incorporação desta categoria pela academia e pelos movimentos sociais feministas/de mulheres no Brasil.

Considerando os estudos sobre homens e masculinidades como uma das vertentes dos estudos de gênero, esta coletânea aponta reflexões sobre questões relacionadas à saúde reprodutiva (tendo como foco a contracepção), às relações raciais e à violência. Os trabalhos, aqui apresentados, consideram que a identidade masculina é diversificada de acordo com o tempo e o espaço, com o grupo social, com a geração, com a raça, com a origem étnica e com as crenças culturais, evidenciando que os traços que compõem as masculinidades estão presentes nas pessoas e nas instituições.

Quando organizamos a proposta pensamos em selecionar autoras e autores que considerassem as dinâmicas culturais e evidenciassem os processos de dominação aí presentes. Avaliamos estes como um caminho profícuo para o debate e acreditamos que as reflexões antropológicas e feministas podem ser enriquecidas a partir da ênfase em tais dinâmicas.

A ênfase em processos diferenciados de vivenciar as relações de poder continua a ser uma das principais bases para a reflexão. Neste sentido, alguns pesquisadores abordam o poder como uma experiência não muito benéfica, pois ter poder pode causar dor, isolamento e alienação. Outros (*men's studies*) enfocam experiências masculinas de falta de poder, propondo a união dos homens contra o sexismo. Tanto num caso quanto no outro, o poder masculino é visto como uma fonte de fragilidade (Costa, 2002).

Nos trabalhos aqui apresentados, os homens possuem vulnerabilidades, mas isso não significa dizer que são mais vulneráveis que as mulheres, como fazem alguns estudiosos decantando uma série de indicadores de morbidade e mortalidade. É o próprio exercício do poder masculino que torna os homens mais vulneráveis a certas questões relacionadas, por exemplo, à sua saúde. Por outro lado, muitos incômodos masculinos se referem à posição de classe, de raça, de etnia ou de geração. Os artigos, aqui contidos, inter-relacionam estes marcadores de modos variados a partir de dinâmicas culturais que visibilizam o poder e a dominação masculinas em diferentes circunstâncias e cenários, locais e globais. Pesquisar os homens e as

masculinidades, portanto, significa focalizar a relação com o poder da dominação.

Neste sentido, Maria Coleta Oliveira, Elisabete Dória Bilac e Malvina Muszkat, no artigo ‘As novidades do gênero: homens e anticoncepção em camadas médias’, ao estudarem as camadas médias de São Paulo, mostram como as percepções, acerca da reprodução e anticoncepção, estão permeadas por questões geracionais e como mudanças ocorridas em diferentes épocas históricas permeiam as escolhas e ‘constroem’ opções diferenciadas que influenciam a tomada de decisões. Este estudo ressalta processos de naturalização do corpo da mulher e da maternidade que acionam formas específicas de controle sobre os corpos que se atrelam a formas diferenciadas de dominação. O interessante é que tais formas são vividas como sinônimos de liberdade e igualdade. Configura-se, desta maneira, um bom exemplo de como a diferença e a igualdade podem estar contempladas numa mesma situação, e como é difícil engajar, de modo equânime, as negociações que parecem estar englobadas por uma dominação persistente.

Abordando o mesmo tema em uma população diferente, o artigo ‘Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção⁵ em grupos populares do Recife’, de Marion Teodósio de Quadros, chama a atenção para as formas como os homens, que moram num bairro de periferia, categorizam as mulheres a partir de percepções acerca do exercício da sexualidade destas. Neste sentido, não apenas a experiência, mas também o conhecimento sobre o ato sexual são indicadores importantes do tipo de relação afetiva a ser estabelecida. Estas categorizações também informam os graus de responsabilidade e comprometimento do homem no caso de uma eventual gravidez. Tais percepções são socializadas entre os grupos de pares como forma de afirmação da virilidade masculina. O artigo evidencia que ideias, valores e práticas masculinas ligadas à contracepção podem ajudar a compreender como ser homem é constituído de forma relacional. O

5 O termo contracepção tem o mesmo significado que o termo anticoncepção, adotado pelas autoras do artigo anterior. A adoção de um ou do outro termo pelas autoras foi respeitada pelas organizadoras.

estudo ressalta também quais os processos, nos quais a ausência e a participação na contracepção, se apresentam como formas de reafirmar poder e realçar os mecanismos de controle sobre as mulheres, não só nos casos em que os homens procuram reafirmar este poder, e as dificuldades de mudança de tais mecanismos, como também naqueles em que os homens estão guiados por valores mais igualitários nos relacionamentos.

No que diz respeito à intersecção entre etnia e masculinidade, Mairtín Mac an Ghaill e Chris Haywood, no artigo intitulado ‘Jovens (homens) Irlandeses – Etnicidades pós-coloniais – expandindo a nação e a irlandesidade’, observam como a segunda geração de jovens homens irlandeses na Grã-Bretanha encontra-se capturada por discursos sobre uma posicionalidade ilegítima. Através de uma ligação estreita entre as fronteiras do Estado-nação e a identidade nacional, a afirmação de uma identidade irlandesa, constituída fora do espaço geográfico da Irlanda do Sul, é percebida, por alguns nativos britânicos e irlandeses, como um indicativo de um falso pertencimento. Através de entrevistas feitas com estes jovens, os autores observam como os mesmos constroem a identidade étnica através de um jogo de aproximações e de diferenciações em relação aos diversos grupos étnicos circundantes. De capital importância é o conceito de hibridismo cultural, frequentemente lançado mão pelos jovens em uma atitude de contestação do essencialismo identitário. E é especialmente através dos grupos de pares masculinos que estes homens afirmam, através da relação com o outro imediato, esta possibilidade de uma ampliação do campo identitário. A masculinidade é então reinventada através das mediações culturais promovidas pela percepção de Estados-nações não unificados.

A questão identitária também é abordada no artigo ‘Refugiados e o assombro do fluxo do diferente’, de autoria de Liana Lewis, a qual chama a atenção para como a Inglaterra vem posicionando os refugiados, especialmente os homens, como subversores da lei. Através do estudo da mídia impressa, a autora aborda a questão do pânico moral, uma dinâmica social através da qual um grupo é transformado em depositário das angústias da população nativa.

Neste sentido, a autora argumenta que o racismo opera com uma estratégia discursiva com o intuito de manter o privilégio da população branca regulamentando, quanto ao cotidiano, os espaços adscritos dos grupos antagônicos. Através de um jogo semiótico, que opera como catalizador do assombro da diferença, a masculinidade dos refugiados é destacada, sendo associada à violência através de um jogo metonímico, onde fatos isolados são tomados como representativos de toda uma comunidade. Na desvalorização da masculinidade dos refugiados, o recurso utilizado pelos jornais é colocá-la em oposição à masculinidade da população ‘nativa’, positivada como benéfica, no país onde os refugiados são tratados como invasores. Nas características de masculinidade valorizadas, especial atenção é dada à representação de uma população branca miticamente homogeneizada pela noção de uma nação-ilha. Nos dois casos, as fronteiras geográficas devem operar, também, como fronteiras raciais que se interconectam a características de masculinidade.

Parry Scott, no último artigo desta coletânea, intitulado ‘Relatos de violência e a masculinidade juvenil’, retoma a questão da intersecção entre masculinidade e geração ao abordar as experiências de violência de três grupos de jovens espacialmente localizados (Ibura, Itaparica e povo Pankararu, cuja reserva situa-se na intersecção dos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá). Através de grupos de discussão construídos com estes jovens, o autor argumenta que, para eles, o próprio ato de relatar as experiências de violência constitui-se enquanto um exercício de afirmação de masculinidade. Uma complexidade de movimentos de aproximação e de afastamento do relato destas experiências é estabelecida ao passo que, em diversos momentos, é lançado mão do imperativo da lei do silêncio. Através das experiências relatadas e da própria forma como estes relatos são construídos, o autor argumenta que existe uma homogeneização das preocupações cotidianas destes três grupos baseadas na intersecção entre as categorias de gênero e geração.

Enfim, o leitor encontrará nesta coletânea um conjunto de artigos que podem contribuir para aprofundar o debate acerca das

possibilidades e desdobramentos dos estudos de gênero que abordam questões relacionadas a homens e a masculinidades.

Referências bibliográficas

- ADRIÃO, Karla Galvão (2005). Sobre os estudos de masculinidades no Brasil: revisitando o campo. **Cadernos de gênero e tecnologia** (Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná), Ano 1, n.1, fev./mar./abr.
- CADORSO, Ruth (1983). A adesão dos homens ao feminismo: uma estratégia de sobrevivência. In: **Anais da VII Reunião anual da ANPOCS**.
- COSTA, Albertina; BARROSO, Carmem; SARTI, Cynthia (1985). Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, vol.54, p.5-15.
- COSTA, Rosely (2002). Mediando Oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA et al. (orgs). *Gênero em matizes*. Estudos CDAPH. Série História e Ciências Sociais. Bragança Paulista: EDUSE.
- FOUCAULT, Michel (1985). **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GOMÁRIZ, Enrique (1992). Los estudios de género e sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRIGUES, Regina (ed.). **Fin de siglo. Género y cambio civilizatorio**. Santiago: Isis internacional, Educaciones de las mujeres, n. 17, p. 83-110, dec.
- GROSSI, Miriam Pillar (2004). Masculinidades: Uma Revisão Teórica. **Antropologia em primeira mão**, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n. 75.
- HARDING, Sandra (ed.) (1987). **Feminism & methodology**. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press e Open University Press.

- MACHADO, Lia Z (1992). “Feminismo, academia e interdisciplinaridade”. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A. O. (org.) **Uma Questão de gênero**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, p.24-38.
- MOORE, Henrieta (2004). **Antropologia y Feminismo**. Madrid: Cátedra.
- MORAES, Maria Lígia Quartim de (1983). Família e feminismo: o encontro homem/mulher como perspectiva. IN: **Anais da VII Reunião Anual da ANPOCS**.
- QUADROS, M. T (2004). **Homens a e contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife**. Recife. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- QUADROS, M. T (2006). **Homens e Feminismo – questões em torno do poder**. Conferência apresentada no Seminário homens, feminismo e políticas públicas em saúde, Recife. (mimeo).
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy de (1983). As pedras no bolso do feminismo, **Novos Estudos Cebrap**, n. 3, vol. 2, nov.
- SCOTT, Joan (1993). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo.
- VILLELA, Wilza; ARILHA, Margareth (2003). Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: BERQUÓ, Elza (org.). **Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p.95-150.

As novidades do gênero: homens e anticoncepção em camadas médias

Maria Coleta Oliveira
Elisabete Dória Bilac
Malvina Muszkat

Introdução

O tema da reprodução tem sido tratado, preferencialmente, no contexto da vida feminina. É assim que a pesquisa na área examina, a partir da mulher, as carreiras reprodutivas e os projetos de fecundidade estando, em grande medida, voltada para a compreensão dos determinantes dos níveis e padrões de fecundidade (Figueroa, 1996).

É certo que algumas pesquisas de tipo *survey*, incluem em seus quesitos a indagação de opiniões e atitudes dos maridos, entendendo que as decisões reprodutivas emergem da dinâmica dos casais, envolvendo as mulheres e seus parceiros. Porém, ao menos no Brasil, é muito recente a abordagem da reprodução no contexto da vida masculina.

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, realizada em 1996, parte do programa internacional dos *Demographic and Health Surveys (DHS)* - incluiu uma amostra de homens, selecionados de modo independente da amostra feminina (Badiani e Camarano, 1998; BEMFAM, 1999), sinalizando uma mudança na abordagem da reprodução no âmbito das pesquisas de horizonte demográfico (Mundigo, 1995).

Mas não é apenas no contexto dos estudos populacionais que a reprodução é tomada como um assunto feminino. No âmbito dos estudos de gênero, de um modo geral, a questão da maternidade tem sido examinada tendo como pano de fundo a crítica feminista

à naturalização do sentimento materno, concepção que integra as matrizes sócio-culturais no Ocidente (Chodorow, 1978; Strathern, 1988).

A discussão, acerca da reprodução assistida e suas implicações, tem alimentado a produção recente na área dos estudos de gênero, voltando a colocar em foco o tema da maternidade (Strathern, 1995). É também nesse contexto que surge, entretanto, um debate extremamente instigante sobre a paternidade, tema a partir do qual a reprodução passa a poder ser pensada de um ponto de vista masculino (Laqueur, 1992; Ruddick, 1992).⁶

Pode-se dizer que, sem sombra de dúvida, a ênfase, quase exclusiva na mulher, nos estudos sobre a reprodução, reflete a construção naturalizada do gênero feminino. A pesquisa “Os Homens, esses desconhecidos... Masculinidade e Reprodução”⁷ - do qual o presente trabalho faz parte - contribui para uma ampliação de perspectivas nos estudos sobre a reprodução, focalizando as experiências e pontos de vistas masculinos nesse tema.

Tomando por base entrevistas em profundidade, realizadas com homens pertencentes às camadas médias do maior centro metropolitano brasileiro - a cidade de São Paulo - o presente artigo analisa o modo como homens, em distintos momentos de suas trajetórias de vida, constroem suas visões a respeito da reprodução e de sua capacidade de nela interferir. O exame dos projetos e das práticas masculinas relativas a ter e a evitar o filho coloca ênfase no contexto em que se deram as decisões masculinas, explorando os dilemas em que se viram por vezes envolvidos quando diante de uma gravidez de suas parceiras.

6 Mais recentemente diversos aspectos do tema têm atraído a atenção de pesquisadores no Brasil. Ver, entre outros, Romanelli, 1986; Ramírez, 1999; Marcondes, 2002; Unbehaum, 2000; Quadros, 2004; Garcia, 1995; Carvalho et al., 2001; Costa, 2002; Fonseca, 2004; Freitas, 2007.

7 Esta pesquisa contou com financiamento da Organização Mundial de Saúde (OMS), através do Strategic Component on Social Science Research on Reproductive Health (Project No. 95073 BSDA); da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O material analisado provém das entrevistas realizadas na cidade de São Paulo em 1997 com sujeitos pertencentes a duas gerações. O trabalho de campo envolveu a realização de 50 entrevistas semiestruturadas com homens e 53 com mulheres, em idades de 18 a 59 anos, solteiros, em união ou descasados. O material, aqui utilizado, inclui apenas as entrevistas com homens de 25 a 59 anos, em união ou descasados, em um total de 40 entrevistas. Os entrevistados foram selecionados pela técnica de rede, utilizando-se, como critério de pertencimento às camadas médias, o fato de serem profissionais de nível superior. Para aqueles que não haviam concluído sua formação e para os que se preparavam para o ingresso na universidade, agregou-se a exigência de que pelo menos um de seus genitores tivesse curso superior completo.

As gerações masculinas e a contracepção

Entre os homens entrevistados, em ambas as gerações, é amplo o conhecimento de grande parte dos métodos anticoncepcionais hoje disponíveis. Em especial, os homens informam-se acerca das alternativas de contracepção com parceiras com quem vieram a estabelecer uma relação amorosa mais duradoura. Vários dos entrevistados, especialmente da geração mais jovem, relatam terem acompanhado suas mulheres ao médico ginecologista na busca de solução para suas necessidades de contracepção.

O amplo conhecimento de métodos anticoncepcionais, entre os entrevistados deste segmento social, está, em parte, associado à alta incidência de parceiras que não se adaptaram às pílulas hormonais, fazendo com que ambos procurassem métodos alternativos.⁸ A maioria

8 À época das entrevistas, difundiam-se já no mercado brasileiro os anticoncepcionais orais de baixa dosagem. Referências a efeitos colaterais indesejados foram feitas pelos entrevistados – homens e mulheres – tanto envolvendo as novas pílulas quanto outras de mais alta dosagem. Hoje, dez anos depois, o mercado oferece uma variedade de opções de pílulas hormonais, incluindo aquelas referidas como de baixíssima dosagem, desenvolvidas justamente para atender às queixas femininas.

dos entrevistados, de ambas as gerações, já teve parceiras que utilizavam pílulas hormonais, embora hoje isto constitua minoria.

Os métodos conhecidos ou já utilizados são avaliados pelos entrevistados a partir de três aspectos: sua eficácia, sua facilidade de uso e sua possível interferência no prazer sexual. Os métodos de barreira - preservativo e diafragma - são os menos apreciados, por suas dificuldades de uso e por serem, na opinião dos entrevistados, os que mais interferem no prazer sexual. As dificuldades apontadas com o uso do preservativo estão associadas, especialmente, a sensações de desconforto e a problemas na colocação. O DIU e a pílula são os métodos considerados mais cômodos e práticos, privilegiando a pílula hormonal pela eficácia, especialmente entre os entrevistados mais jovens.

Dentre os métodos mencionados com menor frequência, estão os espermicidas - conhecidos como coadjuvantes do preservativo ou do diafragma - as injeções periódicas e o condom feminino. Além destes, os implantes subcutâneos são praticamente desconhecidos pelos homens⁹. Chama a atenção o fato de 29 deles terem ouvido falar do condom feminino, que apenas começava a ser divulgado pela mídia brasileira. O desconhecimento da novidade concentra-se na coorte mais madura, enquanto dois dos entrevistados, dentre os mais jovens, chegaram a experimentá-lo com suas parceiras por curiosidade.

Do ponto de vista do uso, enquanto os mais jovens dividem-se entre o condom e as pílulas hormonais, os mais velhos fazem uso, preferencialmente, do condom e do método do ritmo, conhecido como “tabelinha”. Consistente com o momento de seu ciclo de vida, parte dos entrevistados mais maduros está protegida por métodos cirúrgicos, seja pela laqueadura de suas parceiras, seja pela vasectomia; enquanto alguns dos mais jovens experimentam o DIU.

O quadro é, pois, de homens razoavelmente bem informados, revelando acesso à informação seguramente superior à média da

⁹ Os implantes subcutâneos não são disponíveis no mercado brasileiro e, por isso, não foram incluídos na lista utilizada nas entrevistas. Foram mencionados espontaneamente por dois entrevistados de 25-39 anos e por 1 entrevistado do grupo de 40-59 anos.

população brasileira. O que se verifica, portanto, é que no contexto das camadas médias de uma cidade como São Paulo, os homens sabem da existência de boa parte dos métodos contraceptivos hoje disponíveis e têm informações sobre sua eficácia e eventuais implicações.

Este nível de informação é consistente com a concepção amplamente difundida nas camadas médias urbanas no Brasil de que ter filhos é uma questão de escolha. De fato, o planejamento da prole constitui, para ambas as coortes, prática universal. Por isso, boa parte deles teve os filhos em quantidade, ritmo e tempo, se não programados, pelo menos submetidos à interferência de procedimentos de controle.

Boa parte da geração mais velha, nascida entre 1937 e 1957, atingiu os 15 anos antes da disponibilidade de pílulas anticoncepcionais no mercado¹⁰ e em uma época em que as normas de conduta moral, especialmente nos amplos segmentos afetados pela moral católica, reduziam muito as possibilidades de contato sexual entre jovens da mesma classe social. Para os mais velhos, a primeira experiência sexual, com penetração, ocorreu com frequência com profissionais do sexo ou com pessoas que executam os serviços domésticos nas casas de suas famílias.¹¹

Não é por outra razão que vários dos entrevistados relatam terem casado cedo. Para muitos deles, entrar na vida adulta significou graduar-se, casar e constituir suas próprias famílias. O casamento significou a libertação da repressão familiar, especialmente sexual, ainda que vários deles tenham mantido relações sexuais com algumas de suas namoradas nos tempos de universidade.¹² Como diz, de forma elucidativa, um dos

10 As pílulas hormonais começaram a ser comercializadas no Brasil em 1965.

11 Apenas sete dos entrevistados maduros iniciaram-se sexualmente com namoradas enquanto 12 tiveram a primeira experiência de sexo com penetração em contatos com prostitutas ou empregadas domésticas ou suas filhas. Um dos entrevistados iniciou-se sexualmente com pessoa desconhecida após um baile de Carnaval.

12 A norma moral, adotada pela cultura brasileira, era aquela que o sexo ilegítimo somente poderia ser reparado pelo casamento. Na transição pela qual a sociedade brasileira passou, esta norma foi estendida para implicar que o sexo entre dois jovens solteiros, embora clandestino em face de suas famílias, seria aceitável desde que houvesse por parte do par um projeto subsequente de vida a dois.

entrevistados da geração madura, em sua época, “ser de esquerda, fazer aborto, gostar de Fellini e ser corintiano era tudo parte de uma coisa só!”.

As pílulas hormonais começavam a ser comercializadas ao longo do período de juventude desta geração, difundindo-se, aos poucos, entre as camadas médias e no conjunto da população. Não é de se estranhar, portanto, a utilização sistemática do aborto na história reprodutiva dos homens da geração mais madura. Juntamente com o coito interrompido e a contagem dos dias férteis, eram as alternativas de que as pessoas podiam lançar mão.

A geração mais jovem aqui analisada, nascida entre 1958 e 1972, já ingressa na vida sexual tendo a sua disposição as pílulas hormonais. Ressalta-se também que, neste período, os costumes e a moral sexual já haviam sofridos importantes mudanças. Ainda que persistissem práticas socialmente assimétricas de relacionamento sexual, as possibilidades de contato sexual, com namoradas de mesma condição social, eram maiores. De fato, a geração de homens mais jovens pouco menciona em seus depoimentos terem sido submetidos ao tipo de repressão do sexo de forma análoga aos entrevistados da geração mais madura. Os relatos sobre a primeira experiência de sexo com penetração - ainda que, surpreendentemente, em muitos casos com profissionais - mostram que ela é vivida como rito de passagem do masculino ou comprovação da identidade como homens, e não como superação da repressão do sexo, como na geração mais madura.¹³

Cabe salientar, para completar sumariamente o ambiente cultural da nova geração, a substituição de um ideário político por uma individualização dos projetos pessoais. Este tema foi objeto de inúmeros trabalhos, chamando a atenção para a emergência de uma vertente do individualismo moderno na conformação dos horizontes culturais das camadas médias dos grandes centros urbanos brasileiros (Figueira, 1985; Salém, 1986; Velho, 1986 e 1987). Na geração mais

13 Dos vinte entrevistados na geração jovem, nove iniciaram-se com prostitutas, oito com namoradas ou pessoas com quem tiveram algum envolvimento afetivo, e três com outras pessoas em diferentes situações.

jovem, esses valores funcionam como verdadeiros filtros culturais na maneira como tendem a encarar a vida e seus projetos. Encontrando o caminho pavimentado pelos que os precederam, os mais jovens exibem, em seus discursos, os desafios da busca da realização pessoal e os dilemas do desenvolvimento da subjetividade.¹⁴

A análise que se segue procura situar o conhecimento, as opiniões e as práticas masculinas da contracepção no contexto dos relatos de suas experiências. Assim, entende-se como este conhecimento se constrói ao longo das situações com as quais os homens se confrontaram nos relacionamentos amorosos ao longo da vida. Consistente com a perspectiva adotada, a experiência masculina com a contracepção, será analisada a partir da matriz sócio-cultural de gênero com que revelam operar os sujeitos entrevistados.

Macho e fêmea

Ela optou [pela laqueadura] porque aí eu nessa questão dos filhos eu sempre achei que a mulher que tem que decidir se ela quer o filho, ela ficou grávida, se ela quer ter a criança, não quer ter a criança acho que é o corpo dela é ela quem tem que decidir, ela tem até prioridade ao meu desejo e a gente sempre fez assim... (046, masculino, 55 anos, em união, 2 filhos)

Cuidar de evitar uma gravidez não desejada é, para a maioria dos entrevistados, um problema da mulher, atitude fundamentada, aos olhos dos sujeitos, no fato de ser no corpo da mulher que a reprodução ocorre. Este sentimento é especialmente forte e geral na geração mais madura. De fato, os homens entre 40 e 59 anos afirmam, com frequência, que nunca se preocuparam em evitar uma possível gravidez, contando que suas parceiras são as responsáveis por essa atitude, ratificando esta ação como parte da cultura de sua época. Na geração mais jovem, embora faça parte do ideário masculino a ideia

14 Ver análise preliminar dos dados da pesquisa em Oliveira et al. (1999). Ver, especificamente para uma análise do material a partir da subjetividade, Muszkat, Oliveira e Bilac, (2000).

de que é a mulher quem tem que se cuidar - pois é ela quem sofre as consequências - alguns dos entrevistados revelam terem sempre se preocupado com a prevenção de um filho não desejado ou com a proteção contra doenças sexualmente transmissíveis.

A ideia de que cabe à mulher cuidar da prevenção, reflete muito mais as concepções naturalizadas da reprodução e da própria mulher do que a realidade da experiência masculina. Há, de fato, uma certa dissonância entre a experiência contraceptiva concreta e a expressão convicta de que o problema é da mulher. Essa dissonância pode ser atribuída, de um lado, às mudanças nas relações amorosas e, de outro, às dificuldades com as pílulas anticoncepcionais. Na dinâmica de uso, a experiência de aborto e/ou as dificuldades de adaptação com as pílulas hormonais acabam por envolver os homens na busca de alternativas para sua proteção e a de suas parceiras. Nesse caminho, muitos deles terminaram por experimentar métodos que implicam na participação masculina, como o condom, o coito interrompido e o método do ritmo¹⁵, frequentemente usados de forma combinada. Além disso, 5 dos homens da geração mais madura fizeram vasectomia e outros 5 afirmam que fariam. Na geração mais jovem, há um vasectomizado e outros 11 afirmam que se submeteriam a uma vasectomia, ainda que alguns ponderem sobre as implicações de uma solução definitiva. De fato, chama a atenção a prevalência, em ambas as gerações, de métodos que supõem a participação dos homens e até mesmo a negociação com suas parceiras.

Como explicar essa dissonância? Como entender a construção masculina da contracepção? A hipótese que emerge da leitura do material é que um discurso sobre os corpos constitui a base da construção masculina, com implicações para sua vida reprodutiva e para o controle de sua fecundidade.

15 O método do ritmo é comumente classificado como método feminino de contracepção. Como método comportamental ele requer, no entanto, a negociação do sexo entre os parceiros em dias determinados. Por esta razão, é aqui considerado como um método que envolve a cooperação de ambos, homem e mulher.

Em realidade, o corpo da mulher é, para os homens de ambas as gerações, o princípio de todas as coisas em matéria reprodutiva. É o fundamento do próprio feminino. Os depoimentos indicam que, na concepção expressa pelos homens, o feminino tem um pé na natureza, na condição biológica da mulher. Referências ao “relógio biológico” da mulher, à importância de seus “hormônios” ou a sua “natureza hormonal”, apontam nesta direção. A ideia de mulher-natureza faz parte da socialização masculina desde muito cedo. Pode-se mesmo afirmar que, na visão expressa pelos sujeitos, ambos, homens e mulheres, estão submetidos a sua conformação biológica, embora suspeitem que, de alguma maneira, a sociedade ou a cultura tenham algo a ver com as noções e com as práticas nas relações entre homens e mulheres. De acordo com a matriz cultural com a qual os entrevistados operam, mulheres e homens encontram-se submetidos ao poder de seus corpos. Os homens separariam amor e sexo, seriam mais ousados ou arriscariam mais na vida, enquanto as mulheres tenderiam a associar suas experiências de sexo e de afeto ou a confundi-las, segundo alguns. Este tipo de concepção parece ser mais frequente no repertório da geração mais velha, ainda que não seja de todo ausente entre os sujeitos mais jovens.

Apesar de algumas semelhanças surpreendentes - como a já mencionada persistência da iniciação sexual com profissionais - a geração mais jovem pôde experimentar o sexo com menos constrangimentos ao longo da vida amorosa na juventude. Pôde ainda valer-se, como já comentado, dos subsídios da psicologia e da psicanálise, ingredientes importantes das novas visões de mundo. É possível que, nessa medida, a força dos conteúdos naturalizados dos gêneros acabe por atenuar-se na experiência da geração mais jovem.

As entrevistas com esta geração revelam homens fazendo escolhas diferentes daquelas a que teve acesso a geração madura. Escolhas que lhes abriram a oportunidade de um aprendizado cultural novo, que lhes permitiram verem-se como diferentes de outros homens. Diferentes, porque integram amor e sexo em uma só experiência, preservam a intimidade de suas relações afetivas e se permitem

expressar sensibilidades e emoções. Distinguem-se do que chamam de um “padrão normal” masculino, de um estilo “mais macho”, vendo-se como “mais abertos ao lado feminino”, referências claras à matriz sócio-cultural de gênero da qual escolheram afastar-se.

Contudo, a força do corpo feminino manifesta-se em outras situações. A ideia da mulher-natureza tem também sua expressão na certeza masculina de que toda mulher quer ser mãe, desejo este que teria origem em seu corpo. O discurso masculino sugere que os homens colocam-se muitas vezes à mercê do desejo feminino de ser mãe, percebido pelos homens como fazendo parte da natureza feminina, esperando que se manifeste a qualquer momento. Por esta razão, os homens muitas vezes transferem à mulher a decisão de engravidar ou prosseguir uma gravidez, a escolha por fazer uma laqueadura ou a preferência por uma vasectomia.

De fato, a reação masculina face ao desejo materno feminino parece ser ambígua. Esta ambiguidade aparece em vários tipos de relatos como, por exemplo, naqueles sobre a vinda do primeiro filho e sobre a possibilidade de realizar uma vasectomia como forma de contracepção.

O material das entrevistas revela que vários dos sujeitos foram surpreendidos por uma gravidez não planejada, apesar de por vezes terem sido capazes de adiar a vinda de um primeiro filho. A despeito da paternidade fazer parte das expectativas de vida masculinas, os projetos ou desejos masculinos de filhos tendem a situar-se em um futuro cronologicamente indefinido, condicionando o momento adequado ao preenchimento de uma série de requisitos pessoais, profissionais e da relação amorosa.

Embora vários dos entrevistados tenham desejado seus filhos, e outros tenham feito valer em vários momentos suas preferências, o sentimento de impotência masculina frente à gravidez da mulher é notável. Algumas vezes, apesar da disposição subjetiva dos homens em romperem a relação ou suas ambiguidades frente a ela, não se sentem capazes de interromper o processo ou de negar à mulher a maternidade ou, pelo menos, sentem-se desconfortáveis nessa posição. Parecem impotentes para interferir na decisão da mulher, antevendo

que qualquer que fosse sua própria reação ou disposição, a gravidez prosseguiria e o filho nasceria. Os homens se veem como que de fora, sem controle. Nesse momento, alguns dos entrevistados claramente não se colocam como sujeitos, mas sim como objetos da decisão de suas parceiras.

Em vista disso, na prática, as mulheres parecem definir o momento em que seus homens tornam-se pais. É a mulher que, com a notícia da gravidez, diz ao companheiro “eu vou ter este filho”. Os roteiros da masculinidade madura - que envolvem ter filhos e tornar-se homens responsáveis, “de família” (Bilac et al., 2001) - têm na mulher seu elemento operador.

Os homens “engolem”, isto é, aceitam o fato consumado e assumem a paternidade na falta de outra alternativa. Ou seja, diante da concretização do desejo “natural” feminino de ser mãe, os homens tendem a parar, a recuar. Essa impotência masculina tem sua raiz na ideia de que “toda mulher quer ser mãe”, da maternidade como “vocação natural feminina”, concepções que se apoiam na biologia do corpo da mulher.

O tema da vasectomia é outro momento em que a naturalidade do desejo feminino de ser mãe interfere nas concepções masculinas. Interessante notar que, nas duas gerações, há mais homens favoráveis à solução cirúrgica do que os contrários a ela. Contudo, vários dos informantes (dois dentre os mais maduros e oito dentre os mais jovens) condicionam a decisão pela vasectomia ao encerramento de suas tarefas reprodutivas que, para eles, pode se estender para além da união em que se encontram. Conscientes de que sua capacidade procriadora se estende por mais tempo que a da mulher e antevendo a eventualidade de voltar a casar-se com mulheres mais jovens, temem não estarem aptos a fecundar suas novas parceiras, no que estariam impedindo algo que consideram mais que um direito feminino.

A leitura do material permite arriscar a hipótese de que a socialização de gênero masculino coloca-os na posição de permanente disponibilidade reprodutiva frente à mulher. É como se fossem *fecundadores de plantão*, sempre aptos a atenderem aos desejos femininos

da maternidade. Ser capaz de fecundar suas mulheres, ainda que não deseje filhos, constitui prescrição de gênero. É tão forte na formação masculina, que um dos entrevistados chega mesmo a pensar em reverter a vasectomia, embalado no desejo de uma namorada, apesar de ter claro não querer mais filhos. É nesse sentido que a masculinidade encontra-se subordinada à feminilidade.¹⁶ Alguns entrevistados relataram a frustração de suas parceiras, laqueadas em uniões anteriores, por não poderem gerar filhos no novo relacionamento, o que teria trazido dificuldades ao relacionamento conjugal. A novidade revelada pela pesquisa é a posição em que os homens parecem se colocar diante desta prescrição.

Sendo tão forte a convicção masculina acerca do corpo feminino, razões não faltam aos homens para justificar ser a contracepção um problema da mulher. Apenas muito recentemente, eles se deram conta do poder que, de fato, esta construção confere às mulheres na dinâmica das relações interpessoais.

O aborto na experiência masculina

... Na minha época a gente, homem, nunca precisou se preocupar muito com isso. Porque mesmo a pílula faz mal à saúde [da mulher]. Mas eu nunca me preocupei com isso, acho que já tinha uma coisa pronta na sociedade que a mulher resolvia, ou ela tomava a pílula ou ela fazia o aborto (026, masculino, 41 anos, descasado, 2 filhos).

16 Estar apto a fecundar, caso a mulher deseje, parece assemelhar-se às referências dos sujeitos a suas costumeiras práticas galanteadoras com relação às mulheres, como se deles fosse sempre esperada uma atitude de sedução quando em presença ou no contato com o outro sexo. Não raro, atitudes deste tipo não têm qualquer intenção de conquista sexual, o que por vezes surpreende o próprio sujeito em sua fala. Outras vezes, menções veladas ou explícitas são feitas ao fato de os homens terem que se submeter às investidas sexuais femininas ou, ao contrário, referem-se a si próprios como “caras legais”, pois resistiram ao assédio feminino, ou foram seletivos em suas escolhas amorosas, apesar do sucesso entre as mulheres. Estas diferentes situações parecem constituir atualizações de práticas de gênero, apoiadas em um mesmo princípio da disponibilidade masculina.

O trecho acima resume as contingências da contracepção do ângulo da experiência masculina. A possibilidade de interromper uma gravidez não desejada faz parte do universo de valores dessas gerações. O material revela haver diferenças entre elas no que diz respeito à prática do aborto, sugerindo mudanças, talvez propiciadas pela maior divulgação e acesso a meios preventivos de controle. A progressiva liberação da prática do sexo e sua desvinculação da reprodução não foram acompanhadas na mesma intensidade pela adoção de métodos contraceptivos seguros. Isto implicou que os homens e mulheres vivessem sob o risco de deparar-se com uma gravidez não desejada ou inoportuna, tendo em vista o tipo de relacionamento amoroso ou etapa da vida em que se encontravam. Face a uma gravidez inesperada, havia a opção de assumi-la, juntamente com o filho que dela decorreria, ou de praticar um aborto. Vários dos entrevistados mencionaram terem precipitado um casamento devido à gravidez da namorada, enquanto outros decidiram por um aborto, repetindo, sucessivas vezes, a mesma fórmula.

Os depoimentos revelam que o aborto foi amplamente utilizado como meio “contraceptivo”, especialmente na geração mais madura¹⁷. Boa parte dos abortos, no contexto de uniões estáveis ou mais duradouras, aconteceu no início da relação amorosa ou da vida a dois, quando um filho era considerado inoportuno frente aos planos de vida dos parceiros. Aparentemente, os homens mais maduros seguiram lançando mão do aborto como prática de regulação da fecundidade também ao longo do casamento. Como afirmam alguns entrevistados, fazer aborto fazia parte da cultura jovem da época, conotando independência com relação aos desígnios do corpo e das prescrições

17 Na geração madura, quinze dos vinte entrevistados reportaram trinta e três abortos de filhos por eles gerados, sendo 2/3 deles realizados para a interrupção de uma gravidez de suas esposas. Entre os mais jovens, 8 dos entrevistados relataram dezessete abortos, a metade com suas esposas. Não é possível, porém, saber quantas gestações terminaram em aborto para cada parceira durante a vigência do relacionamento. Leal e Fachel (1996) reportam pesquisa realizada com casais em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em que as mulheres relataram um maior número de abortos que seus maridos, sugerindo que parte deles foi feita sem o seu conhecimento.

reprodutivas. Na experiência masculina, o aborto é também alternativa preferencial em casos de gravidez inesperada quando ocorrida no contexto de uma relação amorosa ocasional ou que não envolve planos de futuro a dois. Apesar disso, alguns homens, rendendo-se ao desejo de suas parceiras ou contra sua vontade, acabaram por se tornar pais nessas circunstâncias.

Por mais que os dados sugerissem familiaridade e até mesmo certa banalização do aborto, especialmente na geração madura, não é sem ambiguidades que os homens passam pela interrupção de uma gravidez de suas namoradas ou esposas. A experiência de um aborto é referida, pela quase totalidade dos sujeitos que por ela passaram, como “traumática”. Trauma pela violência que a interrupção da gravidez impõe ao corpo da mulher, deixando em seu rastro a possibilidade de um novo episódio mais adiante.

O fato de o aborto ser prática ilícita e criminosa no Brasil é um ingrediente importante desse trauma. Pesam as preocupações quanto à competência do profissional, as condições de higiene e de assepsia das instalações e dos instrumentos¹⁸.

A imprecisão masculina com respeito ao aborto também expressa-se em sentimentos de culpa ou de remorso, evidentes na preocupação em justificar o porquê da inexistência desse tipo de sentimento. Alguns relatam que, passados muitos anos do episódio, pegam-se fantasiando como seria aquele filho cuja gestação fora interrompida. Mesmo em casos de aborto praticado no contexto de relacionamentos ocasionais, por vezes casos amorosos extraconjugais, os homens confessam-se aliviados por terem sido informados apenas após o fato consumado ou a decisão tomada. Revelam que se sentiriam constrangidos de participar da decisão e acompanhar suas parceiras para submeterem-se ao aborto. Esta sensação de alívio tem também um conteúdo que se reporta à

18 Nenhum dos entrevistados menciona o Cytotec para a indução de um aborto, via extremamente difundida hoje no Brasil (Barbosa e Arilha, 1993; Ramírez, 1999). Embora não tenham sido indagados a respeito, as situações de interrupção da gravidez em que algum detalhe é oferecido sugerem tratar-se de abortos convencionais, não se sabe se induzidos por meios mecânicos ou por aspiração.

precedência do corpo feminino em matéria reprodutiva. Sentir-se pouco à vontade decorre, algumas vezes, não apenas da percepção do aborto como violência sobre o corpo da mulher, mas, substancialmente, do reconhecimento da legitimidade do desejo feminino de experimentar a maternidade.

Uma palavra deve ser dita sobre a religião e seu eventual papel na questão do aborto. O material sugere que as teses da Igreja Católica encontram pouca ressonância entre os entrevistados, confirmando outros estudos localizados (Ramírez, 1999). Apesar disso e apesar do aborto, na geração mais madura, conotar uma orientação ideológica progressista, 3 dos entrevistados desta geração referem-se a aspectos religiosos em suas avaliações. Apenas um deles declara-se frontalmente contrário a essa prática, por se tratar de interrupção da vida, consistente com sua formação tradicional católica. Na geração mais jovem, não são encontrados argumentos de tipo religioso. Esses achados são consistentes com a ideia de que a oposição ao aborto no Brasil decorre menos da importância do catolicismo na vida cotidiana do que do poder de controle da Igreja Católica sobre a “opinião pública” (Rocha,1996).

Em caso de decisão por um aborto, em qualquer situação, cabe ao homem oferecer à mulher apoio emocional, acompanhá-la durante o procedimento e arcar com seus custos. Os homens devem “assumir” a situação, independentemente da natureza do relacionamento, duradouro ou eventual. Esta conduta cavalheiresca é imperativa, denotando bom caráter e responsabilidade, motivos de autoavaliações positivas por parte dos homens. Na formulação desta *ética masculina*, é como se, assim fazendo, os homens compensassem suas parceiras pelos dissabores de um aborto. Um dos entrevistados foi particularmente expressivo, exemplificando opinião de vários dentre eles:

Se eu fosse mulher e o cara me deixa só [na hora de fazer um aborto], eu ia dar umas porradas nele (...). Isso é uma questão de solidariedade, mesmo que você não goste da mulher (...) Eu acho que nem tem a questão de envolvimento pessoal (..) Nunca tirei o corpo fora (059, 49 anos, descasado, 2 filhos).

A importância do aborto, como prática de regulação da fecundidade para os homens das camadas médias urbanas no Brasil, tem certamente a ver com as alternativas de métodos disponíveis e seus problemas. A geração madura espelha, em sua experiência, as contingências anteriores ao advento das pílulas hormonais. Estas, inicialmente recebidas como solução para o sexo sem medo de gravidez, aparentemente acabam sendo apenas parcialmente incorporadas à vida das camadas médias, em função das dificuldades decorrentes dos efeitos colaterais não tolerados pelas mulheres. A relativamente pequena presença do DIU, a ausência quase completa do diafragma e as dificuldades com o preservativo restringem as escolhas, especialmente para a geração mais madura. Apesar do caráter unanimemente traumático do aborto, os homens confessam ter, por vezes, arriscado, fazendo sexo sem proteção ou confiando excessivamente na precisão da famosa “tabelinha”. Os resultados confirmam e esclarecem, desse modo, observações já feitas em outras ocasiões acerca do aborto como parte da experiência reprodutiva de segmentos escolarizados, mesmo conhecendo métodos preventivos (The Alan Guttmacher Institute, 1994; Ramírez, 1999).

As pílulas hormonais e seus problemas

A pílula anticoncepcional feminina poderia ser chamada de o método masculino por excelência da geração mais jovem. Foi, em parte, graças às pílulas hormonais, além do aborto, que a geração precedente foi capaz de separar o sexo da reprodução. A maioria, jovens e maduros, teve parceiras que fizeram uso da pílula. Para eles, não há rivais às pílulas hormonais:

Eu acho a pílula fantástica do ponto de vista que ela, em princípio...
Durante 28 dias é na hora que pintou, pintou. Acabou! Não tem, não tem mistério! (054, 34 anos, descasado, sem filhos).

A pílula é utilizada em relações mais duradouras, entre os mais jovens ainda com as namoradas e, entre os mais maduros, após experiências mal sucedidas com o método do ritmo, coito interrompido

e/ou condom. Além de situar-se entre os métodos mais conhecidos e experimentados - equiparada ao condom e ao método do ritmo - as pílulas hormonais são apreciadas pelos homens, em sua quase totalidade, por sua eficácia contraceptiva. De fato, nenhum dos entrevistados mencionou dúvidas quanto à eficácia desse método, apesar de alguns terem feito referência à regularidade do uso como garantia de proteção contraceptiva. Além da eficácia, os homens consideram a pílula um método prático - “basta tomar um comprimido todos os dias e pronto”. Há vantagens diante de métodos que requerem cuidados em cada relação sexual, especialmente os de barreira, como o preservativo e o diafragma. Em consequência, abandonam a camisinha, usada no início do relacionamento, quando a parceira revela usar ou estiver disposta a adotar a pílula.

Apesar de líder na preferência masculina, as pílulas encontram restrições por parte da maioria das mulheres com as quais mantiveram relacionamentos. Na dinâmica de uso, é, muitas vezes, em decorrência dos problemas com a pílula que os sujeitos referem-se à experiência com o DIU. Aos olhos dos homens, o DIU é o único método comparável à pílula. É “prático”, por não exigir colocação a cada relação sexual, diferentemente do condom, e relativamente menos danoso à saúde da mulher. Porém, alguns entrevistados, especialmente na geração mais jovem, pensam ser o DIU invasivo, pois se trata de algo estranho no corpo da mulher e, por isso, potencialmente lesivo a sua saúde.¹⁹

As interferências no corpo da mulher e seu impacto na saúde feminina organizam as avaliações masculinas no que diz respeito aos principais métodos chamados de femininos. Os argumentos de saúde são especialmente relevantes na geração mais jovem, onde são mais frequentes referências ao caráter invasivo ou agressivo dos métodos. Não seria por acaso ser esta geração chamada de “geração saúde”, por suas preocupações com o cuidado do corpo e sua manutenção

19 Quando da entrada do DIU no Brasil, a Igreja Católica reagiu negativamente, disseminando-se a ideia de que seria um método abortivo e não preventivo. Este argumento aparece sem muita força em alguns depoimentos.

em boas condições físicas, pela prática do esporte e um estilo de vida saudável. Parecem ecoar em alguns depoimentos da geração mais jovem concepções de tipo naturalista ou ditas “alternativas”, que recusam tudo quanto possa ser visto como não natural. As pílulas hormonais, especialmente, e o DIU estão sujeitos a este tipo de reserva por parte de alguns dos entrevistados desta geração.

Caminhos do envolvimento masculino: da camisinha à vasectomia

...a [minha primeira filha] nasceu pelo fato de a gente ter descuidado. Mesmo quando a gente transava sendo namorados eu nunca usei camisinha, era tirar fora e (...) [Minha mulher] começou a tomar pílula, mas não se deu bem com pílula e aí a gente começou a usar a tabelinha. Isso foi durante 6 anos, do período entre a [primeira filha], que tem 24 e o [segundo filho], que tem 19 anos. A [minha mulher] colocou DIU e ficou 2 anos e meio com ele, quando tirou o DIU nasceu o [segundo filho]. Ela tirou [o DIU] consciente para que a gente tivesse o [filho]. Depois que [ele] nasceu, a gente continuou do mesmo jeito, usando a tabelinha. [Minha mulher] não usava [pílula] anticoncepcional, eu nunca usei camisinha e aí veio a [terceira filha] (087, masculino, em união, 48 anos, três filhos).

A busca de alternativas às pílulas hormonais acaba dando margem a que homens, dos dois grupos, mas especialmente os mais jovens, se inteirem das alternativas disponíveis. Além disso, o método do ritmo, em geral combinado com o coito interrompido ou com o preservativo, são métodos de contracepção que envolvem a participação masculina. O uso do DIU, como alternativa à pílula, não exclui a necessidade de recorrer ao preservativo, ao método do ritmo ou ao coito interrompido - isolados ou combinados - utilizados nos intervalos da troca do dispositivo.

O depoimento acima reproduzido (geração madura), da mesma forma que o que se segue (geração mais jovem), são inequívocos a este respeito:

[A gente usa a] camisinha. Ela usava pílula, mas o médico ginecologista dela aconselhou a não usar mais, porque ela estava tendo problemas com a pílula, e aí eu comecei a usar camisinha. Porque cada vez que ela tinha problema ela tinha que tomar comprimido e fazer um processo lá de queimar um cisto, sei lá o que ela tinha lá, é, e tinha que ficar um mês sem transar, então era um mês sim um mês não, então para acabar com isso era melhor ter camisinha do que ficar sem transar um mês. Ia ser mais tranqüilo do que ter que ficar toda hora ter que mexer. A gente usa sem camisinha também, a gente faz sexo sem camisinha (021, 31 anos, em união, um filho).

Os homens da geração madura, no entanto, muito frequentemente mencionam que não se preocupavam com sua proteção no início de sua vida sexual ou conjugal, “desencanando” quando a parceira informava que usava pílula, referindo-se à despreocupação com o assunto, transferida para a esfera feminina:

Eu acho que [a contracepção] diz respeito aos homens e às mulheres. No momento em que você não faz nada sozinho e tudo pressupõe dois eu acho que tem que ser socializada a responsabilidade, se há co-participação na realização de um ato tem que ser compartilhada as consequências, eu acho que é uma decisão de dois, apesar de que em grande medida a responsabilidade sempre cai em cima da mulher, a maioria dos caras que eu conheço não estão nem aí e se for com camisinha eles não vão, mas eu acho que é uma questão dos dois (061, masculino, 54 anos, descasado, 1 filho).

...Ou seja, em geral as pessoas veem o problema do anticoncepcional como sendo um problema feminino. Às vezes acho meio complicado, por causa de uma série de distúrbios hormonais, mexe no humor, mexe na pele, mexe no peso. Na hora que você faz uma opção de usar um preservativo (...), que é muito menos agressivo, mas desconfortável, menos tesão, não sei o que, mas muito menos agressivo, provavelmente mais saudável do que a pílula (038, 32 anos, em união, 2 filhos).

No entanto, o preservativo acaba sendo o método mais popular entre os entrevistados de ambas as gerações, seja porque as mulheres desistiram da pílula ou do DIU, seja porque eles próprios escolheram garantir-se de uma consequência não desejada de seus atos, seja porque

têm que negociar com suas companheiras a alternativa que se adapte a elas. Como única proteção ou associado a outros meios, o preservativo aparece no discurso como uma opção na falta de opções, ou seja, como o último recurso. Não é por outra razão que a camisinha acaba sendo muito frequentemente utilizada em combinação com o método do ritmo. Se boa parte dos entrevistados usou alguma vez o preservativo, a maioria deles relata ter recorrido a ele para proteção durante o período fértil de suas parceiras. Considerando o conjunto dos métodos utilizados ao longo da vida, o arranjo “camisinha-tabelinha” é, depois da pílula, o mais experimentado pelos entrevistados com parceiras fixas.

A maior parte dos homens, de ambas as gerações, porém, relata dificuldades de adaptação ao uso do condom, queixando-se de desconforto, da interrupção no ritmo da relação sexual e de interferência no prazer. Revela esforçar-se para encontrar uma forma de conviver com seu uso em seu cotidiano sexual. Vale notar que, especialmente entre os descasados, o preservativo chega a ser mesmo mencionado como método preferencial, associado à frequência de mudança de parceiras. Nestes casos, os homens apontam a necessidade de evitar uma gravidez e de proteger-se contra doenças sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV/AIDS. Alguns acabam adaptando-se ao uso do preservativo, acomodando-se a essa solução, como revela o depoimento acima.

A inquietação com a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS) apenas começa a competir com aquela relativa à contracepção, pelo menos ao nível do discurso. Os homens, especialmente os da geração mais jovem, estão aprendendo a conviver com a AIDS, incorporando, lentamente, a necessidade de proteção em seus relacionamentos. Lentamente, porque os depoimentos sugerem que a preocupação com a transmissão sexual de doenças parece ser mais presente entre os descasados e pouco comum na geração madura. Alguns sujeitos chegaram mesmo a mencionar a necessidade de dupla proteção. Mas esta prática está sujeita ao impulso, a avaliações subjetivas do risco, abrindo espaço para a contradição. Se a camisinha parece ser mandatária em relacionamentos novos ou esporádicos, quando, porém,

os relacionamentos se alongam parece ser comum “liberar” o sexo sem preservativo após a realização por ambos os parceiros de testes de HIV. Recorrem ao popular arranjo “camisinha-tabelinha” para minimizar o alegado desconforto.

Entretanto, a contracepção parece ser ainda a principal preocupação masculina. Os relatos sobre suas experiências mostram que encontrar uma solução de proteção, ao mesmo tempo eficaz e adequada às preferências individuais, constitui um problema quase que permanente. Se uma gravidez não antecipada ou um aborto parecem ameaças presentes na vida dos casais, a escolha de um método contraceptivo, que satisfaça, constitui um desafio. De fato, todas as opções com as quais os homens relatam terem tido experiência, têm aspectos que lhes desagradam. Todos os métodos impõem restrições ou sobrecargas, físicas ou de outra natureza. A contracepção constitui, para os homens e para suas parceiras, uma tarefa difícil, acabando por adquirir tal importância na vida masculina, que mal conseguem disfarçar seu aparente alheamento.

É no contexto dessa preocupação permanente que as alternativas da laqueadura e da vasectomia são colocadas pelos homens. Ambas as intervenções são vistas como radicais, exigindo, dos que as escolhem, a certeza de que não se arrependarão mais adiante. O tema do arrependimento aparece com frequência nos relatos de situações vividas por eles ou suas parceiras.

Além do caráter radical e definitivo dos métodos cirúrgicos, os homens referem-se especialmente à laqueadura como extremamente agressiva ao corpo da mulher. Embora alguns homens, especialmente na geração mais velha, tenham tido mulheres que optaram pela esterilização cirúrgica, vários deles mencionam a vasectomia como alternativa mais simples que a laqueadura. É verdade que alguns dos entrevistados pensam ser a vasectomia também uma violência sobre o corpo masculino. Expressões fortes, como “mutilação” e “castração”, chegam mesmo a ser utilizadas por alguns dos sujeitos. Os depoimentos sugerem estar aí presente o fantasma da impotência, comumente associado, ainda que equivocadamente, à cirurgia dos canais

deferentes. Alguns mencionam, explicitamente, o medo da impotência, independentemente da satisfação com a escolha do método. O temor à impotência revela mais que um desconhecimento técnico sobre a vasectomia. Liga-se, de fato, à simbologia do pênis na identidade masculina, que tem, no sexo, um elemento fundamental da construção do gênero para os homens.

A vasectomia não parece encontrar, contudo, fortes resistências entre os homens de nenhuma das gerações investigadas, apesar de algumas opiniões contrárias. Avaliam ser a vasectomia adequada a quem já encerrou sua carreira reprodutiva. Ponderam, como já discutido, a eventualidade de uma nova união com mulher mais jovem e a redefinição de projetos reprodutivos. Mas, é possível afirmar que a vasectomia passou a ser uma alternativa à laqueadura nas camadas médias de São Paulo. Para alguns, é a escolha contraceptiva que põe, à prova, o envolvimento e a responsabilidade masculina. Permite aos homens e a suas mulheres libertarem-se do problema que é cuidar diuturnamente da contracepção e afastarem-se do medo de uma gravidez não planejada. Contudo, a recente epidemia do HIV/AIDS frustra para alguns, especialmente os descasados, a expectativa dessa liberdade, condenados que se veem ao uso do condom como proteção contra a transmissão de doenças por via sexual.

Partindo da idéia de que reprodução e contracepção são assuntos das mulheres, os homens, progressivamente, envolvem-se com a proteção contra a gravidez e, mais recentemente, contra a transmissão de IST's. Tomando o conjunto dos homens entrevistados, pode-se dizer que, face às vicissitudes da contracepção, o caminho do envolvimento masculino com a prevenção, vai do alheamento à ideia de uma concessão masculina às mulheres, passa pelo medo do poder feminino de fazer filhos à revelia e, para alguns, chega à noção de que a contracepção é matéria do par.

Comentários finais e algumas recomendações

Pensar a reprodução de um ponto de vista masculino permite, de fato, esclarecer áreas de opacidade remanescentes da abordagem do tema de um ponto de vista feminino. O gênero, como perspectiva teórica, enfatiza as relações de poder entre homens e mulheres, vistos como pólos socialmente construídos de uma relação. Surgidos da denúncia da opressão feminina, estudos dessa perspectiva foram capazes de apontar os mecanismos de subordinação das mulheres, radicados em uma concepção naturalizada da maternidade e do próprio feminino. O estudo da reprodução da perspectiva dos homens mostrou ser possível ampliar o alcance analítico da abordagem de gênero, ao trazer elementos para a compreensão da dialética entre o masculino e o feminino.

A pesquisa revela que os homens são levados a participar da contracepção pelo envolvimento com suas parceiras, compelidos a encontrar alternativas para as dificuldades com este ou aquele método. Tal como outros estudos (Landry e Camelo, 1994; Gohel, Diamond and Chambers, 1997; Grady, Klepinger and Nelson-Wally, 1999), a presente pesquisa traz também elementos que documentam o fato dos homens tenderem a considerar o contexto do relacionamento com suas parceiras na avaliação de uma gravidez inesperada. São, a partir disso, compelidos a enfrentar as consequências de sua pouco eficaz ou nula preocupação com as implicações de sua sexualidade.

Os elementos trazidos à luz mostram que as práticas contraceptivas, tal como vividas pelos homens, podem ser mais bem compreendidas se vistas como parte da dinâmica dos gêneros, confirmando expectativas de outros especialistas na matéria (Edwards, 1994; Chikamata, 1996). Na concepção naturalizada dos gêneros com que operam, assim como as mulheres são feitas para ter filhos, os homens são feitos para fazer sexo. Se o aborto de uma gravidez não desejada ou a paternidade de um filho não esperado ou inoportuno, leva os homens a revoltarem-se contra a “irresponsabilidade” feminina, faz também com que se deem conta de sua própria “irresponsabilidade”.

Os dados surpreendem pela importância do uso do preservativo e do método do ritmo nas camadas médias do maior centro urbano brasileiro. A frustração com a experiência das pílulas hormonais é, sem dúvida, parte da explicação para a importância do condom e do ritmo. O material sugere que a liberação do sexo e sua dissociação da reprodução, materializadas pelo advento das pílulas anticoncepcionais, defrontam-se com argumentos que atribuem precedência à saúde. A geração jovem - mas não apenas ela - mostrou-se mais suscetível aos argumentos que veem nas pílulas um método prejudicial à saúde da mulher, a despeito de terem-na como método ideal. Talvez, o que o material aqui analisado traz de novidade seja o fato de os homens da classe média paulistana assumirem, como seus, os argumentos quanto ao impacto dos métodos na saúde feminina. O DIU apresenta-se, para muitos, como alternativa mais saudável que as pílulas hormonais ou opção mais segura frente às incertezas da combinação ritmo-condom, tão frequente na experiência masculina. Porém, por razões que o material não alcança responder, o DIU não logra manter-se como método permanente, sendo abandonado após algum tempo de uso.

Não há como negar, com base no material da pesquisa e em sua análise, existir uma questão de fundo: nenhum método é completamente bom, resolve todos os problemas ou atende a todas as necessidades. Este é um tema cuja relevância sobressai na experiência de uma camada social em cujo estilo de vida ter filhos tornou-se uma questão de escolha.

Porém, se isso pareceria verdadeiro algumas décadas atrás, o padrão emergente de nupcialidade sequencial, com o aumento das separações e de divórcios, traz novos obstáculos à vasectomia e também à laqueadura. A vasectomia esbarra na expectativa masculina de que toda mulher quer ser mãe e na prescrição de gênero de que o homem tem que corresponder a essa expectativa. Entretanto, além do temor pela perda da capacidade de fecundar, a AIDS traz aos homens vasectomizados e aos demais, preocupações de outra natureza. A proteção contra a transmissão do HIV conduz, especialmente na percepção dos homens mais jovens, à necessidade do uso sistemático

do preservativo, principalmente em relacionamentos eventuais. Isto constitui um problema para alguns dentre os muitos que confessam dificuldades de adaptação. O material sugere, no entanto, que a epidemia de HIV/AIDS no Brasil terá possivelmente como consequência a consolidação do uso do condom nas camadas médias urbanas como as de São Paulo.

Frente ao que foi encontrado pela pesquisa, algumas recomendações podem ser feitas: primeiro, a necessidade de programas educativos, destinados aos homens que contemplem as dimensões de gênero. A experiência de um segmento social exposto à informação e a ideias inovadoras mostra quão traumático pode ser, para eles, o aprendizado da negociação contraceptiva. Essa experiência reflete, como foi possível mostrar, uma socialização moldada por concepções que não permitem aos homens franco acesso ao outro gênero. As novas gerações, no entanto, dão sinais de mudança, fazendo crer que uma ação determinada, no sentido de ampliar as possibilidades de reflexão sobre a dinâmica dos gêneros, produziria efeitos positivos; segundo, os dados sugerem estarem abertas as portas das camadas médias para um aumento do uso do condom como proteção para doenças sexualmente transmissíveis, especialmente o HIV. O tema da dupla proteção parece ser, ainda, preocupação da minoria, merecendo ênfase nas campanhas de esclarecimento; terceiro, em face da importância da saúde como critério nas escolhas contraceptivas, sugere-se investigar porque as mulheres experimentam o DIU, mas não permanecem neste método, visando a difusão de seu uso. Conhecer as alternativas de dispositivos existentes no mercado brasileiro e as dificuldades das usuárias é extremamente relevante, no sentido de ampliar as alternativas de contracepção. Secundariamente, valeria pensar na avaliação contínua das alternativas hormonais ou outras que, sem danos de saúde relevantes, mas também sem efeitos colaterais indesejados pelas mulheres, possam representar ampliação das opções de contracepção.

Referências bibliográficas

- AGUMA, A. (1996). Finding the Right Sexual Health Services for Young Men. In: **Planned Parenthood Challenges**. International Planned Parenthood Federation, p.26-29.
- ALMEIDA, M. H. T. e WEIS, L. (1998). Carro-Zero e Pau-de-Arara: O Cotidiano da Oposição de Classe Média ao Regime Militar. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, p.319-410.
- ARILHA, M. (1998). Homens: Entre a ‘Zoeira’ e a ‘Responsabilidade’. In: ARILHA, M., RIDENTI, S. e MEDRADO, B. **Homens e Masculinidades: Outras Palavras**. São Paulo, ECOS/Ed. 34, p. 51-77.
- BARBOSA, R. and ARILHA, M. (1993). Cytotec in Brazil: at least it doesn't kill. **Reproductive Health Matters**, vol.2 (November), p.41-52.
- BADIANI, R. e CAMARANO, A. A. (1998). Homens Brasileiros: Percepções, Conhecimentos e Atitudes em Saúde Reprodutiva. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, ABEP, p.925-943.
- BEMFAM (1999). **Comportamento e Intenções Reprodutivas da População Masculina. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde**. Rio de Janeiro, 71 p.
- BERQUÓ, E. e SOUZA, M. R. (1991). **Conhecimento e Uso do Condom: Anticoncepção e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis**. Campinas: UNICAMP/NEPO. (Textos NEPO, 20).
- BERQUÓ, E., OLIVEIRA, M. C. F. A. e CAMARGO, C. P. (1997). **A Fecundidade em São Paulo: Características Demográficas, Biológicas e Sócio-Econômicas**. São Paulo, CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências.
- BILAC, E. D., OLIVEIRA, M. C. F. A. e MUSZKAT, M. (2001). The “family man”. Fatherhood and fathering among middle-class

- Brazilian men in the 1990s. In: HOGAN, D. J. **Population Change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP.
- BROD, H. and KAUFMAN, M. (eds.) (1994). **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks: Sage Publications.
- CARVALHO, M. L. O., PIROTTA, K. C. M., SCHOR, N. (2001). Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. **Revista de Saúde Pública**, vol.35, n.1, p.23-31.
- CEPAL (1989). **Transformación Ocupacional y Crisis Social en América Latina**. Santiago de Chile: Naciones Unidas.
- CHIKAMATA, D. M. (1996). Male Needs and Responsibilities in Family Planning and Reproductive Health. In: **Planned Parenthood Challenges**. International Planned Parenthood Federation, p.8-10.
- CHODOROW, N. (1978). **The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. Berkeley: University of California Press.
- COLLIER, R. (1995). **Masculinity, Law and the Family**. London and New York: Routledge.
- COLTRANE, S. (1994). Theorizing Masculinities in Contemporary Social Sciences. In: BROD, H. and KAUFMAN, M. **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks: Sage Publications, p.39-60.
- CONNELL, R. W. (1998). El Imperialismo y el Cuerpo de los Hombres. In: VALDÉS, T. y OLAVARRIA, J. (eds.). **Masculinidades y Equidad de Genero en América Latina**. Santiago de Chile: FLACSO-Chile, p.76-89.
- CONNELL, R. W. (1987). **Gender and Power. Society, the Person and Sexual Politics**. Stanford: Stanford University Press.
- CONNELL, R. W. (1995). **Masculinities: Knowledge, Power and Social Change**. Berkeley: University of California Press.
- CONWAY-LONG, D.(1994). Ethnographies and Masculinities. In: BROD, H. and KAUFMAN, M. (eds.). **Theorizing Masculinities**. Thousand Oaks: Sage Publications, p.61-81.

- COSTA, R. G. (2002). Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**, vol.10, n.2, p.339-356.
- EDWARDS, S. R. (1994). The Role of Men in Contraceptive Decision-Making: Current Knowledge and Future Implications. **Family Planning Perspectives**, vol.26, n.2, p.77-82.
- FIGUEIRA, S. A. (org.) (1985). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- FIGUEROA PEREA, J. G. (1998). Fecundidad en el Ciclo de Vida Masculina: Apuntes sobre Algunos Temas para Discusión. In: LERNER, S. (ed.). **Varones, Sexualidad y Reproducción: Diversas Perspectivas Teórico-Methodológicas y Hallazgos de Investigación**. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo Urbano, p. 47-58.
- FONSECA, C. (2004). A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Revista Estudos Feministas**, vol.12, n.2, p.13-34.
- FREITAS, W. de M. F., COELHO, E. de A. C.; SILVA, A. T. M. C. (2007). Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.23, n. 1, p.137-145.
- FRIAS, L. A. M. e OLIVEIRA, J. C. (1991). Níveis, Tendências e Diferenciais de Fecundidade do Brasil a partir da Década de 30. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.8, n.1/2, p.72-111.
- FULLER, N. (1998). La Constitución Social de la Identidad de Género entre Varones Urbanos del Perú. In: VALDÉS, T. y OLAVARRÍA, J. (eds.). **Masculinidades y Equidad de Género en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile, p.56-68.
- GARCIA, S. M. (1995). **Homens e Reprodução: mudanças e permanências em um grupo de homens de camadas médias de São Paulo**. Campinas. Tese (Doutorado em Demografia) Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas.
- GIDDENS, A. (1984). **The Constitution of Society**. Berkeley: University of California Press.

- GOHEL, M., DIAMOND, J. J. and CHAMBERS, C. V. (1997). Attitudes Toward Sexual Responsibility and Parenting: An Exploratory Study of Urban Males. **Family Planning Perspectives**, vol.29, n.5, p.280-283.
- GOFFMAN, E. (1959). **The Presentation of Self in Everyday Life**. New York: Doubleday.
- GOFFMAN, E. (1979). **Gender Advertisements**. New York, Harper and Row.
- GRADY, W. R. et al. (1996). Men's Perceptions of Their Roles and Responsibilities Regarding Sex, Contraception and Childrearing. **Family Planning Perspectives**, vol.28, n.5, p.221-226.
- GRADY, W. R., KLEPINGER, D. H. and NELSON-WALLY, A. (1999). Contraceptive Characteristics: The Perceptions and Priorities of Men and Women. **Family Planning Perspectives**, vol.31, n.4, p.168-175.
- GREENHALGH, S. (ed.) (1995). **Situating Fertility: Anthropology and Demographic Inquiry**. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- HAMBURGER, E. (1998). Diluindo Fronteiras: A Televisão e as Novelas no Cotidiano. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, p.439-488.
- LANDRY, D. J. and CAMELO, T. M. (1994). Young Unmarried Men and Women Discuss Men's Role in Contraceptive Practice. **Family Planning Perspectives**, vol.26, n.5, p.222-227.
- LAQUEUR, T. (1990). **Making Sex. Body and Gender from the Greeks to Freud**. Cambridge and London: Harvard University Press.
- LAQUEUR, T. W. (1992). The Facts of Fatherhood. In: THORNE, B. and YALOM, M. (eds.). **Rethinking the Family: Some Feminist Questions**. Boston: Northeastern University Press, p.155-175.
- LEAL, O. F. e FACHEL, J. M. G. (1998). Aborto: Tensión e Negociación entre lo Femenino y lo Masculino. In: LERNER, S. (ed.). **Varones, Sexualidad y Reproducción: Diversas**

- Perspectivas Teórico-Metodológicas y Hallazgos de Investigación.** México: El Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos y de Desarrollo Urbano, p.303-318.
- MARCONDES, G. S. (2002). **Eternos Aprendizes: o vínculo paterno em homens separados e recasados de camadas médias.** Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. A. (1998). Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da Vida Privada no Brasil 4: Contrastes da Intimidade Contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, p.558-658.
- MILLS, C. W. (1956). **White Collars: The American Middle Classes.** New York: Oxford University Press.
- MUNDIGO, A. (1995). Papéis masculinos, saúde reprodutiva e sexualidade. **Conferência Intenacional sobre População.** São Paulo: Fundação McArthur.
- MUSZKAT, M., OLIVEIRA, M. C. F. A. e BILAC, E. D. (2000). **When three is better than two.** Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP. (Report presented to the World Health Organization, Strategic Component on Social Science Research in Reproductive Health).
- OLIVEIRA, M. C. F. A. et al. (1999). **Relatório Final do Projeto “Os homens, esses desconhecidos... Masculinidade e reprodução” apresentado à FAPESP.** Campinas, Núcleo de Estudos de População/UNICAMP.
- QUADROS, W. J. (1985). **A Nova Classe Média Brasileira: 1959-1980.** Campinas. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- QUADROS, M. T. (2004). **Homens e a contracepção: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife.** Recife. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

- RAMÍREZ, M. C. (1999). Os Impasses do Corpo: Ausências e Preeminências de Homens e Mulheres no Caso do Aborto Voluntário. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. (Dissertação de Mestrado em Antropologia).
- ROCHA, M. I. B. (1996). The Abortion Issue in Brazil: A Study of the Debate in Congress. **Revista Estudos Feministas**, vol.4, n.2, p.505-516.
- ROMANELLI, G. (1986). **Famílias de Camadas Médias: A Trajetória da Modernidade**. São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo.
- RUDDICK, S. (1992). Thinking about Fathers. In: THORNE, B. and YALOM, M. (eds.). **Rethinking the Family: Some Feminist Questions**. Boston: Northeastern University Press, p.176-190.
- SALÉM, T. (1986). Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.21, p.25-39.
- SCOTT, J. W. (1988). **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press.
- STRATHERN, M. (1995). Necessidade de Pais, Necessidade de Mães. **Revista de Estudos Feministas**, vol.3, n.2, p.303-329.
- THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE (1994). **Aborto Clandestino: Uma Realidade Latino-Americana**. New York.
- UNBEHAUM, S. G. (2000). **Experiência Masculina da Paternidade nos anos 1990: estudo das relações de gênero com homens de camadas médias**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.
- VAITSMAN, J. (1994). **Flexíveis e Plurais**. Rio de Janeiro: Rocco.
- VALDÉS, T. y OLAVARIA, J. (eds.) (1998). **Masculinidades y Equidad de Género en América Latina**. Santiago; FLACSO-Chile.
- VELHO, G. (1986). **Subjetividade e Sociedade: Uma Experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- VELHO, G. (1987). **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- VENTURA, Z. (1988). **1968. O Ano que Não Terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- VIVEROS, M. (1998). Decisiones Reproductivas y Dinámicas Conyugales. El Caso de la Elección de la Esterilización Masculina. In: VALDÉS, T. y OLAVARRÍA, J. (eds.). **Masculinidades y Equidad de Género en América Latina**. Santiago: FLACSO-Chile, p.146-157.

Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção em grupos populares

Marion Teodósio de Quadros

Introdução

A propagação da contracepção, nas sociedades ocidentais contemporâneas, vem sendo compreendida como um fator de mudança social, na qual há possibilidades para uma maior liberdade e autonomia femininas associadas, de um lado, à criação, ao uso de tecnologias e a saberes biomédicos e, de outro, ao modelo individualista (Dumont, 1985) ou histórico moderno (Loyola,2003)²⁰. Nesse sentido, põe em evidência a importância das questões de gênero e sexualidade para a compreensão das relações de poder e dominação (Foucault, 1985; Weeks, 1999; Bourdieu, 1999; Scott, 1993; Vance, 1995; Rubin, 1993 e 1998; Parker, 1991; Haraway, 1999), podendo contribuir para a conquista de redistribuição de poderes.

A contracepção tem um significado amplo, incorpora práticas e valores relacionados ao conhecimento e ao uso de métodos relacionados ao planejamento reprodutivo, à livre escolha, ao consentimento informado, às questões sobre políticas governamentais e ao controle populacional que perpassam os âmbitos individual e social. Questões de pertencimento a grupos sociais diferenciados,

20 Este modelo é baseado “na escolha individual do cônjuge, no amor-paixão, na possibilidade de divórcios e separações freqüentes, numa divisão de trabalho pouco rígida entre os sexos, na liberação (ou mesmo valorização) da sexualidade feminina, na igualdade jurídica e social entre os sexos, na identidade individual” (Loyola,2003: 877).

identidade pessoal e/ou familiar, importância e significados que os diferentes grupos sociais atribuem ao sexo, gênero, geração, etnia, etc., são referências fundamentais para a compreensão dos significados da contracepção.

Foi a partir da Conferência do Cairo (1994) que a participação masculina na vida reprodutiva passou a ser incorporada à promoção de direitos sexuais e reprodutivos²¹. Esta participação passa a ser reivindicada/estimulada diante da ideia de ausência do homem nas questões familiares. Esta ausência é entendida como forma de poder, minando a liberdade e a autonomia das mulheres, pois, do ponto de vista feminista, a sobrecarga com os cuidados e as responsabilidades da vida reprodutiva significam uma modalidade de controle do corpo feminino.

A prática contraceptiva, portanto, envolve médicos, cientistas e mulheres, estando vinculada a variadas formas de controle da natalidade pelo Estado, ou ainda, a múltiplas formas de controle e poder dos homens e das comunidades sobre o corpo das mulheres. Ao mesmo tempo, está vinculada a formas de luta e libertação, já que participação, responsabilidade e cuidado na contracepção remetem a um ideal de liberdade e de igualdade nas relações conjugais. Este ideal está ligado à promoção da igualdade nas relações de gênero e na vivência da sexualidade.

21 “Esforços especiais devem ser feitos no sentido de **ênfatizar e promover o efetivo envolvimento dos homens com relação à paternidade responsável e o comportamento sexual e reprodutivo, incluindo-se aí o uso da anticoncepção** em especial quando se trata da prevenção de gestações não desejadas ou de alto risco. O envolvimento masculino também deve ser estimulado em situações associadas à saúde materno-infantil e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV-AIDS; no que se refere a compartilhar o controle e a contribuição para a renda familiar, educação, saúde e nutrição das crianças; e também no reconhecimento e valorização das crianças de ambos os sexos. **As responsabilidades masculinas na vida familiar** devem, ser incluídas nos conteúdos da educação infantil desde muito cedo. No contexto destes esforços a prevenção de violência contra mulheres e crianças requer uma atenção especial” (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Programa de Ação, § 4.27. Grifos meus).

Na década de 90, aumenta a importância da participação masculina na vida reprodutiva do casal, uma vez que aparece largamente associada ao uso efetivo de algum método contraceptivo e à satisfação com o método escolhido. O uso de condom e a realização de vasectomia aumentaram 2,5 a 3 vezes em relação aos anos 1980 (Pesquisa Nacional sobre saúde materno-infantil e planejamento familiar, 1986; PNDS, 1996). Segundo Duarte et al. (2003), a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – PNDS (1996) também indicou que os homens, em união, respondiam por 19% dos métodos em uso, considerando a utilização de preservativo, a realização de vasectomia ou coito interrompido e a tabela, em conjunto com a parceira.

Este leque de dados e de questões influenciou as reflexões sobre a relação dos homens com a contracepção, a qual está quase sempre relacionada à ausência de envolvimento na prática contraceptiva ou na decisão do método a ser utilizado e/ou no desconhecimento dos métodos disponíveis, de suas características, de sua eficácia e de efeitos colaterais. O conjunto de indicadores demográficos de participação sugere uma mudança de conduta dos homens quanto à responsabilidade reprodutiva (Duarte et al., 2003). Nesse sentido, em que medida a participação de homens na contracepção poderia contribuir para a igualdade nas relações de gênero? Ou, ainda, poderia significar menor controle do corpo da mulher?

Os estudos demográficos relacionados à participação masculina têm revelado que o uso de métodos anticoncepcionais (ou contraceptivos) aumenta com a idade, com a escolaridade e com o fato de possuir filhos (Badiani; Camarano, 1998; BEMFAM; 1999a). O que ocorre com a participação dos homens dos grupos populares brasileiros, se tais grupos tendem a ter filhos/as, em média, quatro anos mais cedo do que as camadas médias²² e, ao mesmo tempo, possuem menor escolaridade?

22 Segundo os estudos sobre trajetórias masculinas em grupos populares, os jovens tendem a ter a primeira relação sexual, formar a família de procriação e ter filhos quatro anos mais cedo que os jovens de camadas médias. Um dos fatores que contribuem para esta configuração é a falta expectativa de realização de um curso superior. Para consultar a respeito ver Heilborn (1998 e 2005), Paiva (1995), Cabral

Há, ainda, uma outra questão a ser ponderada. O conhecimento e o uso de métodos são indicadores importantes para orientar a discussão sobre planejamento reprodutivo, entretanto muitas pesquisas apontam que não são suficientes para compreender o uso dos métodos (Berer, 2006; Almeida, 2004; Cabral, 2003 e 2002; Arilha, 2000 e 1999; Villa, 1997; Leal e Boff, 1996). A situação dos/as jovens brasileiros/as é ilustrativa: o preservativo masculino é amplamente utilizado e há muitas dificuldades no seu uso consistente (Quadros, 2007; Teixeira; Knauth; Fachel et al., 2006; Almeida MC; Aquino EM; Gaffikin L; Magnani RJ., 2003; Castro MG, Abramovay M, Silva LB., 2004)²³.

A insuficiência dos indicadores de conhecimento e uso dos métodos deve-se ao fato de que eles estão sempre informados e conformados por significados e práticas culturais relacionadas à sexualidade e à reprodução, de forma que o acesso a métodos contraceptivos e o uso deles se referem a dificuldades cotidianas, bem como a crenças e a valores de difícil percepção nas abordagens quantitativas. A falta de uso de um método, ou seu uso não consistente, não significa necessariamente que as pessoas não estão planejando sua vida reprodutiva (Quadros, 2007; Scott, Quadros, Longhi, 2002).

Este trabalho aborda os principais temas que informam valores e práticas relacionadas a diferentes tipos de participação masculina na contracepção em grupos populares ²⁴, por meio de análise qualitativa, procurando contribuir tanto para os estudos de gênero, que focalizam homens e masculinidades, quanto para as pesquisas relacionadas a direitos e à saúde reprodutiva. Para esta análise, foram utilizados os

(2002), Monteiro (1999a) e Aquino et al. (2003).

23 Berer (2006) assinala que este é um problema mais amplo, envolvendo jovens de diferentes países.

24 Contém uma versão modificada do capítulo conclusivo da minha tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do Professor Dr. Russell Parry Scott e co-orientação do Professor Dr. Remo Mutzenberg (Quadros, 2004), que estava inserida num projeto maior denominado *Estilos reprodutivos masculinos e femininos e organizações representativas*, coordenado pelo Prof. Parry Scott e financiado pela Fundação Ford e CNPq, de 2001 a 2007.

dados de 24 entrevistas com homens de 18 a 35 anos e diversidade nos tipos de parcerias fixas e/ou eventuais, bem como de observações de duas comunidades populares da periferia recifense²⁵. As entrevistas foram realizadas no âmbito da minha pesquisa de doutoramento, entre 2002 e 2003, no Ibura, um bairro que possui número elevado de adolescentes grávidas, destaca-se quanto aos óbitos por causas externas associadas à violência e possui grande incidência de ocorrências de crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Também está entre os bairros recifenses com maior número de notificações de casos de AIDS (Scott e Quadros, 2008a e 2008b).

Neste artigo, estarei destacando algumas semelhanças percebidas como substrato da variedade de comportamentos existentes em relação ao comportamento contraceptivo dos homens entrevistados. O primeiro item deste trabalho indica, de maneira geral, a variedade das formas de participação na contracepção dos homens entrevistados²⁶ e apresenta um perfil geral das diferentes formas de participação na contracepção para ilustrar as suas características mais marcantes. Nos itens seguintes, passarei a evidenciar as semelhanças encontradas nas práticas e nos valores dos homens, abordando os seguintes temas: a socialização; a classificação de mulheres; as práticas sexuais; as fontes de informação; a responsabilidade na contracepção; o silenciamento do aborto; a participação e os controles masculinos relacionados à contracepção.

25 Os nomes das comunidades não serão revelados para garantir o anonimato dos informantes.

26 Na tese elaborei uma pequena biografia de 18 dos 24 entrevistados, que contam suas trajetórias sexuais e afetivas. Nelas há depoimentos dos próprios entrevistados sobre alguns dos aspectos marcantes de suas vidas. Para conhecer as trajetórias dos entrevistados ver Quadros (2004).

Formas de participação dos homens na contracepção

A análise das falas dos 24 entrevistados e as observações realizadas nas duas comunidades onde os entrevistados residiam apontaram para uma variedade de comportamentos existentes entre os homens pesquisados. Há diferentes formas de participação na contracepção que se tornam visíveis nas maneiras que os homens encontram para evitar filhos²⁷, no decorrer de suas trajetórias. Cerca de um terço dos entrevistados está ausente da contracepção, pois relaciona a prática contraceptiva ao campo de atuação da mulher. Os homens, identificados como os mais ausentes na contracepção, praticam mais a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), deixando para a mulher a prática da contracepção. Já o planejamento do método a ser adotado pelo casal sofre forte influência do homem, visto que a maioria deles mantém o controle sobre o planejamento familiar por meio de regras de fidelidade, do controle das atribuições da mulher como cuidadora e do homem como provedor do lar. Geralmente é o homem quem toma a iniciativa de casar e a decisão de não ter mais filhos.

Um outro grupo, que também se compõe de um terço dos entrevistados, inicia seu envolvimento com a contracepção a partir do casamento ou do nascimento do primeiro filho. A prática da contracepção destes homens deve ser entendida de modo dinâmico, pois eles se percebem como coadjuvantes, ficando mais presentes à medida que sentem o peso do provimento da família e/ou problemas de adaptação da esposa ao uso de métodos hormonais. A maior preocupação com a prevenção de IST/AIDS, antes do envolvimento com a contracepção, faz com que estes entrevistados tenham muitas semelhanças com os que foram apresentados anteriormente, ou seja,

²⁷ A referência aos/as filhos/as são importantes para os grupos pesquisados e fortes identificadores dos homens entrevistados. Como não houve referências fortes às expectativas de ter um filho homem ou uma filha mulher, optei por falar dos filhos dos entrevistados no masculino, como forma de preservar o anonimato.

aqueles que consideram a contracepção como campo de atuação da mulher.

O último terço dos entrevistados se envolve com a contracepção desde o início da vida sexual. Para este grupo, evitar filhos tem maior ou igual importância que a prevenção das IST/AIDS. Nas trajetórias desses homens, há diferenças que me levaram a dois subgrupos: a) a contracepção como envolvimento com a parceira e b) a contracepção como temor do casamento e da paternidade fora do tempo e das condições materiais que eles planejaram.

Levando em conta as variações encontradas, desenhei um perfil contraceptivo que parece estar presente na maioria das trajetórias dos entrevistados: os mais jovens possuem uma postura que compreende desde a total falta de interesse e de conhecimento sobre a contracepção, até tomar conhecimento e assumir a prática contraceptiva pelo temor da paternidade. Com o passar do tempo, acumular experiências sexuais é fundamental para a identidade masculina.

Esse acúmulo significa variedade de práticas sexuais e número de parceiras sexuais. Menos de um terço desses jovens começam a usar contraceptivos na primeira relação sexual. Com o passar do tempo, o número de utilizadores eventuais de algum método cresce para 100% e o de utilizadores atuais, cresce de 30% para 65%, aproximadamente. Há, também, uma mudança no perfil de uso. Para os mais jovens, o método mais utilizado, desde a primeira relação ou de modo eventual, é o condom, isolado ou associado à pílula e /ou injeção. Ele pode ser utilizado com a finalidade da prevenção das IST/AIDS ou da contracepção e, em nenhum dos casos, há desconhecimento da dupla proteção.

Quando assume um namoro fixo ou casamento, tende a deixar o condom e trocá-lo pela pílula ou injeção. O condom passa a ser usado quando o homem tem relações extraconjugais. No casamento, geralmente, a partir do nascimento do 2º ou 3º filho, as mulheres fazem a ligação de trompas. O perfil contraceptivo tende a mudar com o estabelecimento de uma relação fixa (namoro ou casamento). Por outro lado, as namoradas fixas engravidam em mais da metade

dos casos, o que leva a crer que a estabilidade da relação provoca um certo relaxamento quanto à prática da contracepção e, também, que a paternidade é um valor importante para a passagem à vida adulta, pois a gravidez da namorada fixa, mesmo que não leve à formação da família de procriação, por meio do casamento dos pais, proporciona aos entrevistados assumirem responsabilidades de provimento que consideram importantes para o próprio amadurecimento ou experiência de vida, fazendo com que redirecionem, pelo menos, parte do dinheiro gasto em farras para os gastos com a criança. É justamente assumindo essa responsabilidade que muitos deles se dão conta das dificuldades que existem para educar o/a filho/a e passam a se preocupar com a contracepção.

Há vários momentos para se preocupar ou iniciar a prática da contracepção. Alguns nunca se preocupam; outros, fazem-na desde o início da vida sexual, outros no casamento ou nascimento /assunção do primeiro filho. A maioria possui ideias e práticas parecidas quanto à classificação de mulheres e aos mecanismos de controle.

A maioria dos entrevistados afirmou que ele ou a parceira estão usando algum método atualmente. Poucos foram os homens que mostraram uma atitude refratária à prática contraceptiva, dentre os que alegaram não estar utilizando algum método.

Diferentemente dos homens de classe média pesquisados por Coleta, Bilac e Mustak, no artigo anterior, a religião mostrou-se importante para o comportamento sexual e contraceptivo masculino. O pertencimento a um grupo religioso parece “organizar” moralmente a vida masculina a partir de valores identitários diferenciados. No caso dos evangélicos, esse direcionamento, ligado à abstinência sexual até o casamento, é um suporte para construir a identidade a partir de parâmetros diferenciados no que diz respeito à virilidade e à aquisição de experiência de vida.

Essa variedade de comportamentos encontrada traz consigo algumas semelhanças observadas, com diferentes intensidades. As diferenças entre as trajetórias contraceptivas, especialmente quanto às ideias e valores dos entrevistados, são discretas. Trata-se de valores

e de práticas que os homens possuem em relação às mulheres, na classificação daquelas ideais para o namoro e para o casamento, e das que se destinam apenas ao prazer sexual; das formas de controle masculino, como nas conversas sobre sexo e mulheres com amigos; do uso dos métodos masculinos (coito interrompido e condom) mais praticados pelos solteiros e/ou nas relações eventuais; dos métodos femininos (pílula, injeção e ligação de trompas) mais praticados pela companheira dos casados e do silenciamento em relação ao aborto.

O grupo dos homens que inicia seu envolvimento com a contracepção, a partir do casamento ou do nascimento do primeiro filho, se distancia um pouco deste ideário, na medida em que possui preocupação com a esposa relacionada à sua saúde e à ajuda nos cuidados com os filhos. O grupo que mais se distancia deste ideário e dessas práticas é constituído pelos homens que praticam a contracepção como envolvimento com a parceira. Seus posicionamentos indicam maior preocupação com a igualdade de gênero, embora esta preocupação não signifique rompimento ou superação de desigualdades vividas. Vejamos, agora, os valores e práticas contidas neste ideário.

Socialização

A socialização aparece como manancial de experiências nas quais os espaços masculinos e femininos se delineiam, especialmente através das brincadeiras, nas quais meninos e meninas só estão juntos em determinadas horas ou em brincadeiras específicas. São elementos pouco lembrados ao falar explicitamente de contracepção, mas que, nem por isso, devem ficar ausentes de consideração quando se quer entender os valores e as atribuições de gênero que influenciam tais práticas.

A maioria dos entrevistados relata uma diferenciação nas brincadeiras de meninos e meninas. É precisamente nas brincadeiras específicas que já se pode ver um certo jogo de sedução, uma certa erotização ou mesmo um ensaio de atribuições de gênero que povoam a vida desses homens na atualidade. A quadrilha de São João; os

aniversários de bonecas, nos quais as meninas participam da preparação das guloseimas e da arrumação/ornamentação do espaço e os meninos participam da festa; a brincadeira de “pêra, uva, maçã” na qual se escolhe quem beija e quem é beijado; a brincadeira de médico, na qual a “paciente” tira a roupa para ser “examinada” pelo médico e a brincadeira de “papai e mamãe” ou brincar de “casinha”, nas quais meninos e meninas representam a vida em família, foram exemplos citados pelos entrevistados (Parker, 1991; Ribeiro, 2003).

Essas brincadeiras começam a ocorrer desde muito cedo e antes dos dez anos de idade. Já há muitos relatos sobre tais experiências, indicando a incorporação (no sentido de Bourdieu) de forte demarcação sexual na incitação dos prazeres e uma forte divisão de atribuições por gênero, na qual o menino e a menina exercitam e ensaiam as seduções, as conquistas sexuais e as atividades que serão exercidas, no entender deles, quando se tornarem adultos (Rios, 2003). Meninos estão mais ligados à capacidade de conquistar as meninas e de conquistar muitas meninas; meninas estão mais ligadas à capacidade de desempenhar bem os cuidados com as bonecas e a casa, gostam de ser escolhidas para o beijo na brincadeira de “pêra, uva, maçã” e gostam de ser desejadas.

Alguns homens relataram experiências mais inclusivas, nas quais havia um grande número de brincadeiras compartilhadas, como jogar peão, brincar de academia, empinar pipa, brincar de “esconde-esconde”. Entre alguns deles pode-se notar uma experiência diferenciada em suas trajetórias quanto à preocupação com a mulher, com as atribuições de gênero e com a vida conjugal. Homens que praticam a contracepção como um componente do envolvimento com a parceira, e alguns dos que se envolvem com a contracepção a partir do casamento ou do nascimento do primeiro filho assumido compõem este grupo, permitindo a possibilidade de pensar nestas experiências mais inclusivas da infância como oportunidades de incorporações igualmente diferenciadas (Chodorow, 1978; Santos, 2003). As conversas, a cumplicidade e as brincadeiras compartilhadas com irmãs também parecem importantes componentes dessas experiências diferenciadas.

A classificação de mulheres: uma forma básica de contracepção e prevenção

A classificação de mulheres entre aquelas com as quais os homens entrevistados podem (mesmo que não o façam) apenas ter relações sexuais e as que eles desenvolvem um relacionamento de compromisso de namoro (tendo ou não relação sexual) ou casamento, foi um evento para o qual convergiram várias formas de controle masculino. Em todas, as práticas apresentadas eram relacionadas à contracepção e, também, à prevenção de IST/AIDS (Corrêa, 1996a e 1996b; Freyre, 1943; Parker, 1991). A matriz classificatória dos homens opõe mulheres da casa, da família e mulheres da rua (Da Matta, 1985), que gostam de sair à noite para se divertir, ou, dentro do mesmo raciocínio, mulheres limpas e mulheres sujas (Duarte, 1993), ou ainda , mulheres direitas ou certinhas e mulheres da vida. Esta oposição enseja variadas formas de regular as práticas sexuais femininas e moralizar as masculinas, por meio da desvalorização da experiência sexual das mulheres da vida e da valorização das mulheres direitas para o casamento ou compromisso, ligada ao desejo de constituir uma família (Leal, 1998; Szaz, 2000; Villa, 1997; Arilha, 1999; Leal e Boff, 1996; Guerriero, 2001; Heilborn, 1998b).

Este desejo pressupõe uma série de pré-requisitos ligados ao provimento masculino, dentre os quais chamou a atenção o fato de alguns entrevistados construírem sua casa antes mesmo de conhecer a pretendente ao casamento. São diversificadas as formas de denominar ou classificar as parceiras; já os cuidados contraceptivos e ou preventivos são efetivados levando em conta a classificação pré-estabelecida para a mulher e a maneira de se relacionar sexualmente com as parceiras.

Para uma mulher direita, limpa e de respeito (Duarte, 1983; Da Matta, 1985), há um tratamento de maior tolerância em relação às preferências femininas nas práticas sexuais e, ao mesmo tempo, uma gradação na qual o homem vai se envolvendo com os cuidados contraceptivos, chegando a assumir totalmente a prática contraceptiva,

em alguns casos. A decisão sobre o método a ser utilizado é geralmente o resultado de uma negociação entre o casal, o que ocorre com a maioria dos homens entrevistados, embora a escolha seja principalmente do homem, por considerar que tem mais experiência de vida e da prática do sexo e, portanto, está “mais apto” a fazer a escolha certa para o casal (Leal e Boff, 1996; Bozon, 1995 e 2006; Pimenta et al., 2000; Paiva, 1995 e 2000; Heilborn, 1999; Monteiro, 1999a e 1999b). A mulher direita deve demonstrar inexperiência na relação sexual e preferir práticas sexuais do tipo “papai e mamãe”. Ela deve aprender as práticas sexuais com o namorado ou o marido.

Casar virgem ou inexperiente parece uma situação ideal, pois, entre outras coisas, deixa o homem com menor preocupação em relação à IST/AIDS. Os homens se identificam como mais experientes em relação à vida e ao sexo do que as mulheres com as quais pretendem namorar ou casar; talvez, por isso, o aumento da idade ou o passar do tempo são fundamentais para que o homem ganhe experiência.

A falta de experiência sexual feminina, portanto, é encarada como uma vantagem para o homem. Um dos fatores que evidenciam esta vantagem é o aumento do poder de persuasão masculino quanto às escolhas do planejamento da família, tanto que os homens pesquisados tendem a casar com mulheres mais jovens que eles (Bozon, 1995 e 2006; Heilborn, 1999; Berquó, 1989; Goldani, 1993 e 1994; Goldemberg, 1990). Assim, as práticas sexuais são encaradas como uma forma de poder masculino (Parker, 1989). A importância do trabalho e do provimento da família pode se adicionar às práticas sexuais como forma de assumir responsabilidades e exercer o poder (Arihla, 1999; Cabral, 2003, Almeida, 2004; Szas, 2000; Villa, 1997). Assumir compromissos inclui algum grau de participação na contracepção ou, quando ocorre a gravidez, na assunção da paternidade (Arihla, 1999; Leal e Fachel, 1999; Pimenta et al., 2000; Cabral, 2003).

As mulheres experientes - da vida, da rua, as sujas, as desconhecidas - são mulheres das quais os entrevistados não possuem certeza acerca de seu comportamento sexual, tornando-se, por isso, perigosas e, ao mesmo tempo, mulheres que podem passar a sua experiência para os

homens, que as adquirem e as usam como forma de poder sobre as outras mulheres, aquelas com as quais ele pode assumir compromissos. Esta tendência fica evidente pelo fato dos entrevistados terem sua primeira relação sexual com mulheres mais velhas e mais experientes.

A primeira relação sexual pode ser vista como um ganho de experiência masculina, quando a mulher não é mais virgem ou um ganho de experiência e descobertas a dois, quando o casal é virgem (Heilborn, 1998 e 1999). Houve uma variedade de modalidades da primeira experiência, mas os homens não se propunham a firmar um compromisso com as mulheres com as quais tiveram sua primeira relação sexual. A continuidade do namoro ou a evolução para o casamento ocorre quando já tem um compromisso firmado com a parceira. Menos de um terço dos homens relatam que utilizaram algum método contraceptivo na primeira relação. Entre os métodos, o mais escolhido foi o condom, coincidindo com o que foi encontrado por pesquisas quantitativas como tendência brasileira (Badiani e Camarano, 1998; BEMFAM, 1999a e 1999b; Castro, Abramoway e Silva, 2004).

Com as mulheres, classificadas pelos entrevistados como experientes, desconhecidas, sujas etc., o grau de cuidado tomado em relação à IST/AIDS ou à contracepção também é variado. Os homens tendem a se preocupar mais com a prevenção de doenças do que com a contracepção. Esta preocupação parece muito ligada ao fato de que eles não possuem o controle ou envolvimento suficiente no que diz respeito às práticas sexuais dessas mulheres e, portanto, também não entendem que devem assumir algum compromisso relacionado à concepção ou à contracepção (Almeida, 2004; Ramirez, 2000; Castro, Abramoway e Silva, 2004). Eles possuem várias formas de se cuidar: não tendo relações sexuais com mulheres desconhecidas, sujas ou de rua, especialmente as prostitutas, consideradas as que mais podem transmitir doenças; ou ainda, confiando no controle contraceptivo realizado pela parceira e se isentando de qualquer responsabilidade; e não permitindo que ela conheça onde ele reside ou, providenciar a mudança de endereço domiciliar quando este já for do conhecimento

dela. Isso é uma garantia para não vir a assumir a paternidade se houver gravidez de uma parceira do tipo desconhecida ou suja.

Em geral, a classificação dos tipos de parceria sexual serve como guia para que o homem assuma ou não um compromisso maior com a mulher. As mulheres “honestas” são as preferidas para os relacionamentos fixos e as mulheres “experientes” são preferidas para os relacionamentos eventuais. Os cuidados tomados pelos homens, a partir da classificação das mulheres, estão ilustrados sumariamente no quadro da página seguinte.

Os cuidados masculinos variam num gradiente que vai da proteção total (usar sempre o condom) à despreocupação por completo, tanto com as parceiras fixas quanto com as eventuais. O que diferencia umas das outras é o comportamento que apresentam, sendo a experiência sexual um forte componente de desqualificação da mulher para a assunção de um namoro ou casamento por parte do homem (Castro, Abramoway e Silva, 2004; Leal e Boff, 1996; Duarte, 1983).

Entretanto, na prática, esse sistema classificatório masculino não é tão fechado. Há relatos em que alguns homens se referem à esposa dizendo que “ela não é tão certinha”, para os quais a experiência sexual da esposa é mencionada como um de seus atributos. Há, também, relatos de alguns homens que mencionam terem se apaixonado por mulheres que gostam de se relacionar com muitos homens. Na realidade, muitos entrevistados são ambivalentes quanto a este assunto, pois parecem não gostar que a esposa seja muito experiente em relação às práticas sexuais e, ao mesmo tempo, reclamam que a relação sexual com a esposa virou uma rotina, justificando, assim, a saída à procura de outras mulheres fora do casamento.

Quadro: Classificação de mulheres segundo os homens entrevistados

Mulheres que “servem” apenas para o prazer sexual ou das quais é preferível manter distância	Mulheres com as quais se pode namorar ou casar
<ul style="list-style-type: none">• Menina desconhecida• Amiga de farra• Mulher de fora• Mulher da vida• Mulher da rua• Mulher suja• Menina de programa• Prostituta• Mulher de cabaré• Qualquer uma• Menina que gosta de sair• Menina que gosta de curtir à noite• Uma dessas de badalação• Mulher separada ou viúva• Mulher com filhos	<ul style="list-style-type: none">• Menina limpinha• Menina aqui da rua• Menina limpa• Menina de família• Menina direita• Menina quieta• Menina que vive dentro de casa• Mulher honesta
Cuidados masculinos mais praticados com a parceira eventual	Cuidados masculinos mais praticados em relação à parceira fixa
<ul style="list-style-type: none">• Usar o preservativo se a mulher for suja, desconhecida, tenha transado com outros homens etc.• Usar o preservativo somente com prostitutas, mulheres de cabaré etc.• Não manter relações sexuais com prostitutas.• Usar preservativo em todas as relações sexuais.• Não usar preservativo, perguntando se a parceira está usando algum método ou tem alguma doença e confiando no que ela disser.• Não usar preservativo sem perguntar se a parceira está praticando algum método.	<ul style="list-style-type: none">• Fazer com que a parceira tome a pílula ou a injeção.• Providenciar /incentivar a parceira a fazer a ligação de trompas.• Combinar com a parceira o uso de contraceptivos femininos.• Usar preservativo em todas as relações sexuais e sempre pedir a parceira que utilize a pílula ao mesmo tempo.• Usar preservativo em todas as relações sexuais.• Usar preservativo associado à abstinência periódica.• Não usar preservativo nem perguntar se a parceira está praticando algum método.• Não usar preservativo, perguntando se a parceira está usando e confiando no que ela disser.

Comparando a postura de todos os homens entrevistados quanto à confiança que depositam na parceira sexual, há uma gradação que não está associada às práticas encontradas nas trajetórias dos entrevistados de modo direto, embora seja um dos fatores que contribui, de modo fundamental, para a sua posição em termos de idéias e procedimentos relacionados à contracepção.

É certo que há mais confiança na esposa ou namorada fixa do que em outros tipos de mulheres, mas também há um maior número de mecanismos de controle em relação a elas. Isso não quer dizer que toda mulher experiente inspire desconfiança. A confiança não depende somente do tipo de mulher. Há uma disposição masculina de confiar, mais ou menos, em algumas mulheres por fatores variados que dependem de sua trajetória de vida, do momento em que ocorre a relação, da aparência da mulher e de suas disposições corporais etc (Almeida, 2004; Heilborn, 1998 e 1999; Heilborn e Gouveia, 1999; Barbosa, 1999; Scott, 1990; Scott, Quadros e Longhi, 2002). Um dos cuidados acionados por alguns deles era não manter relações sexuais com prostitutas ou usar condom com estas e quando se relacionam com as que consideram sujas, experientes e desconhecidas. Alguns não confiam em mulher alguma, usando o condom e/ou a pílula/injeção em todas as relações sexuais. As questões de confiança, quando associadas às práticas sexuais, possuem outras implicações que veremos a seguir.

Práticas sexuais e exercício de poder: virilidade, infidelidade e identidade

As práticas sexuais desenfreadas, a forte disposição para a atividade sexual, de estar sempre pronto para ter relações sexuais com uma mulher, podem ser observadas em várias situações nas quais os homens se envolvem. Há, inclusive, uma variedade de denominações para os tipos de relacionamento que um homem pode ter com uma mulher: ficar, ter um rolo ou um esquema, ter relações sexuais porque apareceu a oportunidade, sair ou rolar. Esses são alguns dos nomes atribuídos

pelos entrevistados às relações sexuais que possuem com parceiras eventuais, de modo concomitante ou não a uma parceria fixa. De toda forma, a infidelidade é uma prática permitida apenas aos homens, para a maioria dos entrevistados, ou não é permitida nem para os homens nem para as mulheres (Leal, 1995; Szaz, 2000; Brandes, 1985; Parker, 1991; Da Matta; 1985; Castro, Abramoway e Silva, 2004).

A variedade de práticas sexuais e a quantidade de mulheres com as quais os homens mantêm relacionamentos são dois critérios importantes em suas falas. Uma mulher da rua não pode praticar apenas o sexo do tipo “papai e mamãe” ou o que eles também chamam de “o principal”. A busca do prazer, a virilidade e a ligação com as práticas sexuais como importantes formadoras da identidade masculina, são fatores que complicam para o protagonismo masculino na prática de métodos (coito interrompido, condom e vasectomia). Geralmente, os dois primeiros estão associados à diminuição do prazer e o último à possibilidade de perder a virilidade, ou seja, deixar de ser homem.

Idealmente, a mulher de casa deve ser bonita e não expressar muita experiência sexual. As mulheres certinhas, direitas etc., geralmente são aquelas com as quais as práticas sexuais são menos variadas e, ao mesmo tempo, podem obter informações sobre o seu comportamento sexual e/ou observar os seus atributos para os cuidados com a família. Isto acontece devido à proximidade que possuem de sua residência na vizinhança ou ao convívio no trabalho ou na escola. A localidade, especialmente as relações de vizinhança e amizade, parece muito importante para as formas masculinas de controle (Duarte, 1983; Scott, 1990; Parker, 1991).

A valorização da sexualidade masculina enquanto prazer e da feminina para a reprodução são marcas identitárias fortes para os homens pesquisados. Esses valores são fortes na cultura brasileira como substrato dos mecanismos de controle masculino que incluem a localidade e o conhecimento como formas de garantir a fidelidade feminina e a certeza da paternidade. A identificação do homem com o sexo e da mulher com a reprodução parecem perpassar grupos estudados em outras classes sociais, em gerações de jovens ou adultos

(Duarte, 1983; Parker, 1991; Da Matta, 1985; Heilborn, 1999; Oliveira, Bilac e Mustak, 2002; Pirotta, 2002; Cabral, 2003; Almeida, 2004; Almeida, 2002; Almeida et al., 2003), dificultando o protagonismo masculino na contracepção e o estabelecimento de relações de gênero mais equânimes. No próximo item iremos abordar vários aspectos envolvidos na negociação sexual que dificultam relações equânimes nas parcerias sexuais e afetivas.

Compondo o cenário da negociação sexual: as fontes de informação sobre sexo, prevenção e contracepção

Os amigos são fontes de informação substancial sobre sexo, prevenção e contracepção. São com eles que os entrevistados falam sobre masturbação e são os amigos mais velhos que têm relações sexuais em ruas, becos e outros lugares deixando aos mais novos a chance de observarem o ato e aprenderem como se faz. Com os amigos, os entrevistados não possuem vergonha de conversar. Eles estão muito presentes em rodas de conversa e atualizam as informações sobre as mulheres com as quais tiveram relações sexuais; procuram identificar as mais “safadas”, as mais “certinhas”, as que não oferecem risco de envolvimento mais sério, etc. Os amigos também incentivam e pressionam para que os entrevistados tenham a sua primeira relação sexual o mais cedo possível. Nesse ambiente, circulam informações sobre métodos contraceptivos e prevenção de doenças, muito galgadas nas experiências do próprio grupo e em informações muito difusas sobre os métodos (Fonseca, 2000).

As conversas masculinas são formas de controle que entrelaçam as idéias a partir da classificação de mulheres e da busca do prazer sexual, especialmente para os jovens. Muitos deles afirmam que ter filhos é um assunto que nem é cogitado, nem é pensado. Mais tarde, com o passar do tempo, os projetos para a formação da família de procriação também chegam às rodas de conversa e o fato de engravidar uma

mulher pode ter um significado importante, pois está ligado à assunção da paternidade, uma forma de reconhecimento do homem enquanto um ser responsável e adulto (Heilborn, 1999; Leal e Boff, 1996; Arilha, 2000; Quadros, 1996). Alguns entrevistados mencionaram a ausência de prática contraceptiva com algumas namoradas por conta da vontade de ser pai e ter uma família de procriação. Eles gostariam que as parceiras engravidassem para que pudessem assumir uma família.

Chamou atenção o caso de um entrevistado que, possuindo curso técnico na área de saúde, mencionou que ensinava aos amigos os métodos contraceptivos, sua eficácia e seu modo de uso. Ele teve um filho atribuído, por ele mesmo, a um “furo de tabela”. Este e outros exemplos das entrevistas chamam a atenção para a relação sinuosa que envolve o conhecimento e o uso correto do método contraceptivo, bem como para a escolha realizada pelo entrevistado, que preferiu correr o risco da combinação entre uso do condom e tabela a outros métodos mais seguros, porém com efeitos colaterais para a esposa (como a pílula anticoncepcional).

A vergonha está ligada ao sexo (Duarte, 1993). Para muitos dos homens entrevistados, falar sobre sexo com os pais, tios ou avós é considerado uma falta de respeito. Para outros, era tido como um sinal de boa educação, de boa orientação recebida dos pais. Neste aspecto, há uma tendência relacionada à idade. Homens mais novos valorizam a conversa sobre sexo e contracepção com os pais como uma forma de reconhecimento do início de sua passagem para a vida adulta (Almeida et al., 2003) e os mais velhos têm medo de conversar sobre tais assuntos com os seus ascendentes.

A vergonha também é um impeditivo para as conversas sobre sexo e sobre prevenção com as amigas (quando há amigas). Neste caso, não há uma distinção de idade. A maioria dos homens não tem amigas mulheres e quando as tem, não conversa sobre sexo ou contracepção. As poucas conversas, em que o sexo e a contracepção aparecem, estão baseadas na ideia de que os homens, mais experientes, devem ensinar às mulheres o que é melhor, pois eles sabem mais. Este também é o rumo das conversas da maioria dos homens casados com as esposas,

evidenciando, mais uma vez, a importância da experiência nas práticas sexuais como forma de poder masculino.

A negociação sexual encontra um ambiente desigual para se efetivar, no qual os homens se afirmam com a experiência sexual e a busca de maiores e melhores prazeres. Quando as mulheres são mais experientes, os homens se acham mais isentos das preocupações com a contraceção. Quando a relação de namoro fica mais estável ou fixa, eles tendem a se preocupar menos com a contraceção. Quando estão casados e não possuem o número de filhos desejados, procuram se envolver na prática contraceptiva a partir de dificuldades de adaptação da esposa a métodos anticoncepcionais hormonais. Quando já possuem o número de filhos, que julgam suficiente, procuram ativamente uma solução definitiva que, na maioria das vezes, é a ligação de trompas. Os homens de grupos populares entrevistados possuem um repertório variado de práticas de envolvimento com a contraceção e também do tipo de responsabilidade que assumem no planejamento reprodutivo, como será visto no próximo tópico.

Responsabilidade na contraceção: um importante indicador da desigualdade na negociação sexual

A responsabilidade é um termo polissêmico e foi mencionado em dois contextos distintos. O mais importante foi o da concepção, a paternidade como forma do reconhecimento social, da passagem para a vida adulta, da aquisição de responsabilidade que leva à tomada de consciência das dificuldades da vida, do compromisso com o provimento e o trabalho, do comprometimento e da ligação com o mundo das crianças. Esta responsabilidade de ser pai, em muitos casos, inspira a responsabilidade na contraceção, pois as dificuldades enfrentadas na criação dos filhos servem de alerta para uma atitude mais preventiva que possibilite uma educação de qualidade para as crianças.

Alguns homens não precisam alcançar a paternidade para adquirir essa responsabilidade na contraceção. Eles parecem cientes de que

precisam planejar o momento certo para a paternidade. Nesse sentido, podem adquirir maior protagonismo na prática contraceptiva ou maior preocupação com a prática contraceptiva da namorada. Não há receita certa, depende de vários fatores, especialmente da aceitação do uso do condom, como necessário, mesmo que limite o prazer.

Assim, dizer-se responsável pela contracepção não significa estar se referindo a uma divisão igualitária de preocupações e práticas contraceptivas. Poucos homens se acham tão responsáveis quanto as mulheres na preocupação e na prática contraceptiva. Muitos acham que são responsáveis em teoria, mas a prática cabe à mulher. Outros dizem que existe *a parte do homem e a parte da mulher*, mas a mulher deve estar sempre preocupada e praticando a contracepção. Outros, por vincularem diretamente a responsabilidade da contracepção à paternidade (Arihla, 1999), enfatizam que as consequências por não praticar a contracepção são desiguais. Alguns deles mencionam que elas são piores para a mulher, outros enfatizam que são ruins para a criança, sempre colocando maior liberdade de ação para os homens que se preocupam, principalmente, com o compromisso relacionado ao provimento.

A negociação sexual desigual está refletida no tipo de responsabilidade assumida pelo homem na contracepção, que é baseada num pressuposto: há atribuições diferentes para sexos diferentes. Mesmo que os homens se preocupem com a contracepção, colocam maior responsabilidade de sua prática para as mulheres e/ou reconhecem que as consequências da sua falta são piores para mulheres e crianças. Um dos resultados da falta ou erro na contracepção pode ser o aborto, que será explorado abaixo.

Aborto: um assunto silenciado

Os entrevistados falaram pouco sobre o aborto e seus depoimentos contêm opiniões normativas contra o procedimento e indicativo de autoridade sobre o corpo da mulher, quando ela não é fiel ao marido. O alheamento é a atitude mais adotada entre os que mencionaram o

aborto, especialmente nos casos em que a gravidez havia ocorrido com uma parceira eventual ou com uma namorada cujo compromisso havia deixado de existir antes que ele soubesse que ela estava grávida.

Na verdade, a fala sobre a gravidez inesperada evidenciou outra nuance do comportamento masculino: um empenho muito grande para não assumir qualquer compromisso, “sumindo” do local onde morava para que a ex-parceira não pudesse encontrá-lo. Como já mencionei acima, esta estratégia é muito recorrente. Muitos entrevistados mencionaram que não se preocupam com o desfecho de uma relação sexual com prostitutas ou garotas de programa, exatamente porque elas não sabem onde eles moram.

Entre os homens que deram suas opiniões normativas sobre o aborto, todos são pouco favoráveis a esta prática, admitindo apenas, em certas circunstâncias, como o risco de vida da mulher e/ou da criança, a saúde da mulher. Não houve referência à vontade da mulher não ter filhos como um motivo justo para o aborto provocado.

Observa-se que as conversas sobre o aborto, entre os homens pesquisados, são estritas e marcadas por preocupações e silenciamentos. De uma das entrevistas (Adão), este aspecto ficou evidente com comentários que demonstram ser o aborto um assunto delicado para os homens. Reforça esta tendência, o fato de ter-se observado o relato da experiência vivida em relação ao aborto de apenas um dos entrevistados.

Nesse sentido, concordo com Foucault, quando menciona o silêncio e o segredo como indicativos de poder que “fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras” (1985:96). O aborto aparece como o lado obscuro e silenciado das estratégias que os homens entrevistados possuem para evitar filhos.

O aborto pode ser um recurso cogitado pelo homem para “corrigir” uma infidelidade e/ou para culpabilizar a mulher com as consequências jurídicas e morais de sua prática. Na verdade, a gravidez e o aborto são momentos em que a mulher pode estar mais forte e, também, mais exposta a uma decisão masculina de

se comprometer ou não. No aborto, as escolhas masculinas estão direcionadas para a isenção e a falta de comprometimento. Em relação ao aborto, os homens pesquisados demonstraram um cuidado excessivo em qualificar e/ou omitir informações sobre qualquer forma de participação. Se, no caso do aborto, a normatização e a omissão parecem caminhos frequentes, na contracepção, evidenciam-se várias formas de participação, como temos visto até agora. Uma reflexão sobre as variadas formas de participação masculina na contracepção é objeto do próximo item.

Participação e controles

De acordo com o que foi visto até o momento, pode-se dizer que o homem participa da contracepção de modos variados, usando ou não os métodos existentes. Os critérios e os cuidados masculinos com a contracepção se dão a partir de distinções baseadas na classificação de mulheres e em formas de controle direcionadas pelo compromisso que assumem com a parceira. Ser experiente nas práticas sexuais, ser trabalhador e ser o provedor da família (mesmo quando os recursos são ilícitos, em alguns casos provenientes de roubos) são bases constitutivas da identidade masculina e recursos que os entrevistados utilizam como fonte de poder nas decisões sobre a formação e a manutenção da família de procriação.

Suas idéias e valores se parecem muito em alguns aspectos: possuem projeto de formar a família de procriação a partir de um momento idealmente determinado pelas condições financeiras e de moradia sendo eles os principais provedores²⁸; buscam alargar suas experiências de prazer sexual, vivenciando-as como um aprendizado que lhes dá experiência de vida²⁹, a qual é exercida como autoridade

28 Apenas Ciro e Cadu são co-provedores. Aron, que é provedor, questiona este lugar social após ter exercido este papel no casamento e tendo assumido totalmente os filhos após a separação. Ele só admite casar novamente se a companheira for co-provedora.

29 Fogem a essa regra: Bruno com sua timidez e medo de contrair IST/AIDS

nas relações mais estáveis com a esposa ou namorada, geralmente uma moça pouco experiente nos prazeres do sexo e prendada em relação aos afazeres domésticos.

A maioria dos homens entrevistados não considera a gravidez de uma mulher ‘fácil’, experiente ou uma prostituta, como um problema de sua alçada, embora haja uma reação diferenciada entre os homens que encaram a contracepção como parte do envolvimento com a parceira. Nas suas trajetórias, essa reação diferenciada pode ser encarada como uma brecha³⁰ no discurso masculino e um indício de mudança na postura que possuem, mas ela não rompe totalmente com a tendência geral encontrada para todos os homens entrevistados. Os deste grupo também classificam as mulheres, embora não sejam tão rígidos, pois não questionaram o fato da namorada ter maior experiência sexual que eles e demonstraram que as conversas sobre métodos contraceptivos fazem parte das combinações no namoro.

No entanto, a maior parte dos homens entrevistados se exime do problema e/ou considera que a experiência da mulher, por si só, determina que ela saberá o que fazer no caso de engravidar. Isto é mais notório quando se refere às prostitutas, alegando que elas desconhecem o endereço residencial deles e que esse é um problema que compete a elas resolverem. A gravidez, portanto, não é considerada um problema masculino em certas circunstâncias.

Referindo ao lugar onde moram, os entrevistados estão evidenciando que a localidade é uma importante referência para a vida sexual e afetiva. Amigos, parentes, vizinhos e vizinhas formam um ambiente no qual ele conhece a conduta das moças que estão dentro do mercado matrimonial. É seu conhecimento do comportamento das moças que guia a sua conduta preventiva e/ou contraceptiva.

e Chico com as doutrinações de sua religião.

30 O termo brecha está sendo empregado no sentido em que Heleieth I. B. Saffioti o utilizava, como um espaço que possibilita que se vislumbre e se lute por mudanças no sistema machismo-racismo-capitalismo, a partir da analogia a uma cunha que é inserida numa fenda estreita, podendo dividir, apertar, alavancar.

A gravidez de uma namorada fixa pode culminar na opção pela paternidade.

Quanto às outras mulheres com as quais os casados se relacionam sexualmente, o cuidado está em não contrair doenças ou evitar a gravidez para não atrapalhar o que planejaram como momento adequado para formar a família de procriação ou ter filhos dentro do casamento.

Em todas as práticas, podemos ver formas de controle masculinos na contracepção. Há controle pela eleição de um outro campo de atuação, o da prevenção das IST/AIDS, pela escolha de mulheres com as quais devem prevenir IST/AIDS e das mulheres com as quais devem se preocupar apenas com a contracepção (geralmente as esposas que eles desvirginam), pelo autocontrole na prática contraceptiva (coito interrompido, condom e vasectomia) ou pelas práticas contraceptivas (uso da pílula, da injeção e da ligação de trompas) e abortivas femininas.

Nesse sentido, a participação dos homens na contracepção é uma forma de garantir um maior controle em relação às mulheres e aos seus projetos de formação da família de procriação. Mesmo quando há maior protagonismo masculino na prática contraceptiva, os entrevistados podem estar presentes de forma desigual, mantendo privilégios como o de ser polígamo e cobrar da parceira a monogamia, de poder sair para se divertir sem a companhia da parceira, mas cobrar dela reclusão e dedicação aos cuidados com a família. Participação e autocontrole na contracepção reforçam liberdades masculinas e podem significar ou não uma promoção de relações mais equânimes entre os parceiros sexuais.

Maior autonomia do homem quanto à contracepção, quando ligada à participação, não parece refletir-se em mudanças de opiniões e atitudes com relação às mulheres. Se não houver um questionamento das relações de gênero por parte dos homens e uma vontade para transpor desigualdades, como no caso do grupo que considera a contracepção como parte do envolvimento com a parceira. Há uma diversidade de práticas masculinas, que procurei evidenciar por meio das práticas contraceptivas. Estas práticas podem estar influenciadas tanto pelo

processo de socialização, em vivências que possibilitam incorporações diferenciadas, ou ainda, por outros meios, mais difusos, que comunicam métodos e técnicas de prevenção e contracepção de modo a influenciar a aquisição diversificada de discursos e práticas contraceptivas como a televisão, a medicina e os movimentos sociais.

Ao relacionar participação na contracepção e relações de gênero, uma infinidade de ações e reações, de micropoderes e contrapoderes se perfilam em trajetórias de homens acurados em reconhecer suas possibilidades e seus limites de ação, de projetar o tamanho de sua família de procriação e a hora certa para formá-la. A maioria das falas remete a um poder masculino de dominação que vem acontecendo na sociedade brasileira desde a época da casa grande e da senzala (Freyre, 1943). No entanto, essa dominação vem sofrendo mudanças que perpassam os sobrados, os mocambos (Freyre, 1996) e sofrem a influência da higienização da família, na qual paternidade e machismo são aliados (Costa, 1979).

A classificação das mulheres entre as boas para se relacionar sexualmente e as *boas para casar*, presentes desde o tempo dos engenhos (Freyre, 1943), não são mais as mesmas. As transformações vivenciadas na urbanização e na escassez de recursos, na passagem da família patriarcal extensa para a família nuclear (Freyre, 1996; Candido, 1951), na expansão da vigilância médica e sanitária (Costa, 1979), dos movimentos sociais, especialmente o feminista, e de diversos meios de comunicação, entre outros fatores, influenciaram mudanças de percepção e construíram novas fronteiras.

A classificação que os entrevistados fazem possui uma riqueza de denominações tanto para os tipos de relacionamentos mantidos quanto para o comportamento sexual das mulheres. Tal classificação, embora remeta ao velho binômio mãe/prostituta (Maria/Eva), achasse atrelada a uma nova forma de poder masculino, que parece ter sido forjado, segundo Costa (1979: 252), numa aliança entre o pai e o poder médico, no qual houve uma redução da mulher da casa ao papel de mãe e esposa:

...O homem, expropriado de terras, bens e escravos, através da higiene, colocou seus genitais a serviço do Estado. Em contrapartida foi-lhe dado o direito de concentrar sobre a mulher toda a carga de dominação antes distribuída sobre o grupo familiar e demais dependentes da propriedade. A esposa passou a ser a única propriedade privada. De propriedade jurídico-religiosa, a mulher passou a propriedade higiênico-amorosa do homem... a superestimação do sexo, através do machismo, converteu-se em um dos prêmios de poder recebidos por ele em troca da sujeição política. A honra e o poder do patriarca colonial repousavam no nome de família e na posse de terras e escravos. A honra e o poder do pai higiênico vão depender, sobretudo, da posse da mulher e da respeitabilidade sexual.

Se, no distanciamento entre esfera produtiva e reprodutiva, *o uso generalizado de técnicas anticonceptivas e a redução do tamanho das famílias* (Bourdieu, 1999:107) são fatores de mudança e, por outro lado, a classificação de mulheres e as formas de poderes masculinos sobre elas se transformam (Correia, 1999) possuindo variações que incluem tanto relações desiguais quanto relações de gênero mais igualitárias. Não há que se negar a força da estrutura nem tampouco eternizar ou des-historicizar a dominação. A ausência e a participação masculina na contracepção podem significar controle e dominação, mas a participação também pode ocorrer em meio a brechas nas percepções masculinas da mulher e contextos de gênero mais igualitários ou equânimes.

Seria frustrante compreender a contracepção como parte do envolvimento com a parceira de modo similar aos outros tipos de participação. Este grupo, embora minoritário, se diferencia dos outros por uma prática que combina participação masculina e indicadores de busca de igualdade de gênero em situações que apontam para um entendimento de casamento como parceria, ajuda mútua, possibilidades de companheirismo. A maioria dos homens entrevistados possui uma percepção de vida muito galgada na supervalorização da divisão de atribuições de gênero desiguais, nas quais as noções de liberdade e autonomia masculinas são valorizadas, em detrimento do recato e da dependência feminina das mulheres “boas para casar”, e

são norteadoras das formas de controle das práticas sexuais femininas. Mas há aqueles que questionam as posições assumidas pelos próprios homens e possuem algumas práticas mais igualitárias que acreditam serem sinais de mudanças.

As características da organização do grupo doméstico são semelhantes aquelas já mencionadas na literatura sobre famílias populares urbanas. De acordo com tais estudos, as formas de atuação, galgadas na liberdade e autonomia masculinas, estão situadas num ambiente onde a reciprocidade e a confiança são predominantes. Quando olhadas sob o ângulo das práticas sexuais e da reprodução, a lógica da cooperação, da ajuda mútua, está cercada por uma série de procedimentos, valores, idéias e práticas masculinas que visam a sua liberdade de atuar e ao controle das mulheres com as quais podem assumir uma família. Os procedimentos masculinos, portanto, evidenciam uma convivência entre liberdade, autonomia, reciprocidade e confiança. Nessa convivência, os homens pesquisados traçam seus caminhos em relação à contracepção, constantemente preocupados em manter a família sob controle (Scott, 1990). A prática contraceptiva pode ser encarada como um recurso que estes homens podem usar para manter este controle.

Considerações finais

Algumas questões merecem um destaque final. Os achados deste trabalho guardam muitas semelhanças com aqueles evidenciados pela literatura sobre saúde reprodutiva, sexualidade em famílias populares no Brasil, no que diz respeito aos valores, às idéias e às formas de organização do grupo doméstico. Transgressão, riscos, segredo, vergonha são valores importantes para os homens pesquisados atuarem no grupo e nas práticas sexuais. O desejo de constituir a família está ligado à grande importância que os homens dão ao fato de ter filhos. Ter um filho implica em uma série de escolhas preparatórias. Nessas escolhas, as práticas sexuais femininas atuam separando as mulheres

para o casamento das mulheres com as quais os homens adquirem experiência.

Este artigo evidencia que existe um substrato comum aos homens pesquisados, em termos de valores e ideias relacionados à sexualidade e à reprodução, associado a uma variedade de práticas contraceptivas que são adotadas pelos homens em etapas variadas de sua biografia. Envolver-se apenas nas decisões sobre métodos, interessar-se pela prática contraceptiva da parceira, protagonizar ou auxiliar a parceira na prática contraceptiva fazem parte da variedade de posturas masculinas encontradas neste trabalho.

Exercer poder e dominação sobre as mulheres são componentes importantes das práticas masculinas de evitar filhos. O valor dos filhos para os homens influencia tais práticas. A gravidez de uma mulher “de respeito” pode se tornar um evento de reconhecimento para o homem e de sua passagem para a vida adulta, com a aquisição de responsabilidades. Evitar filhos, nesse caso, assume um lugar importante na vida dos homens pesquisados, a partir da experiência de provimento.

Liberdade e autonomia aparecem nas motivações e justificativas masculinas relacionadas às práticas sexuais e às decisões de assumir ou não um filho. Mas isso não significa dizer que o ideário individualista está permeando as relações de gênero nos grupos populares. Tais valores masculinos não parecem estar relacionados à psicologização das relações de gênero e geração (Heilborn, 1999), mas sim imbricados ao trabalho e ao provimento da família, num contexto onde reinam as desigualdades de gênero.

Em alguns casos, entretanto, foi possível observar sinais de mudança na postura masculina em relação à dominação e ao controle das mulheres. Nesses casos, os homens questionam a postura de dominação, baseando-se em experiências diferenciadas de envolvimento e de amizade com as mulheres. Essas experiências se revertem em práticas nas quais a contracepção é uma preocupação (e uma prática) mais compartilhada. Por outro lado, as trajetórias desses homens mostram o quanto é difícil transpor as fronteiras da dominação.

Em todos os casos, pode-se ver a forte influência que o sistema de gênero possui no sistema da sexualidade (Heilborn, 1998 e 1999) e na definição de posturas mais ou menos igualitárias dos homens em relação às mulheres. Levando em conta a variedade das práticas e suas associações a valores e ideias semelhantes, concluo que, para os homens dos grupos populares pesquisados, a contracepção é uma prática que reflete mais do que propicia mudanças nos conteúdos das relações de gênero.

Uma outra questão importante é a forte referência da casa e da rua na delimitação de espaços e tempos masculinos na família e na comunidade. A casa e a rua, a sujeira e a limpeza, o conhecimento e o desconhecimento são fontes para a construção de valores, ideias e controles masculinos relacionados à sexualidade e à reprodução (Da Matta, 1985; Duarte, 1983).

Finalizando, é bom lembrar que pesquisar práticas contraceptivas é, também, pesquisar práticas sexuais e reprodutivas, difíceis de observar pela intimidade e privacidade que envolvem. Assim, este trabalho está baseado mais no que os homens dizem que fazem e não, necessariamente, no que eles fazem, ou seja, as falas dos homens entrevistados não expressam toda a realidade contida nas suas práticas.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (2004). **Fechando com chave de ouro: o significado da paternidade e da maternidade na experiência das classes populares do Rio de Janeiro**. Campinas. Tese (Doutorado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas; AQUINO, Estela Meria Leão; GAFFIKIN, Lynne e MAGNANI, Robert J. (2003). Uso de Contracepção por adolescentes de escolas públicas da Bahia. **Revista de Saúde Pública**, vol.37, n.5, p.566-575.

- ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de (2002). Gravidez adolescente: a diversidade das situações. **Revista Brasileira de Estudos de Populações**, vol.19, n.2, p.197-208, jul./dez.
- AQUINO, Estela Maria Leão de; HEILBORN, Maria Luiza; KNAUTH, Daniela; ALMEIDA, Maria da Conceição e MENEZES, Greice (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, suplemento 2, p.5377-5388.
- ARILHA, Margareth (1999). Homens, saúde reprodutiva e gênero: o desafio da inclusão. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker. **Questões de saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.445-467.
- ARILHA, Margareth (2000). Masculinidades, Gênero e Saúde: tensões e interfaces entre discursos sobre reprodução. In: **VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva. Anais ...** Salvador, ABRASCO. Texto 1505. 1 CD ROM.
- ÁVILA, Maria Betânia (2000). A contracepção em debate: velhos conflitos, novas perspectivas. **Jornal da Rede Saúde**, n.20, p.1-3, maio.
- BADIANI, Rita; CAMARANO, Ana Amélia (1998). Homens brasileiros: percepções, conhecimentos e atitudes em saúde reprodutiva. In: **XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Anais...** Caxambu, ABEP. p.925-943.
- BARBOSA, Regina Maria (1999). Negociação Sexual ou sexo negociado? Poder, gênero e sexualidade em tempos de AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (orgs). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 73-88.
- BEMFAM (1992). **Pesquisa sobre saúde reprodutiva e sexualidade do jovem**. Rio de Janeiro, Curitiba e Recife, janeiro.
- BEMFAM. **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde 1996 – DHS**. Rio de Janeiro.

- BEMFAM (Sociedade civil de bem-estar familiar no Brasil) (1999a). **Comportamento e intenções reprodutivas da população masculina.** Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro.
- BEMFAM (1999b). **Adolescentes, jovens e a Pesquisa nacional sobre Demografia e Saúde. Um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva.** Rio de Janeiro.
- BERQUÓ, Elza (1998) . Brief considerations on population issues during this century. In: Seminário **Gender Inequalities and Reproductive Health: changing priorities in a era of social transformation and globalizacion.** Campos do Jordão, Brasil, IUSSP.
- BERQUÓ, Elza (2001). Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: Seminário “Estudos de Gênero Face aos Dilemas da Sociedade Brasileira”. **III Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira.** Itu, Fundação Carlos Chagas.
- BONZON, Michel (1995). Amor, sexualidade e relações sociais de sexo na França contemporânea. **Revista Estudos Feministas**, vol.3, n.1, p.122-135.
- BOZON, Michel et group Gravad (Gravidez na adolescência) (2006). Sexualite juvenile, contracepcion et rappers de genre. Spontameite et desequilibres entre a l’initiation sexuelle au Brasil. In: Association Internationale des Démographes de Langue Française (AIDELF). **Enfants d’aujourd’hui, diversité des contextes, pluralité des parcours: colloque Internationall de Dakar (10-13 décembre 2002).** Paris: Presse Universitaire de France, n.11, Tomo 2, p. 663 – 679. Disponível em: <http://books.google.com>. Acesso em: novembro 2010.
- BOURDIEU, Pierre (1996). Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M. J. **Gênero e saúde.** Porto Alegre: Artes Médicas, p.28-40.
- BOURDIEU, Pierre (1999). **A Dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- BRANDES, Stanley (1985). **Metaphors of Masculinity: Sex and status in Andalusian Folklore**. 2 ed., Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- CABRAL, Cristiane S. (2002). “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.19, n.2, p.179-196, jul./dez.
- CABRAL, Cristiane S. (2003). Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, suplemento 2, p.5283-5292.
- CÂNDIDO, Antônio (1951). The brazilian family. In: SMITH, Thomas & MARCHANT, Alexander. **Brazil: portrait of half a continent**. New York: Drydam Press.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete da (2004). **Juventudes e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO Brasil.
- CHODOROW, Nancy (1978). **Psicanálise da maternidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- CORRÊA, Sonia (1996a). Saúde Reprodutiva, Gênero e Sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: **Seminário Internacional do Programa de Saúde Reprodutiva e Sociedade, Anais...** México, Colégio do México.
- CORRÊA, Sonia (1996b). Gênero e sexualidade como sistemas autônomos: idéias fora do lugar? In: PARKER; BARBOSA, **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS/UERJ, p.149-159.
- CORREA, Mariza (1999). Bourdieu e o sexo da dominação. **Novos Estudos CEBRAP**, n.54, p.43-53, jul.
- COSTA, Jurandir Freire (1979). **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DA MATA, Roberto (1985). **A casa e a rua**. São Paulo: Brasiliense.

- DUARTE, Luis Fernando Dias (1993). Muita vergonha, pouca vergonha: sexo e moralidade entre classes trabalhadoras urbanas. IN: LOPES, José Sérgio Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura das classes trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ/Marco Zero.
- DUARTE, Graciana Alves et al. (2003). Participação masculina no uso de métodos contraceptivos. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, n.1, p.207-216, jan-fev.
- FONSECA, Cláudia (2000). **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora Universidade/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FOUCAULT, Michel (1985). **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- FREYRE, Gilberto (1943). **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- FREYRE, Gilberto (1996). **Sobrados e mocambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record.
- GOLDANI, Ana Maria (1993). As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, n.1, p.67-110.
- GOLDEMBERG, Mirian (1990). **A outra: um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan.
- GUERRIERO, Iara Coelho Zito (2001). **Gênero e vulnerabilidade ao HIV: um estudo com homens na cidade de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica.
- HARAWAY, D (1999). 'Gender' for a Marxist dictionary: the sexual politics of a word. In: PARKER, R. & AGGLETON, P. (eds.) **Culture, society and sexuality: a reader**. London: UCL.
- HEILBORN, Maria Luiza (1998). A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas. **Revista de Estudos Feministas**, vol.6, n.2, p.396-405.

- HEILBORN, Maria Luiza (org.) (1999). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar.
- HEILBORN e Equipe Gravad (2005). Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN et al. (orgs.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamound, p.39-60.
- HEILBORN, Maria Luiza; GOUVEIA, Patrícia Fernanda (1999). “Marido é tudo igual”: mulheres populares e sexualidade no contexto da AIDS. In: BARBOSA, Regina Maria e PARKER, Richard (orgs.). **Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. 34, p.175-198.
- LEAL, Ondina Fachel (1995). Sangue, fertilidade e práticas contraceptivas. In: LEAL, Ondina (org.). **Corpo e significado: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS.
- LEAL, Ondina Fachel (1998). Cultura reprodutiva e sexualidade. **Revista Estudos Feministas**, vol.6, n.2, p.376 – 392.
- LEAL, Ondina Fachel e BOFF, Adriane de Mello (1996). Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER, R & BARBOSA, R. (org.). **Sexualidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LOYOLA, M. Andréa (2003). Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, n.4, p.875 – 899, jul-ago.
- McLAREN, Angus (1990). **A History of Contraception: from Antiquity to the Present Day**. Oxford, UK & Cambridge, USA: Blackwell.
- MONTEIRO, Simone (1999a). Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M.; BRANDÃO, E. (orgs.) **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- MONTEIRO, Simone (1999b). AIDS e proteção: a visão de jovens de um bairro popular. **Revista Estudos Feministas**, vol.7, n.1 e 2, p.72-108.

- OLIVEIRA, Márcia Coleta; BILAC, Elizabete & MUSZKAT, Malvina (2002). Homens e anticoncepção: duas gerações de camadas médias no Brasil. **Cahiers des Amériques Latines**, n.39, p. 59-81.
- PAIVA, V. (1995). Sexualidades adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito sexual. In: PARKER, R. e BARBOSA, R. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PAIVA, V. (2000). **Fazendo arte com a camisinha: sexualidades jovens em tempos de AIDS**. São Paulo: Summus.
- PARKER, Richard G. (1991). **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller.
- PIMENTA, Cristina; RIOS, Luis Felipe; BRITO, Ivo; TERTO JR, Veriano e PARKER, Richard (2000). **Passagem segura para a vida adulta: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS.
- PIROTTA, Kátia C. M. (2000). Juventude e saúde reprodutiva: valores e condutas relacionados com a contracepção entre universitários. In: **XIII Encontro da associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, nov.
- QUADROS, Marion Teodósio de (1996). **Construindo uma nova paternidade? As representações masculinas de pais pertencentes às camadas médias em uma escola alternativa do Recife**. Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- QUADROS, Marion Teodósio de (2004). **Homens a e contracepção: práticas, ideias e valores masculinos na periferia do Recife**. Recife. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco.

- QUADROS, Marion Teodósio de (2007). Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais. In: SCOTT, Russell Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion Teodósio de (orgs.). **Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas**. Recife: Editora Universitária, p.75-95.
- RAMIREZ, Martha Célia (2000). A propriedade do corpo. O lugar da diferença nos discursos de homens e mulheres acerca do aborto voluntário. **Cadernos Pagu**, n.15, p.297-336.
- RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo (2003). “Brincar de osadia”: sexualidade e socialização infanto-juvenil no universo das classes populares. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, Suplemento 2, p.S345 – S353.
- RIOS, Luis Felipe (2003). Parcerias e práticas sexuais de jovens homossexuais no Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.19, Suplemento 2, p.S223 – S231.
- RUBIN, Gayle (1993). **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Recife: SOS Corpo.
- RUBIN, Gayle (1998). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDIR, P. & SCHNEIDER, B. (org.). **Social perspectives in lesbian and gay studies: a reader**. London: Routledge.
- SANTOS, Valdonilson Barbosa dos (2003). **A construção social da masculinidade sob o foco da atividades lúdicas infantis**. Recife. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- SCOTT, Joan (1993). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS Corpo.
- SCOTT, Parry (1990). O Homem na Matrifocalidade: Gênero, Percepção e Experiências do Doméstico. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, p.38-47, maio.

- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio de (2008a). A diversidade do bairro do Ibura: contextualizando diferenças demográficas, econômicas e sócio-culturais In: SCOTT e QUADROS (orgs.). **A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde em um bairro popular do Recife**. Recife : Editora Universitária, p.11-47.
- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion Teodósio de (2008b). Saúde e gênero no bairro do Ibura In: SOTT e QUADROS (orgs.). **A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde em um bairro popular do Recife**. Recife : Editora Universitária, p.48-64.
- SCOTT, Russel Parry; QUADROS, Marion e LONGHI, Márcia Reis (2002). Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.19, n.2, p. 209-228, jul./dez.
- TEIXEIRA, Ana Maria Ferreira Borges, KNAUTH, Daniela Riva, FACHEL, Jandyra Maria Guimarães et al. (2006). Adolescentes e uso de preservativos: as escolhas dos jovens de três capitais brasileiras na iniciação e na última relação sexual. **Cad. Saúde Pública**, vol.22, n.7, p.1385-1396, jul.
- VANCE, Carole (1995). A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, vol.5, n.1.
- VILLA, Alejandro M. (1997). Significados da reprodução na construção da identidade masculina em setores populares urbanos. In: COSTA, Albertina (org.). **Direitos Tardios. Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina**. São Paulo: FCC/Ed. 34, p.115-140.
- VILLA, Alejandro M. (1999). Sexualidad, reproduction y paternidad: una introduccional analisis de la demanda social en las realciones de género. In: SILVA, Dayse P. M. (org.). **Novos contornos no espaço social: gênero, geração e etnia**. Rio de Janeiro: UERJ/NAPE, p.7-22.

- WEEKS, Jeffrey (1999). O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p.83 –112.
- ZSASZ, Ivonne (2000). Varones mexicanos: género, sexualidad y salud reproductiva. **Revista Estudos Feministas**, vol.8, n.1, p.186-199.

Jovens (homens) Irlandeses – Etnicidades pós-coloniais – expandindo a nação e o irlandismo³¹

Mairtín Mac an Ghail³²

Chris Haywood

Introdução: uma segunda geração de jovens homens irlandeses

Ao longo da última década, temos nos envolvido em alguns estudos qualitativos, explorando questões de migração, de diferença étnica e de pertencimento cultural com jovens homens irlandeses vivendo nas cidades britânicas de Londres e Birmingham³³. Utilizamos fragmentos deste trabalho para dar sentido a como estes jovens homens irlandeses ocupam uma nova condição cultural no início deste milênio. Uma condição marcada por processos intensificados e ambivalentes tais como a modificação de mercados de trabalho locais e globais, padrões de migração e a reestruturação e reclamação política das identidades do Estado-nação (Smyth, 1993). Ao mesmo tempo, os jovens homens, neste estudo, estão experimentando, subjetivamente, tais mudanças em termos de dissonâncias dinâmicas que estão (re)constituindo suas

31 Tradução de Liana Lewis

32 Agradecemos aos autores a autorização da tradução do texto, originalmente publicado na *European Journal of Cultural Studies*, 2003, Vol. 6 (3).

33 Os dados empíricos utilizados neste artigo foram tirados do material coletado por um dos autores, de 1997 a 2002, com jovens homens com idade de 15 a 17 anos, localizados em Birmingham e Londres.

recordações do passado, o viver e o fazer do presente e seus futuros imaginados.

Esta história contemporânea de jovens de herança irlandesa – a segunda geração³⁴ - nascidos na Grã-Bretanha, não tem sido contada na Irlanda do Sul ou na Grã-Bretanha. Em resposta, este artigo utiliza as experiências de jovens acerca do deslocamento cultural para explicar como nós poderíamos começar a contar a história da segunda geração de jovens irlandeses vivendo em Birmingham e Londres. Mais especificamente, ele examina a contestação e rearticulação do ser e pertencer dos jovens, as políticas culturais de irlandismo e a visibilidade da etnicidade irlandesa. Adaptando as análises de Burkley (1997:95) sobre jovens mulheres irlandesas na Grã-Bretanha, qualquer perspectiva teórica, que busque localizar jovens homens irlandeses na sociedade britânica, será complexa. Isto se deve ao fato de os irlandeses, na Grã-Bretanha/regiões da Inglaterra, se encontrarem na intersecção de várias forças políticas poderosas que se contrastam através do palco de seus corpos, seu trabalho e seu senso de si. No entanto, conforme continua Burkley, não podemos alcançá-los através dos vários discursos teóricos, que tradicionalmente, têm sido utilizados para discutir identidades de diferença na Grã-Bretanha. Tais discursos tradicionais não apenas regulam nossas compreensões, como também instituem a impossibilidade de se repensar as dinâmicas culturais deste grupo de jovens homens olharem e estarem no mundo social. É esta teorização que nós exploramos primeiramente.

Entre estados de ser: experimentando exclusão nacional e invisibilidade cultural

Historicamente, na Irlanda do Sul, há um legado de negação coletiva da emigração, mesmo quando ela seja assumida como uma

34 O termo segunda geração é utilizado de diversas formas na literatura de migração e etnicidade. Aqui, ele se refere aos jovens de descendência irlandesa nascidos britânicos. Todos os jovens homens neste artigo têm um ou ambos os pais nascidos na Irlanda (Irlanda do Sul/Irlanda do Norte).

necessidade econômica e tenha, politicamente, estabilizado o Estado (Mac Laughlin, 1994). Atualmente, a emigração aparece como parte de uma história mais antiga que não ressoa com os “novos tempos do sul” marcado pelo *boom* econômico, transnacionalismo, turismo global e uma historiografia revisionista acompanhada de sua constante amnésia. Esta amnésia cultural oferece um comentário interessante sobre a velha dupla de relações anglo-irlandesas “que os irlandeses não podem esquecer e que os britânicos não podem lembrar”. No entanto, este trabalho de memória nacional é sempre seletivo. Desta forma, em contraste à evocação pública da geração pós-fome de emigrantes (pela qual os britânicos são considerados culpados) na construção da Irlanda e do irlandismo, a geração pós-guerra de imigrantes não é levada em consideração. Isto serve para não dar a devida atenção aos mecanismos internos econômicos, de classe, que acompanham a exclusão e contribuem para fazer da Irlanda o berço emigrante da economia mundial (Mac Laughlin, 1994).

As respostas britânicas, para a história da migração e da colonização irlandesa, tendem a ser igualmente complexas. Historicamente, os imigrantes irlandeses do século XIX foram oficialmente percebidos como uma raça diferente (alienígena e inferior) (Curtis, 1971). Mais recentemente, percebemos uma defesa britânica contraditória do sujeito nacional, adotando uma narrativa de negação da diferença cultural (“eles são iguais a nós”) como parte da família das Ilhas Britânicas. Ao mesmo tempo, penetrantes mecanismos institucionais de exclusão através dos espaços públicos operam contra os irlandeses (Hickman e Walter, 1997). No entanto, um modelo norte americano de relações raciais dos anos 1970, o qual projetou a cor como característica chave do racismo, continua a ser a representação dominante na Grã-Bretanha. (Mac an Ghail, 1999). Na atualidade, as relações raciais e étnicas na sociologia e os estudos culturais britânicos estão exclusivamente contidos dentro de um modelo reducionista, aquele do dualismo branco/negro, com sua compreensão prescrita de falta de poder/presença de poder que continua a interromper e a dificultar compreensões mais profundas.

No final dos anos 1990, o ambivalente desejo britânico de ser irlandês emergiu. Mudando de uma base racial colonial para uma étnica pós-colonial, o irlandismo é representado como uma cultura extremamente sedutora – um importante ‘significante para o hedonismo com alma’ (O’Sullivan, 1996). Dentro do consumismo popular britânico, as formas culturais irlandesas contemporâneas são projetadas como ícones culturais de alto status, com a masculinidade irlandesa sendo traduzida para uma concepção de ser *cool*³⁵, ao passo que os pais britânicos nativos nomeiam suas crianças de Callum, Sean, Conor³⁶, etc. Ao mesmo tempo, a masculinidade irlandesa tem servido a um longo aprendizado dentro da economia britânica de signos. O irlandês – ou mais especificamente, a masculinidade irlandesa – pode ser lido como fornecendo uma ampla gama de arquétipos culturais dentro das formações culturais em mudança na modernidade inicial e tardia – a era da migração global (Lash, 1994). Os homens irlandeses têm sido ontologicamente posicionados durante séculos como ‘o outro significante’, a mais longa representação viva do que a masculinidade britânica não é e não pode ser. Historicamente, a principal mudança cultural foi de uma masculinidade racializada, com um foco no trabalho com o corpo (por exemplo, o marinheiro), para uma masculinidade etnicizada de trabalhar no corpo (por exemplo, o dançarino; Sherlock, 1999). Esta mudança cultural pode ser lida como um efeito de um movimento mais amplo da produção para o consumo como uma dinâmica chave das condições sociais contemporâneas e de como nós vivemos nossas vidas (Lash e Urry, 1994). Desta forma, uma arqueologia do passado recente pode revelar culturalmente: *Paddy*³⁷ o exílio, *Paddy* o *lupen* proletariado, *Paddy* o excluído social, *Paddy* o terrorista urbano, *Paddy* o iconoclasta da cultura popular (*cool*).

35 Expressão idiomática sem tradução literal, as que mais se aproximam são “legal” ou “alguém que está dentro da moda” (nota da tradutora).

36 Nomes tipicamente irlandeses (nota da tradutora).

37 Termo utilizado para designar o homem irlandês nascido fora da Irlanda (nota da tradutora).

Com o aumento da visibilidade midiática e espacial dos jovens homens irlandeses, estes têm se juntado aos homens negros e gays da periferia pós-colonial como objetos de desejo da heterossexualidade inglesa, fazendo parte de uma crise mais ampla no sentimento pós-imperial de perda e desencantamento da maioria étnica anglo-saxônica (Mort, 1996). Obviamente este descentramento é duplo, desde que a minoria deve sempre carregar as ansiedades psicossociais expelidas pela maioria social em sua busca de ordem moral, a qual é intensificada nos momentos de crise real ou imaginada (Baldwin, citado em Troupe, 1989). Uma caricatura tradicional da sexualidade irlandesa, marcada por ambos - a fecundidade e o não-civil (ao lado de referências anti-católicas) - está sendo deslocada por representações culturais da aventura juvenil, prazer corporal e vitalidade. Isto tem sido consolidado pelas recentes celebrações do celtismo³⁸.

Mais recentemente, dentro de um contexto irlandês, um elemento principal da presidência de Mary Robinson, que ajudou a definir a força viva da modernização da sociedade irlandesa nos anos 1990, foi o fato de ela haver redefinido a nação para incluir aqueles que tenham migrado como parte do que ela chamou de ‘a grande narrativa de despossessão e pertencimento’ (Irish Times, 1995). Na atualidade, o presidente McAlesse está continuando a mudança iniciada por Robinson (1995) de uma definição monocultural fechada de irlandismo, para uma ênfase no irlandismo como uma identidade diaspórica (dispersão cultural) marcada por processos de abertura social, expansão e enriquecimento cultural. Nós sugerimos que a segunda geração de jovens irlandeses está ativamente envolvida em tal processo, trazendo um diferente conjunto de compreensões culturais para o espaço diaspórico da Grã-Bretanha (Bielenberg, 2000; Walter, 1999; Walter et al., 2002).

38 Da cultura celta, referentes aos povos originariamente indo-europeus, que na atualidade compõem aspectos especialmente da cultura irlandesa e galesa (nota da tradutora).

***Plastic Paddies*, Irlanda pós-nacional e jovens emigrantes empreendedores**

Uma forma de conceituar as respostas ao processo de mudanças, de definições do irlandismo e nacionalismo, é percebê-los como um conjunto de narrativas de ‘auto-produção’ que está disperso através de uma multiplicidade de relações de poder. Como argumentam Knights e McHughes (1990:287), indivíduos não são os recipientes passivos ou objetos de processos estruturais, mas sim, estão construtivamente engajados em assegurar as identidades (Bhabha, 1986; Zaretsky, 1996). Uma grande limitação na teorização da relação da segunda geração de jovens homens irlandeses com o pertencimento nacional é que noções convencionais sobre inclusão/exclusão nacional entre ativistas da comunidade aparecem como um simples produto unidimensional do contexto cultural destes jovens homens. Ao mudar teoricamente de um foco no produto para um foco no processo, a nacionalidade e etnicidade da segunda geração podem ser vistas como exemplos do ‘fazer cultura’. O que adquire importância central é a exploração dos elementos constitutivos do trabalho de identidade dos jovens homens em relação aos *selves*³⁹ e identidades diaspóricas emergentes, dentro de contextos regionais de Londres e Birmingham. Mais especificamente, os significados culturais internos que informam os mundos dos jovens homens irlandeses que vivem na Grã-Bretanha, os quais são capturados pelo uso do termo *plastic Paddy*. Como eles ilustram abaixo, em um nível imediato, estão preocupados com o poder deste conceito, o qual os posicionam discursivamente como homens irlandeses não-autênticos:

Frank: É provavelmente a pior coisa que sofremos. Tipo, meu irmão nasceu na Irlanda, então meus pais terminaram aqui, onde eu nasci, então minha irmã nasceu na Irlanda... nós somos uma família irlandesa, não somos uma autêntica família irlandesa? Mas todos nós garotos

39 Plural de *self*, que diz respeito a constituição do mundo interno do indivíduo, do seu senso de si (nota da tradutora).

somos pensados como *plastic Paddies*... isto realmente enche o saco, enche mesmo.

Paul: Quem estas pessoas pensam que são? Quem lhe deu o direito de decidir quem é irlandês e quem não é? Claro que você sabe no fundo do seu coração que você é irlandês, você faz coisas irlandesas, pensa de forma irlandesa... em relação à sua família e tudo... mas estas pessoas realmente te magoam, lá dentro de você.

Dentro da comunidade irlandesa na Grã-Bretanha, a noção de *plastic Paddy* tende a se tornar um fenômeno unidimensional, focalizando, exclusivamente, a segunda geração. No entanto, para o conceito fazer sentido, é necessário localizá-lo dentro das dinâmicas em transformação da sociedade irlandesa que acompanham estas mudanças: as definições em concorrência da nação irlandesa, irlandismo e cidadania.

Teóricos culturais sugerem que o conceito de irlandismo tem atingido uma visibilidade amplamente globalizada, acompanhado por uma representação midiática de alta tecnologia da identidade irlandesa como um fenômeno transnacional, como a concepção de que ‘a Irlanda não pode mais ser limitada dentro das fronteiras de uma ilha’ (Keaney, 1988:7; Graham, 1997; Smyth, 1995). Isto pode ser contrastado com uma imagem interna anterior de um Estado-nação territorialmente contido. De fato, a imagem posterior elide o Estado irlandês monocultural a partir dos ‘multicoloridos’ viajantes irlandeses – uma das populações emigrantes trabalhadoras mais móveis no plano internacional (Mac Laughin, 2001). O que é novo, é o fato de que os desenvolvimentos da reestruturação econômica global, sistemas de comunicação tecnológica avançada e um aumento na troca cultural nas décadas recentes, têm gerado uma dinâmica mais interativa na produção da cultura irlandesa entre pessoas localizadas dentro e além da ilha da Irlanda (Gray, 1997a; Holohan, 1995). Estas representações alternativas são invocadas quando nos deslocamos de velhas certezas sobre o nacionalismo cultural como sendo a explicação primordial da elaboração do Estado e pertencimento cultural, para os processos mais complexos e difusos de inclusões e exclusões sociais, experienciados pela diáspora irlandesa que variam entre e dentro de nações, regiões e

instituições (Appadurai, 1991; Glick Schiller et al., 1992; Graham, 2001; Kearney, 1997).

A modernização da emigração irlandesa foi um elemento chave da auto-representação projetada e em mudança do Estado da Irlanda pós-nacionalista nos anos 1980. Por exemplo, o ministro irlandês Brian Lenihan comparou o perfil antiquado pouco habilidoso dos exílios (forçado pela herança do colonialismo britânico) com o movimento voluntário dos jovens trabalhadores de elite ao longo da vila global (atraído pela Comunidade Europeia e direitos de migração favoráveis nos Estados Unidos):

Eu não percebo o tipo de migração que nós temos hoje em dia como sendo da mesma categoria da terrível emigração do século passado. O que temos agora é um emigrante muito letrado que não adia a vinda para os Estados Unidos, a volta para a Irlanda e, talvez, para a Alemanha e, de novo, a volta à Irlanda... Nós os vemos como fazendo parte de uma geração global de irlandeses (Hazelkorn, 1991:135).

Em resposta, Mac Laugin (1994:57) afirma que, ‘dada a estrutura etária e qualificações dos imigrantes recentes, é difícil concordar com o ponto de vista popular da “nova onda” de emigração como uma importante atividade de ascensão social atraindo grandes empreendedores’. Existe uma longa tradição política de leituras extremamente otimistas de culturas juvenis como incentivadoras de mudança social. Como observa Mac Laughlin (1994), discursos políticos e sociais dominantes projetaram jovens emigrantes irlandeses como exemplos do espírito dinâmico da empreendedora cultura irlandesa jovem. Como ele reconhece, um grande número de jovens emigrantes dos anos 1980 e 1990 possuíam qualificações universitárias, diferentemente da maior parte dos emigrantes do início do século dezenove e pós Segunda Guerra Mundial (Walter, 1999). No entanto, uma focalização na elite transnacional emigrante conta apenas parte da história. O que está faltando é o contexto da nova condição social na qual uma classe trabalhadora transnacional continua a viver num clima de rápida transformação socioeconômica no mercado global de conhecimento intensivo e a acompanhante desindustrialização, das

economias locais, que tem direcionado a um grande fracionamento no processo de *coming of age*⁴⁰ na Grã-Bretanha (Gray, 2000; Holohan, 1995; Jameson, 1991)⁴¹.

A emergência histórica e geográfica do conceito de *plastic Paddy* é pouco estudada/pesquisada (Campbell, 2000). No entanto, o conceito parece ter sido um elemento chave no repertório discursivo da elite de jovens trabalhadores que migraram da Irlanda nas décadas de 1980 e 1990. Eles se representam como os verdadeiros herdeiros da comunidade nacional autorizada, como a mais autêntica forma de coletividade: autodenominados representantes nacional(istas), falando pela e para a categoria ‘irlandesa’.

Como foi observado acima, eles carregam os títulos retóricos conferidos pelos comentadores políticos irlandeses dominantes de que constituem uma aristocracia econômica emigrante. Fazendo isto, eles corporificam diferentes geografias de poder, ao passo que trocam capital cultural baseado na classe social em setores de serviços de alta tecnologia da economia britânica (Massey, 1995). No entanto, isto não parece ser culturalmente suficiente para forjar e manter seu senso de *self* nacional. Este grupo social se apresenta auto-reflexivamente como a geração transnacional, habitando uma temporária realocação corporal fora da Irlanda, enquanto faz frequentes visitas de retorno ao país de origem (Giddens, 1991; Gray, 1997a). Esta autorrealização de uma nacionalidade autêntica, dentro das narrativas disponíveis para si, depende dessa desidentificação ativa em relação à segunda geração. Esta se posiciona como culturalmente reincidente, recontando ‘a mesma velha história’ da Irlanda nacionalista para a qual este grupo, como não-nacional, é visto como portador de reivindicações ilegítimas.

Como veremos, os trabalhadores de elite são centrais para a construção e a circulação de um argumento cultural interno em torno da diáspora irlandesa na Grã-Bretanha, posicionando a segunda geração

40 Nota da tradutora: atingir a maturidade

41 É necessário mais trabalho sobre como mecanismos institucionais de diferenciação, especificamente nacionais, se articulam com formas culturais descentradas de análise de classe.

como ‘não propriamente irlandesa’. As histórias, atribuídas ao passado da segunda geração, são justapostas às geografias de movimento e de mobilidade do presente dos novos empreendedores. Em contraste com a segunda geração, a qual é posicionada como pertencendo a lugar nenhum, a elite de migrantes, enquanto uma geração transnacional, reivindica o pertencimento a vários lugares. Seu movimento espacial está intimamente ligado à tentativa de contenção da segunda geração através de sua fixação em categorias de identidade (nacional) singulares e reificadas, que negam o poder social de auto-autorização.

Conceituando a diáspora de um emergente jovem homem irlandês na Grã-Bretanha

A segunda geração de jovens homens irlandeses, vivendo em espaços urbanos multiculturais, tem ido além da era da migração colonial pós-guerra para aquela das minorias étnicas de ingleses natos, tais quais os irlandeses de Birmingham, asiáticos de Leicester, chineses de Liverpool e afro-caribenhos de Londres. Isto aponta para uma mudança de velhas certezas da cor como o significante primordial de exclusão social para processos mais complexos de inclusões e de exclusões regionais e institucionais. No entanto, com relação aos conceitos políticos e políticas públicas, a narrativa da imigração pós-guerra de asiáticos e de afro-caribenhos⁴² continua a ser contada através de uma velha linguagem de raça e império que não é capaz de alcançar as especificidades das relações sociais interétnicas emergentes e sua relação com uma diferente semântica racial. Ao mesmo tempo, conforme observado por Rakim, em resposta à negação oficial de reconhecimento da minoria étnica e de racismo anti-irlandês na Grã-Bretanha, uma geração anterior, de ativistas irlandeses, tem mobilizado a comunidade com o intuito de ganhar acesso a um mapa existente de

42 Após a Segunda Guerra Mundial a Grã-Bretanha adotou uma política de estímulo de migração de pessoas de ex-colônias britânicas com o objetivo de atender à demanda de mão-de-obra (nota da tradutora).

minoría étnica com sua promessa de recursos materiais da autoridade local:

Rakim: A geração irlandesa mais antiga, seus pais, está competindo com nossos pais. Eles querem conseguir recursos para sua própria comunidade... você pode compreender isto... mas este momento passou, não passou? Eles estão tentando conseguir que o irlandês seja aceito como uma minoria étnica... mas, como eu digo, estes tempos passaram. Eles vão conseguir a fatia étnica... sendo ao fim reconhecidos através de batatas, Guinness⁴³ e ceilithes⁴⁴.

Jack: Com um pouco de catolicismo em cima disto.

As explicações pós-estruturalistas têm elaborado uma importante contribuição teórica ao promover novas estruturas que nos habilitam a ir além do paradigma colonial reducionista de negro/branco para dar sentido às novas etnicidades, subjetividades descentradas e culturas sincréticas em torno das políticas de raça e nação. Uma importante reivindicação, deste trabalho sobre a diferença racial, é que não podemos simplesmente interpretar as relações sociais através de categorias oposicionais fixas de negros e brancos, nem devemos acrescentar categorias de irlandismo e de britanismo territorialmente baseadas (O’Toole, 1997). Por exemplo, como é mostrado abaixo, a segunda geração de jovens homens irlandeses habita estilos de vida de novas etnicidades marcadas pela hibridização (mistura de culturas) e sincretismo (formas pluralizadas de pertencimento cultural), que estão sendo fabricadas entre grupos diaspóricos dentro da morfologia mutante dos lugares urbanos. Estas etnicidades pós-coloniais exibem uma mistura complexa de igualdade e identificação ao lado da diferença e desidentificação (Baldwin, citado em Troupe, 1989):

Fintan: Mas eu, nós temos que ser reconhecidos, para sermos aceitos. Mas você está certo, o que isto realmente significa? É sempre complexo, não? Tipo, às vezes, bem, muitas vezes, eu sinto uma

43 Famosa marca de cerveja preta irlandesa (nota da tradutora).

44 Noites de dança irlandesa (nota da tradutora).

verdadeira aproximação à cultura irlandesa, jeitos irlandeses de fazer as coisas... então, em algumas maneiras, especialmente quando estou aqui [Birmingham], eu sinto que a gente [segunda geração de irlandeses] tem mais em comum com a segunda geração de mulçumanos e Sikhs, do que com a geração de nossos pais.

Rakim: Eu acho o mesmo sobre a gente, mesmo se comparado aos garotos mulçumanos de Londres.

Fintan: Tipo, nós somos Brummies⁴⁵, Brummies étnicos. Eu não posso me chamar inglês ou britânico, simplesmente não posso... mas, em Birmingham nós temos feito nosso próprio modo de vida, você entende o que estou dizendo?

Estes jovens homens salientam um modelo prévio de políticas de localidade ao problematizar a dupla: ‘certos espaços = certas identidades’. Como Natter e Jones (1997) observam, tal dupla deriva das concepções tradicionais de identidade que contém suposições sobre origens. Estes jovens homens também destacam como tais suposições são marcadas por uma normatividade que une origens a autenticidades. A partir da discussão seguinte, uma política de localidade não é simplesmente articulada através de suas geografias individuais, mas dentro dos espaços disponíveis da diáspora. Além disso, a discussão seguinte continua a abrir, para exame, a normatividade que circula através da etnicidade, da diáspora, do nacionalismo e do pertencimento:

Michael: É verdade. Como eles dizem, somos todos misturados... como eles dizem, de uma forma ruim, entre culturas diferentes. Não, não, não é desta forma... se tem mais, provavelmente, na música, na nossa forma de falar, tipo, quando está jogando (futebol) no parque. Existe uma mistura de culturas. Isso é legal.

Gilroy: Isso é o que é tão especial. Todo mundo fala de Londres como se eles fossem uns velhotes... Ninguém fala da gente.

Mairtín: Você sempre se sentiu desse jeito?

45 Apelido dado a quem é originário de Birmingham (nota da tradutora).

Rakim: Não, não... Tem mudado ao longo do tempo.

Mairtín: Como?

Fintan: Pra mim? Isso aconteceu há dois anos atrás durante as férias na Irlanda, em Sligo... e meus primos estavam sendo racistas, sendo racistas com imigrantes ilegais e asilados na cidade... e eu dei um fora neles... e minha prima, ela disse: “o que isso tem a ver com você? Por que você está com tanta raiva?” E eu tentei explicar, mas eu não sei, eu senti que se eles estavam atacando os imigrantes, eles estavam me atacando. Por causa do forte sentimento que tenho em relação aos amigos asiáticos, os asiáticos em Birmingham, em qualquer lugar. Eu pensei, bem, eles nem mesmo sabem que a maior parte dos irlandeses são imigrantes em algum lugar... irlandeses em casa, 4 [milhões], emigrantes, 70 [milhões].

Mairtín: Então, o que eles disseram?

Fintan: Foi tão engraçado. Porque antes, eles me chamavam de inglês, por causa da minha pronúncia e tudo mais... e agora eles estão dizendo, mas você é irlandês, você é o mesmo que a gente... e isto me fez realmente pensar. Não. E foi tão engraçado porque eu sempre quis ser aceito por eles. E agora era eu rejeitando eles porque, eu, nós temos uma ligação muito forte, todos os étnicos⁴⁶, os étnicos de Birmingham... E, Rakim sabe mais do que eles [primos de Fintan] vão saber sobre irlandeses normais [vivendo fora da Irlanda].

Rakim: Nós somos como uma grande família extensa. Tipo, se você estivesse, se você estivesse com problemas, a quem recorreria?... a seus amigos... como Fintan, Gilroy e Jack são meus melhores amigos. Nós sabemos tudo uns sobre os outros, nós somos mais próximos do que irmãos.

Jack: É como se todos nós tivéssemos ido de volta à Irlanda, Paquistão, Jamaica, qualquer lugar e é dito que você é inglês e então... na Inglaterra eles nos dizem, você não é inglês, não um inglês realmente. Então bom... nós pensamos, bom, Gilroy, eles chamam ele de meia-casta,

46 Expressão coloquial que significa minoria étnica (nota da tradutora).

bom, na realidade nós somos todos meia-casta, não é? Porque todos os Brummies são meia-casta, bem, quase todos.

Mairtín: Qual a sensação disto?

Gilroy: É ótimo. Porque você não precisa ficar em busca disso e daquilo para ser alguém. Para ser realmente negro, para ser realmente irlandês... nós somos realmente negro ou o que quer que seja mas, do nosso jeito, do nosso jeito.

Estes jovens estão entre uma extensão cada vez mais diversa de grupos culturais de jovens que estão produzindo ativamente diferentes compreensões culturais dentro do espaço diaspórico. Mais particularmente, ao reivindicar a categoria de irlandismo, eles estão “fazendo cultura”: construindo, a partir do irlandismo, uma inclusão que permite diferentes locais geográficos e formas de viver, expondo sua independência para definir e “performar” novas versões de irlandismo, expandindo, desta forma, noções de pertencimento cultural marcadas por multiplicidade, por historicismo e por dinamismo (Connolly, 2001; Gray, 1997a; Holohan, 1995; Nash, 1993). Isto é ilustrado ao passo que eles reautenticam, ativamente, sua autoprodução da identidade irlandesa através de suas respostas criativas a seus posicionamentos discursivos, como *plastic Paddies*, pela jovem elite de trabalhadores irlandeses de nascença:

Frank: Nós temos sido muito defensivos sobre o que eles [irlandeses de nascença] pensam sobre a gente e sobre os nomes que eles nos chamam. Você lê o Irish Post e toda a segunda geração... eles estão escrevendo e dizendo, porque eles dizem que não somos irlandeses de verdade... então, depois disso, eles têm uma grande lista de todos aqueles irlandeses famosos os quais não nasceram na Irlanda.

Brendan: Ou não têm pronúncias irlandesas. Ou, ingleses de nascença famosos... como David O'Leary, que tem uma pronúncia irlandesa.

Frank: Eu acho que nós temos que reverter tudo... nós somos *plastic Paddies* e eles também são. Não existe nada mais para ser. Em todo país; em momentos diferentes, países... eles se modificam... Quero dizer,

mudam a forma como se veem, não é mesmo? Você sabe, passou um programa outro dia mostrando os espanhóis, um programa de história, e eles realmente mudaram a forma como eram tradicionalmente até os tempos modernos.

Brendan: Como estamos dizendo... a diferença é que no passado, *plastic Paddy* era algo ruim, porque todo mundo pensava ... no passado, existiu um irlandês real, tipo um autêntico. Então você não queria ser um não real, não aceito. Mas agora... os que são chamados de *plastic Paddies*, eles são famosos no mundo inteiro... se você olhar para o time de futebol irlandês, muitos dos jogadores são nascidos na Grã-Bretanha. A mesma coisa com os *pubs* irlandeses, em todo o mundo. E Riverdance, da América, e música e tudo o mais.

Jack: Eles tinham um programa de viagem na TV e eles disseram que a maior parte das pessoas não gostam dos ingleses nas férias, mas o favoritos... um dos favoritos eram os irlandeses. É a diáspora irlandesa que fez isto, não é? Nós somos *plastic Paddies*... isto significa algo, significa. Significa que somos bacanas. Se você não é um *plastic Paddy*, significa que você está preso no passado... sua cabeça está olhando para trás, é verdade, você não tem lugar nenhum para ir.

Frank: Nós estamos fazendo um novo tipo de irlandismo.

Mairtín: O que isto significa?

Frank: Para nossos pais, eles falam sobre ser invisível; invisível enquanto comunidade. Mas agora o irlandês, nós, nós somos muito visíveis e isto é positivo.

Fintan: Mas ainda existe muita discriminação contra os irlandeses, especialmente alguns irlandeses. Mas, definitivamente... existem também as coisas positivas... e é o mesmo para os asiáticos, negros⁴⁷.

47 Enquanto os extratos acima têm enfatizado uma compreensão transnacional de irlandismo, uma posição de sujeito masculino mais ambivalente é sustentada por esta segunda geração de jovens homens no qual é desejado um senso de nação territorialmente ligada. Esta continuidade em relação a um conceito cultural nacionalista de irlandismo é exemplificada em relação aos pais. Não temos espaço para tratar disto aqui.

Os depoimentos acima desafiam as tentativas de regular e de normatizar as fronteiras da identidade nacional irlandesa. Ao fazer isto, através de um complexo processos de revisão, de negociação e de movimento, os jovens homens desestabilizam o que tem sido tomado como categoricamente fixo.

A diáspora irlandesa branca: não nem/ou, mas ambos/e

Os escritores pós-coloniais têm dado uma importante contribuição para a nossa compreensão das formas emergentes de identidade étnica e nacional, subjetividade e formas de pertencimento em um momento de rápida mudança social e cultural nas sociedades ocidentais (Bhabha, 1990; Gilroy, 1993; Kearney, 1988; Spivak, 1988). Especialmente, eles têm sugerido que, na construção da identidade humana, não podemos recorrer a nenhuma característica fixa ou essencial que exista atemporalmente. Além disso, eles ficaram à frente da discussão acerca da nossa necessidade de repensar teorias que surgiram sobre as relações raciais, nacionais e étnicas que são moldadas por um único fator tal qual o racismo de cor. Antes, eles indicavam que estas relações eram mais compreendidas dentro dos contextos específicos em que são efetivadas. Termos como diáspora, hibridismo e sincretismo, associados a novas políticas de diferença cultural, têm se tornado conceitos-chaves na compreensão das condições culturais da modernidade tardia no ocidente.

Por exemplo, Gray (1997b:69), baseando-se em Wieviorka (1998), argumenta que o uso do conceito de diáspora para representar formações identitárias/comunidades é habilitada na atualidade pela 'lacuna de correspondência entre a nação, o Estado, a economia, o social, o cultural e o político'. Brah et al. (1996:16) ilustra a mudança de significados anteriores de diáspora, que referiam ao movimento de judeus para significados contemporâneos e seu uso na nova teoria cultural. Ela dá sua contribuição original sugerindo que pensemos o conceito de diáspora como um molde interpretativo para analisar as

modalidades econômicas, políticas e culturais de formas de migração historicamente específicas. Ela continua observando que o termo diáspora fornece formas frutíferas de explorar a relação destas migrações ao longo dos campos de relações sociais, subjetivas e identitária.

Historicamente, a diáspora irlandesa tem um complexo e ambivalente envolvimento com o colonialismo e o imperialismo americano e europeu e suas formas correlatas de racismo, sendo ambas ‘nativas’ e ‘brancas’. Sua ambivalência provém do fato de que os irlandeses não são nem/ou nesta dicotomia. Como O’Toole (1997:67) afirma: ‘Eles são nativos e conquistadores, aborígenes e civilizadores, uma tribo selvagem em um contexto, uma raça superior em outro’. A segunda geração de jovens homens sugere, aqui, que a mesma ambiguidade, de localidade do irlandismo no discurso racial, fornece a oportunidade de uma reinvenção progressiva do irlandismo que, como indicado acima no dualismo dominante negro/branco, não é nem/ou, mas sim, ambos/e:

Anthony: Você vê irlandeses por aqui [Londres], eles sempre falam do racismo anti irlandês e isto está correto. Mas esta é a questão... eles não dizem como o irlandês tem estado envolvido em toda aquela coisa racista contra os negros no passado.

Máirtín: E no presente momento?

Anthony: Isso é com a gente, com os jovens. Nós entendemos sobre discriminação porque somos irlandeses. Então, nós podemos compreender algumas das coisas que os negros experienciam, não tudo. Porque, no final das contas, nós somos brancos, e eles não... e aí, de novo, você tem o irlandês negro, que todo mundo esquece.

Tom: Quando estávamos crescendo e indo à Irlanda, parecia que eles [os irlandeses de nascença] sabiam de tudo sobre ser irlandês. Mas agora, eu não diria isso, porque... São os irlandeses que têm viajado ao redor do mundo... têm se misturado com diferentes grupos de negros, por exemplo. Então, nós entendemos sobre nossa história ruim, não entendemos?

Anthony: Mas nós também sabemos que podemos mudar. Isto não precisa continuar desta forma para sempre.

Tom: Alguns dos meus tios... Eles são realmente racistas, às vezes é porque eles não sabem agir de maneira melhor... quando meus amigos vêm visitar, eles os aceitam bem. Mas eles não pensariam... como a gente, que existe uma comunhão entre jovens negros e irlandeses... e que alguns irlandeses são negros.

Mairtín: E de onde vem isso?

Tom: Da história, essa é a parte ruim. Mas também porque...

Anthony: Porque nós crescemos juntos... isto tem afetado mais a gente. Por aqui [Londres] todas as famílias têm se casado ou estão vivendo juntas então, de forma direta, muitas das nossas famílias são inter-raciais.

Os extratos seguintes demonstram que, para estes jovens homens, relações interétnicas constituem-se de uma mistura entre elementos raciais específicos e uma extensão mais ampla de fenômenos sociais e psíquicos situados dentro de bairros locais. Estes incluem investimentos emocionais específicos e ligações culturais em torno de formas culturais populares como música, esporte e vídeo games, que possuem uma importância central para suas explorações criativas dos contornos das identidades culturais e políticas em mudança dentro e entre a minoria étnica e os jovens majoritários (Gilroy, 1987). Tal qual o trabalho de Hewitt (1986) e Back (1996), estes jovens homens estão envolvidos na construção de novas versões sincréticas de identidades transculturais. Isto está bastante distante do paradigma colonial, com suas categorias étnicas fixas e de muito do discurso antirracista na racialização dos espaços sociais (Brah et al., 1999; Cohen, 1993; Rattansi e Westwood, 1994).

Tom: Como meus dois tios, um é indiano e outro é do Paquistão. Então, quando nós vamos para suas casas, você recebe todas as coisas tradicionais, paquistanês, irlandês, coisas culturais, e religião... e é incrível como muitas coisas das culturas tradicionais são iguais entre si, quando você analisa a fundo... Então, vamos dizer, os mais jovens têm toda a juventude, as coisas de jovens, coisas de Londres. Como em nossa família nós entramos em contato com todas as músicas diferentes, danças... tipo, todos vamos a loucura com a Bhangra⁴⁸. Você vê, não é simplesmente indiano, bem, é indiano, mas é mais, você entende o que quero dizer? É simplesmente muito bom, é como nossa música de família. ... No casamento de minha irmã mais velha nós tivemos esta música e... isto foi na igreja [católica].

Anthony: Eu diria o tradicional... a cultura de nossos pais pode mantê-lo afastado, mas você pega o time de futebol [time nacional irlandês] que nos une a todos... você não precisa dizer negro e branco unidos, nós já somos todos misturados, você entende? Nós fomos adiante... Irlandeses de Londres, nós fomos adiante.

Tom: A cultura dos jovens vem de todos os lados. É e não é uma coisa de cor... tipo, ao mesmo tempo. A cultura negra tem mudado tudo e eu acho que a cultura irlandesa está fazendo isto agora... também. Minha irmã voltou da América e disse que acontece o mesmo lá... Os irlandeses se tornaram globais... A cultura e pessoas irlandesas estão em todo canto... em comerciais, filmes, jogos, tudo.

Dominic: Às vezes você pensa, existe uma língua para descrever como somos todos misturados. É verdade que a música negra, cultura negra tem realmente mudado a cultura branca aqui, entre nós... não é realmente a cultura negra, é mais misturado. Como estamos todos observando o que vem da América... nós estamos por dentro, dentro da música, dentro dos estilos, do movimento... ao mesmo tempo.

Anthony: Há alguns anos atrás o argumento com os amigos seria de que os brancos estariam roubando a cultura negra. Mas, não é mais desta forma. Pois é mais misturado e pessoas mais jovens influenciando uns aos outros e a mídia e tudo mais... e existe uma ligação especial

48 Dança tradicional proveniente da região localizada entre o Paquistão e a Índia (nota da tradutora).

entre irlandeses, negros e asiáticos. Tipo, todos iríamos assistir bandas irlandesas de Londres, assistir ao futebol e ir ao futebol [irlandês]... até mesmo aprendendo um pouco da língua irlandesa... bem, um pouco, ao menos.

Tom: E, porque somos brancos e sofremos racismo, podemos fazer mais do que, digamos, os ingleses, ingleses brancos, não podemos?... para melhorar as coisas... para o futuro.

Estes multilocalizados jovens *plastic Paddies* enfatizam a maneira como estão forjando formações identitárias étnicas de formas complexas, variadas e flexíveis, através de um engajamento positivo com a crise da modernidade tardia (Wieviorka, 1998). Eles sinalizam uma mudança da assumida justaposição de culturas diferentes (fixas) do multiculturalismo para uma focalização na base fluida e cambiante das culturas em interação além das fronteiras nacionais. Tal compreensão ressoa com um período anterior na história irlandesa. Kiberd (1996:1), escrevendo sobre o movimento de independência nacional, observa quanto os textos em irlandês registram ‘a extraordinária capacidade da sociedade irlandesa para assimilar novos elementos através de suas fases mais importantes’. Ele continua: ‘Longe de promover uma base para pureza racial, eles parecem ter prazer no fato de que a identidade é raramente direta e dada, ela é mais frequentemente uma questão de negociação e mudança’.

Conclusão

Estas observações, dos jovens homens irlandeses, identificam, dentro de um contexto britânico, a complexidade do uso do racismo de cor/etnicidade como o codificador principal de inclusão e de exclusão. Estas observações também frisam suas respostas defensivas e alianças celebrantes com a juventude asiática e negra. Ao mesmo tempo, estes jovens homens irlandeses são capturados pelo declínio das identificações do velho nacionalismo irlandês e a implosão do paradigma colonial britânico, com seu fiel vocabulário de imigrantes,

dualismo negro/branco, afiliações culturais fixas e etnicidades. Suas experiências chamam nossa atenção para a forma como está sendo vivida a relação entre identidade e subjetividade. Isto é de particular interesse em relação às possibilidades das novas etnicidades ou subjetividades étnicas que aparentam estar congelando em localidades de compartilhamento econômico, cultural e geográfico. Além disso, começa a oferecer uma saída ao longo da relação dialógica entre o colonial e o pós-colonial. Se o passado colonial está no presente pós-colonial, poderia um fracionamento da semântica cultural produzir a possibilidade de se ir além do pós-colonialismo corrente? Possivelmente, tudo junto?

Tais linhas de investigação podem ter que estar mantidas em parênteses, ao passo que estes jovens homens continuam a se identificarem enquanto irlandeses com um forte senso de tradição sobre quem eles são e de onde eles vêm. As complexas negociações, envolvidas no refazer do irlandês e do irlandismo na diáspora irlandesa, estão marcadas pela rápida corrente e trans-fertilização da influência cultural (Irish Times, 1995). Além disso, estes jovens homens, de segunda geração, estão sendo articulados e se articulam através da modernização da relação entre a Irlanda e a imigração, como também a merecedora mudança de seu capital cultural projetado na Grã-Bretanha contemporânea. Desta forma, embora estes jovens homens falem de ‘tradição’ e ‘irlandismo’, é necessário mais estudo para compreender o que significam tais termos.

Finalmente, nosso trabalho, nesta área, está gerando várias complexidades metodológicas. Uma preocupação especial está relacionada ao modo como podem ser desenvolvidas estratégias de pesquisa para acomodar categorias identitárias dadas *a priori*, as quais não designam automaticamente um status epistemológico pré-dado. Ao mesmo tempo, precisamos estar conscientes de que tal perspectiva pode recriar a homogenização da diferença. No mais, o trabalho nesta área é contextualizado por uma política de cultura mais ampla envolvendo ‘territórios sobrepostos’ e ‘histórias entrelaçadas’ (Said, 1993). Tal contexto é então marcado pela contínua invisibilidade

empírica e conceitual do irlandês e do irlandismo nos textos acadêmicos britânicos. As complexas histórias e geografias racializadas da segunda geração de irlandeses, fornecem uma lente – de baixo – através da qual se pode desconstruir o dualismo negro/branco do paradigma colonial que está presentemente contido dentro do trabalho acadêmico anglo-americano. Por sua vez, isto pode tornar-nos mais reflexivos em relação ao contexto de pesquisa com jovens ao longo da Europa e mundo social mais amplo.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, A. (1991). Global Ethnoscopes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology. In: R.G. Fox (ed.). **Recapturing Anthropology: Working in the Present**. Santa Fe, CA: School of American Research.
- BACK, L. (1996). **New Ethnicities and Urban Culture**. London: UCL Press.
- BHABHA, H. (1986). Foreword: Remembering Fanon. In: FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. London: Pluto Press.
- BHABHA, H. (1990). **Nation and Narration**. London: Routledge.
- BIELENBERG, A. (ed.) (2000). **The Irish Diaspora**. London: Longman.
- BRAH, A., HICKMAN, M. and MAC AN GHAILL, M (1999). **Thinking Identities: Ethnicity, Racism and Culture**. London: Macmillan.
- BUCKLEY, M. (1997). Sitting on Your Politics: The Irish among the British and the Women among the Irish. In: MAC, LAUGHLIN, J. (ed.). **Location and Dislocation in Contemporary Society: Emigration and Irish Studies**. Cork: Cork University Press.
- CAMPBELL, S. (2000). Beyond “Plastic Paddy”: A Re-examination of the Second Generation Irish in England. In: MACRAILD, D.M. (ed.). **The Great Famine and Beyond**. Dublin: Irish Academic Press.

- COHEN, P. (1993). **Home Rules: Some Reflections on Racism and Nationalism in Everyday Life**. London: University of East London.
- CONNOLLY, L. (2001). **The Irish Women's Movement: From Revolution to Devolution**. London: Macmillan/Palgrave.
- CURTIS, L.P. (1971). **Apes and Angels: The Irishman in Victorian Caricature**. Washington, DC: Smithsonian Institute Press.
- GIDDENS, A. (1991). **Modernity and Self-identity**. Cambridge: Polity Press.
- GILROY, P. (1987). **There Ain't No Black in the Union Jack**. London: Hutchinson.
- GILROY, P. (1993). **The Black Atlantic: Modernity and the Double Consciousness**. London: Verso.
- GLICK SCHILLER, N., BASCH, L. and C. BLANC-SZANTON (1992). **Toward a Transnational Perspective on Migration: Race, Class, Ethnicity and Nationalism Reconsidered**. New York: New York Academy of Science.
- GRAHAM, B. (ed.) (1997). **In Search of Ireland: A Cultural Geography**. London: Routledge.
- GRAHAM, C. (2001). **Deconstructing Ireland: Identity, Theory and Culture**. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- GRAY, B. (1997a). Unmasking Irishness: Irish Women, the Irish Nation and the Irish Diaspora. In: MAC LAUGHLIN, J. (ed.). **Location and Dislocation in Contemporary Irish Society: Emigration and Irish Studies**. Cork: Cork University Press.
- GRAY, B. (1997b). Steering a Course Somewhere between Hegemonic Courses of Irishness. In: LENTIN, R. (ed.). **Expanding the Nation: Towards a Multi-ethnic Ireland**. Dublin: Trinity College Dublin.
- GRAY, B. (2000). From Ethnicity to "Diaspora": 1980s Emigration and "Multicultural" London. In: BIELENBERG, A. (ed.). **The Irish Diaspora**. London: Longman.

- HAZELKORN, E. (1991). British Capital and Irish Labour: Evidence from the 1990s. In: G. O'Tuathaigh (ed.). **The Emigrant Experience**. Galway: Galway History Group.
- HEWITT, R. (1986). **White Talk, Black Talk: Inter-racial Friendship and Communication amongst Adolescents**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HICKMAN, M.J. and WALTER, B. (1997). **Discrimination and the Irish Community in Britain**. London: Commission for Racial Equality.
- HOLOHAN, A. (1995). **Working Lives: The Irish in Britain**. Middlesex: Irish Post.
- IRISH TIMES (1995). Emigration Is a Powerful Story of Adaptation, President Says. Feb. 3, p.8.
- JAMESON, F. (1991). **Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism**. London: Sage.
- KEANEY, R. (1988). **Across the Frontiers: Ireland in the 1990s**. Dublin: Wolfhound Press.
- KEARNEY, R. (1997). **Postnationalist Ireland: Politics, Culture, Philosophy**. London: Routledge.
- KIBERD, D. (1996). **Inventing Ireland: The Literature of the Modern Nation**. London: Vintage.
- KNIGHTS, D. and MCHUGHES, M. (1990). Theorising Subjectivity. In KNIGHTS, and WILLMOTT, H. (eds.). **Managing the Labour Process**. Aldershot: Gower.
- LASH, S. (1994). Reflexivity and its Doubles: Students, Aesthetics, Community. In: BACK, U, GIDDENS, A. and LASH, S. (eds.). **Reflexive Modernization**. Cambridge: Polity Press.
- LASH, S. and URRY, J. (1994). **Economies of Signs and Space**. London: Sage.
- MAC AN GHAILL, M. (1999). **Contemporary Racisms and Ethnicities: Social and Cultural Transformations**. Buckingham: Open University Press.
- MAC LAUGHLIN, J. (1994). **Ireland: The Emigrant Nursery and the World Economy**. Cork: Cork University Press.

- MAC LAUGHLIN, J. (2001). **Reimagining the Nation-state: The Contested Terrains of Nation-building**. London: Pluto Press.
- MASSEY, D. (1995). Making Spaces: Or, Geography Is Political Too. **Soundings**, vol.1, Autumn.
- MORT, F. (1996). **Cultures of Consumption: Masculinities and Social Space in Late Twentieth-century Britain**. London: Routledge.
- NASH, C. (1993). Remapping and Renaming: New Cartologies of Identity, Gender and Landscape in Ireland. **Feminist Review**, vol.44, p.39–57.
- NATTER, W. and JONES III, J.P. (1997). Identity, Space and other Uncertainties. In: BENKO, G. and STROHMAYER, U. (eds.). **Space and Social Theory: Interpreting Modernity and Postmodernity**. London: Blackwell.
- O’SULLIVAN, J. (1996). If You’re Hip, You Must Be Irish. **Independent**, 1, July.
- O’TOOLE, F. (1997). **The Ex-Isle of Erin: Images of Global Ireland**. Dublin: New Island Books.
- RNSI, A. and WESTWOOD, S. (eds.) (1994). **Racism, Modernity and Identity: On the Western Front**. London: Polity Press.
- ROBINSON, M. (1995). Cherishing the Irish Diaspora. Address to the Houses of the Oireachtas, Dublin, Feb., 2.
- SAID, E.W. (1993). **Culture and Imperialism**. London: Vintage.
- SHERLOCK, J. (1999). Globalisation: Western Culture and Riverdance. In: BRAH, A., HICKMAN, M and MAC AN GHAILL, (eds.). **Thinking Identities: Ethnicity, Racism and Culture**. London: Macmillan.
- SMYTH, A. (1995). States of Change: Reflections on Ireland in Several Uncertain Parts. **Feminist Review**, vol.50, p.24–43.
- SMYTH, J. (1993). Nationalist Nightmares and Postmodern Utopias: Irish Society in Transition. **History of Education Ideas**, vol.16, n.1/3, p.157–63.
- SPIVAK, G. (1988). **In Other Worlds: Essays in Cultural Politics**. New York: Routledge.

- TROUPE, Q. (1989). **James Baldwin: The Legacy**. New York: Simon & Schuster/Touchstone.
- WALTER, B. (1999). Gendered Irishness in Britain: Changing Constructions. In GRAHAM, C. and KIRKLAND, R. (eds.). **Ireland and Cultural Theory: The Mechanics of Authenticity**. London: Macmillan.
- WALTER, B., HICKMAN, M., MORGAN, S. and BRADLEY, J. (2002). The Irish 2 Project. **Newsletter 3**, Sept.
- WIEVIORKA, M. (1998). *Racism and Diasporas*. Thesis Eleven, vol.52, p.49-71.
- ZARETSKY, E. (1996). Identity Theory, Identity Politics: Psychoanalysis, Marxism, Post-structuralism. In: CALHOUN, C. (ed.). **Social Theory and Politics of Identity**. Oxford: Blackwell.

Refugiados e o assombro do fluxo do diferente

Liana Lewis

Introdução

Um dos principais eventos, que tem definido as dinâmicas das relações raciais na Inglaterra contemporânea, tem sido o constante fluxo da população refugiada que tem desestabilizado, desde a década de 1980, o dualismo branco/negro. Tal dualismo era, até então, o grande definidor de como a identidade britânica se constituía em relação ao diferente. Na atualidade, a Inglaterra, assim como toda a Europa ocidental, tem se deparado com um constante e diversificado fluxo de refugiados que, devido à impossibilidade de categorização dos mesmos (como no caso dos negros de outrora), tem superdimensionado o pavor diante do diferente.

O termo refugiado, aqui, mais do que se referindo ao universal masculino, denunciado pelas feministas na década de 1970, como uma neutralização/naturalização de sujeitos generificados (*gendered*) de forma implícita pelas pesquisas dos mais diversos campos do saber, que tomavam os homens como modelos apriorísticos de estudo das culturas (Heilborn, Carrara, 1998), diz respeito à especificidade dos sujeitos, ou melhor, dos discursos sobre sujeitos marcados de forma particular pela categoria de gênero. Assim, o artigo se debruçará sobre as representações legislativas e midiáticas constituídas/constituintes da masculinidade dos homens refugiados no contexto da Inglaterra contemporânea.

A primeira parte do texto versa sobre como uma reconfiguração dos discursos e práticas racistas vêm constituindo a identidade britânica através de um modelo de oposição branco/não branco. A segunda parte estabelece uma leitura sobre as formas de desautorização

legislativa sobre os refugiados e as representações dos meios de comunicação de massa, mais especificamente, os tabloides, acerca dos homens refugiados. Neste sentido, será observado como se constitui a articulação entre raça e masculinidade como forma de exclusão dos homens refugiados da constituição do Estado-nação na Inglaterra. O conceito de representação será aqui utilizado a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, entendida não como uma cópia da realidade, mas como constitutiva desta ou, como diria Said (2003:21), como uma “re-apresentação” da realidade.

Do além-mar ao Novo Racismo na constituição da identidade britânica

O projeto de modernidade europeia foi baseado, em seus primórdios, em um complexo jogo de identificação/rejeição em relação ao encontro com o Outro promovido pela expansão marítima. O Outro que se encontrava - e deveria ser mantido - no além mar ofereceu subsídios, através de uma dinâmica de oposição, para a constituição de uma identidade branca pretensamente unificada. O Outro, lugar da falta, da falha e ao mesmo tempo do excesso, tornava-se presente de forma fantasmagórica na vida da população europeia através de uma literatura de viagem que classificava o globo em termos oposicionais (Said, 2003). Este projeto de dominação/constituição da diferença racial era marcado fortemente por um modelo de masculinidade o qual, ao tomar o homem europeu como regra universal desejável, instituiu, nas diversas colônias dinâmicas inovadoras: como seus homens deveriam se portar para atender a projetos militaristas, econômicos e culturais da metrópole (Connell, 1995).

No entanto, se, durante a fase colonial, os europeus, e aqui, mais especificamente, os ingleses, iam lá, entrando em contato com “novas” populações através do empreendimento marítimo, garantindo, assim, uma confortável ilusão de pureza no tocante às fronteiras nacionais, a perspectiva contemporânea de receber pessoas de ex-colônias inglesas, em seu espaço nacional, tem ameaçado a ilusão de homogeneidade.

Uma resposta a tal ameaça foi a construção de uma teoria que, no final dos anos 1970 e durante os anos 1980, propagou o racismo não em termos de diferença de cor ou em termos biológicos, mas através da diferença cultural, identitária e forma de vida. Este discurso foi forjado tomando como base a constituição da noção de uma unidade nacional em oposição aos *outsiders* - imigrantes – e *insiders* – afro-caribenhos e asiáticos (Barker, 1981).

Vocês são um dos nossos?⁴⁹ O questionamento de Margaret Thatcher, amplamente plagiado, pode ser tomado como um perfeito sumário das políticas de identidade que definiram as relações direcionadas aos imigrantes de ex-colônias inglesas, que migraram para a Inglaterra dos anos 1940 aos 1960, como resposta à necessidade de força de trabalho adicional para o Estado-nação. A perspectiva de pessoas de ex-colônias britânicas fazerem parte da identidade nacional foi recebida com a tentativa de construção de uma crença mítica em uma nação racialmente unificada pela branquitude, como forma de exclusão dos negros da identidade nacional. Esta tentativa desconsidera a contradição da formação do Estado-nação. Neste sentido, Hall (1993) observa que a configuração paradoxal, de uma fronteira delimitada no que diz respeito ao espaço geográfico nacional, à economia e à cultura, foi possível através da missão colonial expansionista a qual certificou que, através da troca de bens e cultura, a hibridização tornou-se uma das características constitutivas da nação. Longe de ser “pura”, a identidade nacional britânica foi, através de seus laços coloniais, particularmente híbrida. Este hibridismo, que até então era escamoteado das representações acerca do Estado-nação, poderia tornar-se incontestável diante da migração dos sujeitos coloniais para a Inglaterra. Uma das respostas foi a constituição, através da imprensa, do chamado pânico moral onde atos criminosos de alguns imigrantes em particular, mais especificamente homens afro-caribenhos, eram superdimensionados para constituir uma generalização de uma

49 Questionamento da antiga Primeira Ministra Margaret Thatcher acerca do pertencimento dos imigrantes asiáticos e afro-caribenhos na constituição identitária britânica.

população inteira tomada como desviante. Hall et al. (1978) observa que o mecanismo de constituição do pânico moral é muito mais claramente relacionado à questão da estigmatização – neste caso, racialização – do que a fatos reais. Ele é constituído como uma forma de manter o *status quo*, a ordem social e o estilo de vida britânico. É através desta ameaça, do *outsider*, que a coesão é reafirmada. O homem negro era então tomado como epítome da ameaça da segurança interna através do resultado do imbricamento de duas categorias (raça e gênero) que, juntas, multiplicavam o efeito fantasmagórico da ameaça.

Uma resposta veemente foi dada em relação à presença destes sujeitos coloniais, através de escritos, de discursos e de programas políticos baseados no Novo Racismo, o qual evitava a raça como significante, buscando esquivar-se de acusações de racismo. O conceito de diferenças culturais tornou-se uma forma privilegiada de exclusão do “diferente”. O que é claro, a partir destes escritos, é que uma gama de discursos sobre diferenciação social pode possuir uma relação metonímica com o racismo. As semânticas de raça são produzidas por um complexo processo interdiscursivo onde a linguagem, a cultura e a nação evocam uma narrativa racial escondida. A característica definidora deste processo é a forma como naturaliza as formações sociais em termos de uma lógica de pertencimento racial-cultural (Solomos e Back, 1996:19).

Exemplar da utilização da estratégia discursiva no Novo Racismo foi a representação construída em torno do “problema” dos garotos negros⁵⁰ nas escolas, os quais eram percebidos pelos professores como problemáticos, violentos e com dificuldades acadêmicas. A interpretação desta percepção encontrava, no conceito de diferença cultural, o aporte teórico para a legitimação das desigualdades no âmbito escolar. Em pesquisa realizada na década de 1980, com garotos afro-caribenhos e asiáticos nascidos na Inglaterra, Mairtín Mac an Ghail (1988) observou que, ao invés de diferenças culturais, foi o racismo institucional, aliado às respostas dos jovens (os quais agiam de

50 Filhos da população afro-caribenha que migrou para a Inglaterra nos anos 1960 para suprir a necessidade de mão de obra do pós guerra.

forma indisciplinada no espaço escolar) que impediam de tornarem-se bem sucedidos no contexto educacional.

Aqui, o modelo de família nuclear, baseado na autoridade masculina, apresenta-se como a instituição legitimadora destas diferenças culturais. Para a sociologia das relações raciais, o principal problema era visto como relacionado à ausência da figura paterna que deveria atuar como modelo de identificação dos garotos, bem como figura reguladora da família. O padrão de família nuclear afro-caribenho (centrado na figura materna e com uma maior circulação de homens) era visto como extremamente problemático desde que era incompatível com o modelo clássico de família nuclear. Através de uma perspectiva de gênero androcêntrica, a família afro-caribenha era patologizada, não sendo capaz de “produzir” crianças compatíveis com as instituições inglesas brancas (Lawrence, 1982).

Encontramos, aqui, a estratégia discursiva do Novo Racismo, o qual evoca a noção de raça sem fazer uma clara alusão a esta. Raça e masculinidade são unidas pelo Novo Racismo, mas os interstícios da estratégia discursiva elidem a explicitação da categoria de raça e, com ela, a de gênero, tendo como resultado, apenas a tão chamada “diferença cultural” a ser criticada. Ao invés da raça, e com ela a masculinidade, ser alvo dos desafetos, teóricos/cotidianos, é a cultura que é representada de forma essencialista, a-histórica e incompatível com a cultura branca hegemônica. Novamente, a pureza branca, tendo como modelo desejável o homem europeu, deveria ser mantida.

A condição diaspórica e a multiplicação da ansiedade

A condição diaspórica, aquela na qual os refugiados estão imersos, diz respeito a uma jornada que não é casual nem temporária em nenhum sentido, desde que tem como princípio a construção da vida em um outro local. Uma compreensão sutil, deste tipo de migração, deve levar em consideração não apenas a identificação da pessoa que viaja, mas também as circunstâncias que determinam este

deslocamento. A identificação destas circunstâncias constitui-se como uma premissa básica deste tipo de migração. Ela torna explícito o fato de não ser relacionada a uma escolha, mas a uma imposição e é, através desta imposição, que o passado e o presente se encontram no espaço diaspórico.

O espaço diaspórico não é relativo apenas às experiências vividas pela população que sofre o deslocamento geográfico. Este é o espaço, onde imigrantes e nativos se encontram, constituindo as dimensões econômicas, políticas, culturais e psíquicas de suas vidas cotidianas. Este é o espaço onde identidades são constituídas, contestadas, reafirmadas e desautorizadas, onde o conceito do Outro – o fora do lugar – é construído em relação a um “nós” unificado. O espaço diaspórico aponta assim para a noção de localidade, desde que novas identidades emergirão, a partir deste deslocamento, desta ruptura (Brah, 1998). Em relação aos homens refugiados, a intersecção, das categorias gênero e raça, apresenta-se como um dos principais constitutivos do espaço diaspórico, conforme será observado, ao longo desta sessão, através de um hiperdimensionamento da masculinidade hegemônica. E este espaço tem sido especialmente construído através da representação midiática e legislativa acerca da masculinidade dos homens refugiados.

Conforme observado na sessão anterior, até a década de 1980 – momento de um aumento significativo no número de pessoas buscando asilo na Inglaterra – pessoas originárias de ex-colônias britânicas constituíam-se enquanto a principal população através da qual um senso de “britanismo” (branco e masculino) foi construído através de um movimento oposicional. Várias nacionalidades, línguas e religiões eram desconsideradas pela população majoritariamente branca, especialmente através dos significantes afro-caribenhos e asiáticos. Estas expressões simplificavam e comprimiam as várias posições de sujeito ocupadas por seus membros como uma forma de gerenciar uma ansiedade que poderia se tornar excessivamente multiplicada. Ao invés de direcionar tal ansiedade aos bangladeshes, indianos, jamaicanos,

hinduístas, mulçumanos e assim por diante, esta poderia se tornar mais administrável e mais fácil de lidar se fosse direcionada a apenas dois significantes: afro-caribenhos e asiáticos.

Os refugiados interrompem esta lógica. As pessoas estão conscientes de que eles provêm de dezenas de países, falam várias línguas e são praticantes de diversas religiões. A instabilidade, de suas presenças, pode ser atestada pela tentativa obsessiva do governo de detectar a origem, bem como a constante modificação do ranking destes países. Como pode ser observado na tabela abaixo, o Ministério do Interior, ao traçar a origem nacional dos refugiados ao longo dos anos, deixa evidente que o padrão nunca é estável. O refugiado se torna, desta maneira, em termos de imaginário, fora de controle.

Tabela 1

Applications⁽¹⁾ for asylum in the UK, excluding dependants, by nationality, 1995 to 2003

Nationality	Number of principal applicants								
	1995	1996	1997	1998	1999 (2)	2000 (2)	2001	2002	2003 (P)
Albania	110	105	445	560	1,310	1,490	1,065	1,150	595
Czech Republic	15	55	240	515	1,790	1,200	825	1,365	70
Macedonia	n/a	15	20	50	90	65	755	310	60
Moldova	10	-	20	25	180	235	425	820	380
Poland	1,210	900	565	1,565	1,860	1,015	615	990	95
Romania	770	455	605	1,015	1,985	2,160	1,400	1,210	550
Russia	n/a	205	180	185	685	1,000	450	295	280
SAM (3)	n/a	400	1,865	7,395	11,465	6,070	3,230	2,265	815
Turkey	1,820	1,495	1,445	2,015	2,850	3,990	3,695	2,835	2,390
Ukraine	n/a	235	490	370	775	770	445	365	300
Other Former USSR	785	960	1,325	2,235	2,460	2,275	895	1,245	625
Other Former Yugo.	1,565	620	375	535	2,625	2,200	85	90	50
Europe Other	770	1,035	1,575	1,260	200	415	335	300	80
Europe Total	7,050	6,475	9,145	17,745	28,280	22,880	14,215	13,235	6,295
Colombia	525	1,005	1,330	425	1,000	505	365	420	220
Ecuador	250	435	1,205	280	610	445	255	315	150
Jamaica	150	125	130	105	180	310	525	1,310	965
Americas Other	415	205	165	165	240	155	170	240	230
Americas Total	1,340	1,765	2,825	975	2,025	1,420	1,315	2,290	1,560
Algeria	1,865	715	715	1,260	1,385	1,635	1,140	1,060	550
Angola	555	385	195	150	545	800	1,015	1,420	850
Burundi	95	60	85	215	780	620	610	700	650
Cameroon	85	105	175	95	245	355	380	615	505
Congo	80	75	90	150	450	485	540	600	320
Dem. Rep. Congo	935	680	690	660	1,240	1,030	1,370	2,215	1,540
Eritrea	245	135	125	345	565	505	620	1,180	950
Ethiopia	585	205	145	345	455	415	610	700	640
Gambia	1,170	245	125	45	30	50	65	130	95
Ghana	1,915	760	350	225	195	265	190	275	325
Ivory Coast	245	125	70	55	190	445	275	315	390
Kenya	1,325	1,170	605	885	485	455	305	350	220
Liberia	390	330	205	70	65	55	115	450	740
Nigeria	5,825	2,900	1,480	1,380	945	835	810	1,125	1,010
Rwanda	135	80	90	280	820	760	530	655	260
Sierra Leone	855	395	815	565	1,125	1,330	1,940	1,155	380
Somalia	3,465	1,780	2,730	4,685	7,495	5,020	6,420	6,540	5,090
Sudan	345	280	230	250	280	415	390	655	930
Tanzania	1,535	225	90	80	80	60	80	40	30
Uganda	365	215	220	210	420	740	480	715	705
Zimbabwe	105	130	60	80	230	1,010	2,140	7,655	3,295
Africa Other	360	275	220	305	400	615	555	845	895
Africa Total	22,545	11,290	9,515	12,380	18,435	17,920	20,590	29,390	20,370
Iran	615	585	585	745	1,320	5,610	3,420	2,630	2,875
Iraq	930	965	1,075	1,295	1,800	7,475	6,680	14,570	4,015
Middle East Other	755	600	675	745	1,045	1,330	1,165	1,115	1,080
Middle East Total	2,295	2,150	2,335	2,785	4,165	14,415	11,265	18,315	7,970
Afghanistan	580	675	1,085	2,395	3,975	5,565	8,920	7,205	2,280
Bangladesh	685	645	545	460	530	795	510	720	735
China	790	820	1,945	1,925	2,625	4,000	2,390	3,675	3,450
India	3,255	2,220	1,285	1,030	1,365	2,120	1,850	1,865	2,290
Pakistan	2,915	1,915	1,615	1,975	2,615	3,165	2,860	2,405	1,915
Sri Lanka	2,070	1,340	1,830	3,505	5,130	6,395	5,510	3,130	705
Vietnam	5	10	10	35	105	180	400	840	1,125
Asia Other	385	270	255	615	1,120	1,025	1,040	915	655
Asia Total	10,885	7,885	8,570	11,940	17,465	23,290	23,480	20,755	13,155
Nationality not known	50	80	105	190	785	450	160	145	55
Grand Total	43,965	29,640	32,500	46,015	71,160	80,315	71,025	84,130	45,405

(1) Figures rounded to the nearest 5 with * = 1 or 2.

(2) May exclude some cases lodged at Local Enforcement Offices between January 1999 and March 2000.

(3) Serbia and Montenegro (SAM) replaced Federal Republic of Yugoslavia (FRY) from 5 February 2003. SAM comprises the Republic of Serbia, the Republic of Montenegro, and the Province of Kosovo (administered by the UN on an interim basis since 1999).

(P) Provisional figures.

Fonte: Heath and Hill (2004) – Home Office

Uma das formas de escapar da ansiedade de ter que lidar com tal multiplicidade é lançar mão da estratégia de estereotipização. Hall (2003) observa que uma das características deste mecanismo é a redução e fixação da “diferença”, banindo o que não é aceitável. Desta forma, as várias possibilidades de ser o Outro são simplificadas em torno do significant “refugiado”. Em pesquisa realizada no Sudeste, Centroeste e Londres, na Inglaterra, para compreender os padrões de preconceito de adultos brancos em relação aos grupos minoritários, Valentine e McDonald (2004) observaram que os viajantes, ciganos, asilados e refugiados são os grupos que figuram no topo da lista, sendo seguidos pelas minorias étnicas⁵¹. Este último grupo é alvo de apenas metade do número daqueles que expressaram preconceito contra os dois primeiros grupos. Os asilados e refugiados constituem assim o grupo em relação ao qual o preconceito mais aberto e transparente é direcionado, sendo frequentemente expresso através de ódio. Valentine e McDonald observam que o preconceito em relação a tal grupo é socialmente aceito, desde que não existe uma interdição da sua expressão. Outra conclusão alcançada pelos autores é de que existe uma tendência dos entrevistados em identificar qualquer pessoa não branca como refugiada.

Ao longo do trabalho de campo da minha pesquisa de doutorado, sobre crianças refugiadas em uma cidade provinciana da Inglaterra, adotei como estratégia metodológica a observação dos mecanismos que acionam o preconceito contra os refugiados. Logo no início do trabalho de campo, discuti as condições destas crianças com uma das coordenadoras da Secretaria de Educação do município. Ao relatar as dificuldades enfrentadas pela Secretaria, ao lidar com crianças originárias de diversos países, ela observou, com um sorriso na face, que eles tinham que lidar com *línguas bizarras*. Sua afirmação não aponta apenas para o fato pragmático de que eles tinham que se comunicar com crianças, cujas línguas eram semanticamente e estruturalmente distintas da sua. Ao invés, é atravessada por um adjetivo que possui

51 Segunda geração de asiáticos e afro-caribenhos. Segunda geração é um termo utilizado como marca identitária de filhos de imigrantes nascidos na Inglaterra.

uma conotação negativa. *Bizarro* amplia a noção da diferença, transformado-a no completo Outro. Este conceito do Outro não possui nenhum ponto de identificação; ele significa o negativo do aceitável, o completo oposto da normalidade. O problema para ela parece residir não apenas na diferença extrema, mas também no fato desta diferença ter-se tornado, repentinamente, multiplicada, visto que os asilados e os refugiados vêm de vários países (ver tabela 1).

Refugiado é um termo que possui uma definição internacional que visou responder às mazelas impostas pela Segunda Guerra Mundial. Tal definição foi determinada pela Convenção das Nações Unidas de 1951, relativa ao Status de Refugiados a qual resultou da compreensão da necessidade de proteção e garantia dos direitos a europeus, ao final da referida guerra (em 1945). Na atualidade, tal definição tem sido aplicada a outros grupos de pessoas geograficamente deslocadas ao redor do mundo (UNHCR, 2004). De acordo com a Convenção das Nações Unidas, refugiado é uma pessoa que

teme ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade e que não pode, ou em virtude desse temor não quer, valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade, e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual e em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele⁵².

No Reino Unido, a condição de asilado é definida como alguém que está à espera de uma decisão do governo federal em relação à possibilidade de receber ou não o status de refugiado (Rutter, 2001a). Os asilados, que eventualmente forem reconhecidos como refugiados, podem permanecer no país por um período de tempo estipulado pelo governo. A existência de um conflito em um país, incluindo discriminação de minorias, guerra civil e conflito étnico constituem as principais causas da migração forçada para a Europa. A busca de proteção nos países europeus é determinada pela noção de que eles possuem alto nível de paz, ordem pública e instituições democráticas.

52 Tradução da autora.

Embora fatores econômicos representem um importante papel na busca por refúgio – desde que os países europeus oferecem um padrão de vida melhor através de um sistema de bem-estar e de saúde desenvolvidos em relação aos países devastados por conflitos – os países mais pobres são aqueles que absorvem o maior contingente de refugiados (Castels et al., 2003).

No ano de 2001, o Paquistão recebeu 2.199.379 refugiados e asilados, o Iran 1.868.011 e o Afeganistão 1.226.098 (UNHCR the UK, 2004), enquanto que o Reino Unido recebeu apenas 71.370, excluindo dependentes (Heath e Hill, 2002). No ano de 2002, o Reino Unido figurou na oitava colocação entre os países europeus em relação ao recebimento de pedidos de asilo por número de habitantes (UNHCR in the UK, 2004). Na escala global, os países pobres recebem a vasta maioria de asilados: quase dois terços (Scottish Refugee Council, 2005). De acordo com o instituto de pesquisa social MORI (2002), embora no ano de 2002 o Reino Unido tenha recebido apenas 1,98% dos asilados do mundo, o público acreditava que havia recebido quase um quarto (23%). Tal crença é o resultado de um novo cenário político-cultural que indica novos padrões de racialização para localizar certas pessoas como “diferentes”.

Dados de Ministério do Interior (Home Office, 2004) mostram uma crescente tendência em recusar o status de refugiado ou qualquer forma de proteção. No ano de 1984, 33% dos asilados no Reino Unido receberam o status de refugiado, 39% receberam outra forma de proteção e 28% foram recusados (Rutter, 2001b). Novos dados do Ministério do Interior demonstram que no ano de 2004, de um total de 46.035 pedidos de asilo, apenas 3% (1.515 pessoas) foram reconhecidas como refugiadas, 11,9% (5.355 pessoas) não foram reconhecidas como refugiadas, mas receberam alguma forma de proteção, enquanto que 88% (40.525 pessoas) foram recusadas (Home Office, 2004).

A clara intenção de evitar novos pedidos de refúgio para a Inglaterra é comprovada pelas duras medidas em relação aos asilados. O Partido Trabalhista chegou ao poder após dezoito anos de administração do Partido Conservador o qual empregou uma resposta

draconiana à presença de pessoas em busca de refúgio. Naquele momento, sendo direcionada por uma campanha de difamação, promovida pela imprensa escrita, a opinião pública já se encontrava hostil em relação aos asilados e aos refugiados. Mesmo no contexto escolar, termos como “farsantes” e “ladrões” têm sido direcionados às crianças refugiadas. Desde o ano de 1997, e no momento atual, no quarto mandato, o Partido Trabalhista tem, ao invés de informado a população sobre os verdadeiros fatos sobre o asilo – as causas do asilo, bem como a violência, a discriminação, a falta de políticas públicas voltadas para asilados e refugiados nos países receptores - almejando uma sociedade inclusiva, lançado-se em uma campanha de interdição da presença de tal população no território britânico (Rutter, 2001a, Schuster e Solomos, 2004).

E esta interdição tem sido, simbolicamente, direcionada mais especificamente aos homens refugiados. Pode-se observar, na tabela 1, que a tentativa de determinação/controlado do governo, em relação ao país de origem dos asilados, é direcionada aos “Pedidos de asilo no Reino Unido, excluindo dependentes”. Se a eleição do homem, como representante da família pelo Ministério do Interior, aponta para uma normatização do patriarcado onde o homem é eleito o centro do poder, no caso do homem refugiado, esta visibilidade conferida pelo gerenciamento institucional das populações o localiza, simbolicamente, como a epítome do estigma.

O sistema legislativo e medidas governamentais são acompanhados por uma forte campanha dos tabloides⁵³ constituindo, assim, uma rede significativa que finda por informar a população acerca da desautorização dos refugiados. Os meios de comunicação de massa elegem este Outro - que sendo do além mar é percebido como ocupando o lugar da diferença absoluta – como a síntese do pânico moral que assola uma Europa que vem quebrando o contrato do bem estar social (Bauman, 2007). Neste sentido, o prefeito de Londres, Ken

53 Jornais sensacionalistas de tiragem diária que alcançam um grande público, especialmente de classe popular. O *The Sun*, por exemplo, tabloide mais vendido do Reino Unido tem uma tiragem média de 1.000.000 de exemplares diários.

Livingstone, solicitou um relatório após um aumento das moléstias contra asilados na capital. Entre agosto e setembro de 2003, uma pesquisa foi conduzida por uma equipe do Kings College London a qual monitorou a cobertura da imprensa escrita nacional, local e jornais comunitários em relação aos refugiados. Em uma semana, houve 56 histórias sobre asilados nos jornais pesquisados. Os jornais, que tiveram o maior número de artigos em relação aos asilados, foram *The Sun*, *News of the World*, *Daily Mail* e *Mail on Sunday*. A equipe argumentou que alguns artigos apresentavam conteúdos que promoviam alarme e medo através da alegação de um fluxo indeterminado de asilados ou através de sugestões de criminalidade (Icar, 2004).

White (2002) observa o impacto de metáforas hidráulicas sobre a imaginação de uma população que teme ser tomada por intrusos e que sente necessidade de proteção por fronteiras bem delimitadas:

No Reino Unido metáforas hidráulicas imaginam correntes de imigrantes (água, sangue, doenças) deixando e entrando Estados (reservas, lago ou o corpo) que são protegidos por fronteiras internacionais e leis de imigração (represas ou instrumentos cirúrgicos). Correntes podem estar ‘fora de controle’ ameaçando a vida de todos os cidadãos, desta forma, ‘inundações’ de refugiados ou asilados ameaçam ‘inundar’ o Estado. Representando o Estado e movimentos de refugiados de forma tão simplista, mas de uma maneira sedutoramente holística, legitima a substituição de estórias polivocais, complexas e caóticas e realidades da vida migrante por um universo monocromático de verdade⁵⁴ (2002:1056).

Como ilustração, a primeira página do *Sunday Express* de Janeiro de 2004 (Shipman e Tominey, 2004) exhibe um complexo jogo de mensagens que guia o leitor ao cume da ansiedade, revelando pistas mais precisas para uma situação apresentada como uma ameaça a todo o país. O título, exibido em letras maiúsculas e negrito – **‘GRÃ-BRETANHA ADQUIRE GUARDAS DE FRONTEIRA’**⁵⁵ – sugere um país sob ameaça e necessitando de força de proteção

54 Tradução da autora.

55 **‘BRITAIN GETS BORDER GUARDS’.**

especial. Logo no topo existe um subtítulo, o qual indica a causa da ameaça em letras menores: **‘EXCLUSIVO: nova força linha dura contra o asilo’**⁵⁶. O que se segue é o sub-título do artigo em negrito: **‘Ministros do Parlamento ESTÃO urgindo que guardas de fronteira sejam trazidos para combater o enorme fluxo de asilados na Grã-Bretanha’**⁵⁷.

A palavra ‘estão’ exposta em letras maiúsculas, seguida de ‘urgindo’, implica uma urgência de ação contra uma força que ameaça o país no presente momento. E esta força é associada à noção ou à fantasia de guerra, desde que tem de ser ‘combatida’. A expressão ‘enorme fluxo’ parece promover a noção de uma completa conquista. É importante lembrar a observação de White sobre a conotação hidráulica da palavra fluxo. Se alguém imaginar a água ou qualquer líquido sendo deixado em um espaço, é esperado que este vá se espalhar ao longo de qualquer espaço vazio. Desta forma, água/asilados podem ser imaginados de uma forma claustrofóbica, com a população sendo deixada sem nenhuma saída diante de sua presença.

O artigo, em si, é acompanhado por uma fotografia de uma fila formada por asilados adultos do sexo masculino, descritos como estando na fronteira da França e Inglaterra. Os asilados adultos do sexo masculino são frequentemente retratados através de imagens de pessoas que estão supostamente tomando o território britânico. Porém, o presente artigo apresenta, inusitadamente, uma exceção, exibindo, na segunda página, uma fotografia de uma família da Europa Oriental, composta por pai, mãe e dois garotos pequenos, com idades em torno de um e quatro anos. A configuração familiar é exposta seguindo esta sequência: o pai, em frente, carregando em seus braços o garoto mais novo, enquanto segura a mão da outra criança; a mãe encontra-se, aproximadamente, quatro passos atrás do marido. No entanto, esta exceção fotográfica é acompanhada por uma clara ideia de ser ‘forjada’,

56 **‘EXCLUSIVE: new force to crack down on asylum’.**

57 **‘MPs ARE urging that border guards are brought in to combat Britain’s massive influx of asylum seekers’.**

desde que o artigo se refere a asilados cujos pedidos de asilo foram recusados.

O artigo é relacionado à ameaça da possibilidade de retorno de asilados cujos pedidos de asilo já haviam sido rejeitados pelo Reino Unido, sob a Constituição da União Europeia. O artigo afirma que uma vez no Reino Unido, estas pessoas serão capazes de trabalhar legalmente no espaço de tempo de três meses e, desta forma, haverá uma demanda extraordinária dos serviços de saúde, de educação, de pensão e de benefícios da segurança social. O artigo retrata o asilado do sexo masculino guiando a família, em frente da esposa e carregando as duas crianças com seu corpo. Ele é aquele quem está no comando, ele é aquele quem guia as crianças e a mulher. Mais uma vez, o asilado, do sexo masculino, é feito visível e, neste caso, retratado como o manipulador.

A questão do asilo, mais do que uma ameaça hidráulica não-especificada - a qual brinca com as fantasias de invasão/penetração das pessoas - também associa o tema do asilado adulto do sexo masculino com a criminalização. Como exemplo, a primeira página do tabloide *Daily Express* de julho de 2004 (Blacklock, 2004) expõe, em letras maiúsculas e em negrito, **‘ESCÂNDALO DO ASILO DO ASSASSINO DE BEBÊ’**⁵⁸ acompanhado pelo subtítulo, ‘Ele não deveria nunca ter estado aqui’⁵⁹. O artigo relata o caso de um asilado, cujo pedido de asilo não foi aceito, e que matou seu bebê nascido na Inglaterra. Ele posiciona os asilados do sexo masculino como ameaças à sociedade, como aqueles que não deveriam nunca ter entrado no país.

De forma similar, o tabloide *Daily Mail* de abril de 2004 (Craven e Wright, 2004) dispõe em sua primeira página o título, novamente em letras maiúsculas e em negrito: **‘ASSASSINADO PORQUE PERDEMOS O CONTROLE DE NOSSAS FRONTEIRAS’**⁶⁰. O sub-título do artigo expõe em negrito: ‘por 19 anos, Stephen Oake

58 **‘ASYLUM SCANDAL OF BABY KILLER’**.

59 ‘He should never have been here’.

60 **‘MURDERED BECAUSE WE’VE LOST CONTROL OF OUR BORDERS’**.

dedicou sua vida a proteger e servir o público'. O artigo discute o assassinato de um policial por outro asilado cujo pedido de asilo foi recusado. A mensagem é igualmente estereotipante, disseminando a ideia do asilado do sexo masculino como criminoso e implicando uma ameaça maior, já que a vítima em questão é uma pessoa, profissionalmente treinada para proteger a população.

Estes ataques estigmatizantes à figura do homem refugiado são baseados no que denomino de hiperdimensionamento da masculinidade hegemônica. Masculinidade hegemônica é um termo cunhado por Connell (1995), o qual tomando como base o conceito de hegemonia de classe de Gramsci⁶¹ observa que

Em um determinado momento, uma forma de masculinidade, ao invés de outras, é culturalmente exaltada. Masculinidade hegemônica pode ser definida como uma configuração de prática de gênero a qual incorpora a resposta atualmente aceita para o problema da legitimação do patriarcado. O qual garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres⁶² (1995:77).

Se *a priori*, a masculinidade hegemônica pode ser concebida como constituída através de uma oposição (que implica uma subordinação) à mulher, ela é também confirmada por masculinidades subordinadas. Neste sentido, Connell observa que o caso mais importante de dominação/subordinação de masculinidade nos Estados Unidos e Europa diz respeito à dualidade heterossexual/homossexual sendo que a identidade gay opera simbolicamente como continente do que é expelido da masculinidade hegemônica. O autor também chama a atenção para a identificação elaborada entre a identidade gay e o feminino. Decorre daí que a oposição homem/mulher é projetada na oposição heterossexual/homossexual.

61 Por hegemonia de classe Gramsci se refere a um arranjo cultural determinado pelo fato de um dado grupo clamar uma posição de dominância em relação aos outros.

62 Tradução da autora.

Aproveitando esta reflexão de Connell, eu acrescentaria que, além da orientação sexual, a questão racial opera como um importante significante de afirmação da masculinidade hegemônica. Se a masculinidade gay é significada como o oposto da masculinidade hegemônica, a masculinidade dos refugiados é tomada como um hiperdimensionamento dos principais elementos da masculinidade hegemônica. Desta forma, características como ação, dominação e agressividade são hiperlativizadas e fixadas através das representações midiáticas e do imaginário popular. Especial atenção é dada ao corpo como significante tanto da masculinidade hegemônica quanto do refugiado. Um corpo que se impõe, que força a transplantação de fronteiras rigidamente vigiadas, que ameaça a ordem social através de metáforas penetrantes e claustrofóbicas (inundação).

Desta forma, a masculinidade valorizada pelos ingleses é a do homem protetor, seguidor da lei, de sua obrigação de proteger o país e a família inglesa “pura”. Assim, há um jogo entre imagens e significantes em que as oposições evidenciadas por Connell, se agregam a outras como: dentro/fora; puro/impuro; legal/ilegal; protetor/ameaçador... que revestem a construção das identidades, por meio do entrecruzamento, entre raça e gênero, aqui esboçadas, por meio da análise de tabloides, que aprofunda a discussão sobre a produção de identidades.

Ao utilizar um hiperdimensionamento da masculinidade hegemônica, ‘asilado’, que se refere apenas a uma condição – de uma pessoa em busca de asilo – é transformado pelos tabloides em uma posição identitária na qual significa ameaça, farsa e caos. Esta representação, que é direcionada a adultos do sexo masculino, transgride a lógica do asilo, transformando vítimas, necessitadas de proteção, em criminosos.

Neste sentido, podemos concluir que a categoria gênero não pode ser pensada a partir de uma pretensa neutralidade branca que, se constituindo enquanto norma, elida a transversalidade de outros marcadores de desigualdade. Destarte, nas análises das dinâmicas político-culturais, faz-se necessário compreender como a categoria de

gênero é, em determinados contextos, racializada, apontando para uma maior complexidade de representação/interpretação da constituição tanto da masculinidade hegemônica, quanto das subalternas. A não observância da intersecção entre gênero e raça nos contextos analisados neste trabalho pode levar a uma simplificação polarizadora e naturalizante de modelos desejáveis e ameaçadores de masculinidade.

Referências bibliográficas

- BARKER, Martin (1981). **The New Racism**. London: Junction Books.
- BAUMAN, Zygmunt (2007). **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BLACKLOCK, Mark (2004). Asylum Scandal of Baby Killer – He should never have been Here. **Daily Express**, 29/07/2004.
- BRAH, Avtar (1998). **Cartographies of Diaspora – Contesting Identities**. London: Routledge.
- CRAVEN, Nick and WRIGHT, Stephen (2005). Murdered Because We've Lost Control of Our Borders. **Daily Mail**, 14/04/05.
- CASTELS, Stephen, CRAWLEY, Heaven and LOUGHNA, Sean (2003). **States of Conflict – Causes and Patterns of Forced Migration to the EU and Policy Responses**. London : ippr.
- CONNELL, R. W. (1995). **Masculinities**. Cambridge: Polity Press.
- HALL, Stuart (1993). Culture, Community, Nation. **Cultural Studies**, vol.7, n.3, p.349-363.
- HALL, Stuart (2003). The Spectacle of the Other. In: HALL, Stuart (ed.). **Representation – Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage/The Open University.
- HALL, Stuart; CRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John and ROBERTS, Brian (1978). **Policing the Crisis – Mugging, the State and Law and Order**. London: The Macmillan Press.
- HEATH, Tina and HIL, Rachel (2002). **Asylum Statistics – United Kingdom 2001**. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs2/hosb902.pdf>>.

- HEATH, Tina and HILL, Rachel (2004). **Asylum Statistics United Kingdom 2003**. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs04/hosb1104.pdf>>.
- HEILBORN, Maria Luiza; CARRARA, Sérgio (1998). Em Cena, os Homens... **Revista de Estudos Feministas**, vol.6, n.2, p. 370-74.
- HOME OFFICE (2004). **Asylum Statistics: 4th quarter 2004 United Kingdom**. Disponível em: <<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs05/asylumq404.pdf>>.
- ICAR (2004). **Media Image, Community Impact – Assessing the Impact of Media and Political Images of Refugees and Asylum Seekers on Community Relations in London**. Disponível em: <<http://www.icar.org.uk/pdf/mici004.pdf>>.
- LAWRENCE, Errol (1982). **In the Abundance of Water the Fool is Thirsty: Sociology and Black ‘Pathology’**. In **The Empire Strikes Back – Race and Racism in 70s Britain**. London: Hutchinson/Centre for Contemporary Cultural Studies of Birmingham.
- MAC AN GHAILL, Máirtín (1988). **Young, Gifted and Black**. Milton Keynes: Open University Press.
- MORI SOCIAL RESEARCH INSTITUTE (2002). Attitudes towards Asylum Seekers for ‘Refugee Week’. Disponível em: <<http://www.mori.com/polls/2002/refugee.shtml>>.
- RUTTER, Jill (2001a). Refugee’s in Today’s World. In: RUTTER, Jill and JONES, Crispin (eds.). **Refugee Education – Mapping the Field**. London: Trentham Books.
- RUTTER, Jill (2001b). **Supporting Refugee Children in 21st Century Britain – A Compendium of Essential Information**. Stoke-on-Trent: Trentham Books.
- SAID, Edward W. (2003). **Orientalism**. London: Penguin Books.
- SRCHUSTER, Liza and SOLOMOS, John (2004). New Directions, or ‘The Same Old Story’? New Labour’s Policies on Race Relations, Immigration and Asylum. In: STEINBERG, Deborah Lynn and JOHNSON, Richard (eds.). **Blairism and the War of Persuasion: Labour’s Passive Revolution**. London: Lawrence & Wishart.

- SCOTTISH REFUGEE COUNCIL (2005). Questions to ask your prospective MP on asylum. Disponível em: <<http://www.scottishrefugeecouncil.org.uk/asylumtruths/index.htm#Q1>>.
- SOLOMOS, John and BACK, Les (1996). **Racism and Society**. London: MacMillan Press.
- SHIPMAN, Tim and TOMINEY, Camilla (2004). Britain gets Border Guards. **Sunday Express** (25/01/2004).
- UNHCR (2004). **The 1951 United Nations Convention relating to the Status of Refugees**. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/protect/opendoc.pdf?tbl=PROTECTION&id=3b66c2aa10>>.
- UNHCR IN THE UK (2004). **Information and Briefings: Statistics**. Disponível em: <<http://www.unhcr.org.uk/info/briefings/statistics/>>.
- VALENTINE, Gill and MCDONALD, Ian (2004). **Understanding Prejudice – Attitudes Towards Minorities**. Disponível em: <http://www.stonewall.org.uk/docs/Understanding_Prejudice.pdf>.
- WHITE, Allen (2002). Geographies of Asylum, Legal Knowledge and Legal Practices. **Political Geography**, vol. 21, p.1055-1073.

Relatos de violência e a masculinidade juvenil⁶³

Parry Scott

O objetivo das reflexões deste artigo é explorar a relação entre contextos sociais caracterizados, pelo menos parcialmente, pela violência e a construção da masculinidade juvenil. Mesmo que a violência se apresente em diferentes formas e numa multiplicidade de contextos, a sua atração, como campo de afirmação da masculinidade, é inquestionável. A estruturação da abordagem masculina juvenil da violência é bastante recorrente e tem a ver com a particularidade da condição de “jovem” que abarca uma série de esferas que são críticas para a atuação desta categoria social na sociedade. Mas, anterior à definição desta questão de “geração”, é importante estabelecer alguns pontos que se referem à masculinidade diante da violência.

Nos relatos de violência, há uma ambiguidade vivida pelo contador. A forma que este narrador lida com esta duplicidade é uma chave para a compreensão da construção da identidade social que o homem realiza. O homem que conta enfrenta dois imperativos: o primeiro é que o homem, que quer ser homem, tem que mostrar que sabe muito sobre a violência; mas, como o conhecimento é uma faca de dois gumes,

63 Este estudo faz parte da pesquisa “Estilos reprodutivos e organizações representativas” que recebeu uma doação, da diretoria de saúde reprodutiva da Fundação Ford, para o trabalho colaborativo chamado “Enfrentando Diferenças de Gênero”, também subsidiado pelo CNPQ. Numa etapa anterior, dispus de bolsas de iniciação científica do CNPQ na pesquisa “Reprodução, sexualidade e programas de saúde em grupos sociais distintos em Pernambuco”. Uma primeira versão, bem mais reduzida, foi apresentada no III Seminário Internacional de Homens, Reprodução e Sexualidade no Recife em 2003.

no segundo imperativo, o homem tem que mostrar onde ele se situa diante da violência relatada para que possa comunicar aos outros os pertencimentos e as identificações sociais que ele está colocando na sua manifestação de masculinidade. Assim, os relatos são recheados de recomendações e histórias de intervenções que servem para o julgamento moral coletivo do homem que conta, associando ele a ações de bandidos ou de cidadãos, como pertencendo aos “homens de bem” da comunidade, ou não. Simplificando, saber muita coisa não deve ser confundido com fazer parte, e, por isso, o relato precisa incluir elementos que permitam, a quem escuta, saber situar socialmente o contador.

Nos discursos masculinos que realçam inserções críticas à violência, agrega-se uma construção identitária que se refere fortemente a outros campos - diferentes do discurso da rua, da periculosidade e do risco. Após evocar todas estas questões para falar da violência que conhece, ele ainda comunica, verbal e não verbalmente, que as adesões dele são outras. Quem fala comunica que, mesmo diante de todos os detalhes que mostra saber, ele não usa como referente do seu *status* a violência em si. Em vez de realçar os frutos potenciais da violência, ele prefere se remeter a campos de proteção e de provisão para se valorizar. Estas ideias, construídas em estreita integração com um modelo de marcada divisão sexual de trabalho permitem que os homens, quando queiram, moderem o seu conhecimento da violência sem ameaçar a apresentação de características que colocam em questão a sua masculinidade. Estes homens se aproximam, prioritariamente, da família e das redes de sociabilidade solidárias na comunidade.

É um jogo de aproximação e de distanciamento. De um lado, há um imperativo de não demonstrar desconhecimento das narrativas dos que usam a violência para estabelecer o seu reconhecimento público. De outro lado, durante os relatos que demonstram este conhecimento, emitem-se sinais que comunicam que estes homens se orientam por outros valores. O mesmo homem, admirado por saber de tantas coisas perigosas, procura ser ainda mais admirado por negar envolver-se nelas. Sem deixar de ser homem, insere-se nos campos

morais majoritários das populações pobres, apoiando a mãe, a esposa e os filhos, promovendo solidariedade com necessitados da comunidade, etc.

São estes dois aspectos da ambiguidade dos relatos de violência – o relato de afirmação masculina (conhecimento de rua, perigo e risco) e o relato da afirmação do pertencimento social comunitário (proteção, provisão) que são examinados nos discursos de homens jovens em três contextos socioeconômicos diferentes, mostrando como estes contextos influenciam o realce de diferentes conteúdos morais. Primeiro, esclareço alguns dos pressupostos que orientam a apresentação deste texto, descrevendo os procedimentos e identificando os atores principais dos três contextos. Nesta parte, faço referência a algumas produções adicionais complementares decorrentes da mesma pesquisa de campo. Na segunda parte, apresento os relatos de jovens nos contextos examinados e associo a sua forma de relatar aos contextos socioeconômicos nos quais são produzidos. Na terceira parte, desenvolvo um diálogo sobre violência e sobre masculinidade juvenil usando como referência duas publicações internacionais declaradamente comparativas sobre o assunto de jovens e que abordam gênero, *Jovenes sin tregua*, (Ferrandiz e Feixa; 2005) e *Youth and the City in the Global South* (Hansen 2008).

Violência, gênero e geração: conversando e convivendo em três contextos diferentes

A ideia de violência é uma ideia que se apresenta como “externa”. A violência, mesmo que viva rondando a nossa casa, está associada ao mundo, à rua. É por esta característica de ser “de fora” que a compreensão sobre ela e sobre a familiaridade com ela chega a ser emblema do domínio particular do mundo externo, que a literatura sobre homens (Adorno 2005, Connell 2001, 1997; Kimmel 1998; Gutmann 1997; Cechetto 2004; Elias; Dunning 1992, Olavarria 2003; Zaluar 2006) já consagrou como parte fundamental da construção da masculinidade. Saber detalhes sobre a violência local, os seus

atores e os incidentes concretos, é uma forma do rapaz e do jovem adulto mostrarem que circulam bem no seu contexto social. Assim, eles mostram saber localizar as fronteiras das contendas por poder que definem as possibilidades de ação dos indivíduos e dos grupos na comunidade. Saber quem fez o que, onde e como fez, os detalhes da atuação, o desfecho, etc, todos fazem parte de um mapeamento de um terreno cheio de armadilhas onde o jovem terá que definir o seu próprio posicionamento enquanto ator social. O contrário, o desconhecer estas realidades, é uma admissão da retração individual ao ambiente doméstico, supostamente protegido e recheado de significações fortemente associadas mais à feminilidade do que à masculinidade. Mesmo os homens que se opõem frontalmente ao envolvimento em redes e em ações violentas precisam mostrar que a sua decisão, de não participar, ou mesmo de se opor, está com base em informações atualizadas que comprovam o seu domínio cognitivo do seu entorno social.

As informações sobre violência são, por definição, informações perigosas. Precisam ser usadas muito politicamente pelos seus detentores, pois uma leitura errada dos contextos, para falar detalhes conhecidos, pode chegar a custar a própria vida de quem fala. Então, não é apenas o acesso ao “externo”, mas também à convivência com o “perigo” que está comunicada nos relatos sobre violência. Detalhes, os mais escabrosos possíveis, quando contados no contexto certo, enaltecem o contador ao mostrar o quanto ele foi homem para presenciar ou para mergulhar na descoberta dessas informações perigosas. Também é importante saber quando não contar as mesmas coisas. Dois são os pontos fundamentais: ter o que relatar sobre a violência e ter domínio sobre como relatá-lo.

Um adendo metodológico é importante aqui: a ideia de “ter o que relatar” não nega a muito conhecida “lei de silêncio” onde o que predomina é o discurso de “ninguém viu”, “ninguém sabe”. Isto é um “não relato” especialmente apropriado para contextos julgados como particularmente ameaçadores para a integridade individual de quem relata. Quem quer escutar relatos de violência precisa ser

um “ouvido” de confiança, sabendo que o relato será enfeitado, pelo menos parcialmente, para conformar-se às expectativas de quem vai ouvir. Conversar com interlocutores no contexto de uma “pesquisa” é uma boa oportunidade para pensar em invocar a lei do silêncio, especialmente se os pesquisadores não detêm uma identidade social confiável estabelecida para os jovens interlocutores. As palavras, reproduzidas nestas páginas, decorrem de grupos de discussão realizados junto a jovens em ambientes propícios a permitir que o diálogo abordasse assuntos sobre violência, sem que isso se configurasse em “perigo” para os narradores, e que fornecesse um ambiente de interação entre seus pares.

Os procedimentos, para ouvir os relatos proferidos durante os grupos de discussão, contiveram três cuidados importantes para definir o nosso ouvido como sendo tão “de confiança” quanto um ouvido de um “*semioutsider*” pode ser: o contato com o grupo foi realizado em comunidades onde os pesquisadores já tiveram história de atuação de numerosos anos e cujas posições, favoráveis aos grupos, foram conhecidas e podiam ser documentadas e recontadas por moradores dos locais; na hora de convocar as pessoas para participar, a colaboração com organizações representativas, cuja atuação pública evidenciava defesa das populações, foi o caminho específico eleito, sempre agindo de acordo com critérios sob a nossa orientação; e, por fim, o roteiro da discussão passava por uma série de assuntos relacionados com saúde reprodutiva e vivência comunitária mostrando que o enfoque do nosso estudo não era a violência em si, mas um conjunto de relações relevantes na comunidade. Ignorar a violência, neste contexto, seria deixar de fora uma questão que era constitutiva das percepções de todos sobre o cotidiano diferenciado para cada grupo.

Conversando num contexto positivo e na coletividade de um grupo de pares de pessoas do mesmo sexo e de uma faixa etária jovem, de 16 a 25 anos, com a presença de moderadores de confiança, as inibições foram parcialmente reduzidas e foi possível identificar, nos relatos de violência examinados aqui, os conteúdos referidos.

Este caminho armou algumas “arapucas” inevitáveis na delimitação de conteúdo. A nossa relação, com as organizações representativas, nos predispunha a interagir com pessoas que se identificavam como integrantes do grupo daqueles que “falavam pela comunidade”, tendendo a expressar uma moral comunitária que é mais propensa a denúncias e afastamentos da violência do que a afirmação do seu “valor construtivo”. A própria ideia de reunir homens propensos a valorizar a violência, acima de muitas outras questões para refletir sobre a vivência na comunidade, parecia absolutamente inviável.

No dia a dia e na informalidade da pesquisa etnográfica, a nossa equipe foi ganhando um discernimento que permitia juntar informações e experiências do cotidiano para poder perceber alguns dos “não ditos” que clamavam nas entrelinhas das falas gravadas nos grupos de discussão. Essas experiências permitiram descobrir as “entrelinhas” contextualizadas com mais facilidade. Nos temas de formação de ambientes domésticos, da vivência da sexualidade e da interação com os serviços de saúde, os participantes dos grupos de discussão encontraram um roteiro que aparentava simpatizar mais com conversas de mulheres, mas nem por isso resultava em silêncios, pois sempre havia um ângulo masculino a desenvolver na camaradagem montada na escolha de participantes do mesmo sexo. Nem o que se fala entre homens, nem o que se fala entre mulheres, é igual ao que se fala em conversas nas quais homens e mulheres estão juntos. Não se trata de falsificações nem de joguinhos de esconde-esconde, e sim de construções múltiplas de identidades de gênero que estão embutidas nas relações sociais desiguais. Certamente, haveria percepções adicionais e divergentes em grupos de discussão mistos – não somente de homens e mulheres, mas também de jovens e adultos.

Esta observação traz de volta a questão da masculinidade **juvenil**. Há uma especificidade social marcada que informa o conteúdo dos relatos desta geração, mesmo havendo diferenças de gênero. Os jovens vivem uma sequência de questões semelhantes que, sem que haja uma idade concreta definível para cada caso, homogeneiza algumas preocupações que se manifestam na forma de abordar os seus relatos

sobre assuntos sociais em geral, e, no caso em estudo, os relatos sobre violência.

Num estudo anterior sobre moradia e a formação de redes de sociabilidade de jovens na construção das suas habilidades relacionais e técnicas (Scott e Franch 2002), abordamos estas preocupações, designando-as de “interseções”, incluindo, além do próprio campo de gênero, os campos de família, de estudo e trabalho, de recreação, de segurança e patrimônio, de parentesco e de individualização. Estes campos de interseções são mediações que os jovens enfrentam de uma forma especial por serem jovens.

Os jovens, mais intensivamente que integrantes de outras faixas etárias, estão formando grupos familiares separados, passando por um processo de namoro, seleção e decisão sobre local de residência. Uma orientação de gênero que associa, grosseiramente, a rua com a masculinidade e a casa com a feminilidade, mas que requer uma definição dos indivíduos sobre onde situar a predominância das suas atividades de sociabilidade e construção de identidade de gênero. Passam por uma avaliação sobre os limites e retornos comparativos do investimento em educação e as demandas de trabalho que serão fundamentais na capacitação para o mercado de trabalho. É um tempo quando a decisão sobre onde procurar recreação e segurança se apresenta diariamente, pois a juventude procura divertimento, mas as formas de procurá-lo implicam riscos diferentes, frequentemente desvendados nos próprios relatos sobre violência. Finalmente, precisa pensar como se situar diante da valorização do patrimônio construído pelo seu grupo de parentesco e a adesão ou rejeição individual deste patrimônio na construção da identidade individual e comunitária.

Estas interseções são vividas por jovens, independentemente dos contextos socioeconômicos particulares nos quais se encontram. Mas é justamente na variabilidade desta vivência que se desvenda que a juventude se cora de acordo com a história dos grupos aos quais se apresentam escolhas, predominantes e alternativas, de adesão em ambientes locais. Neste estudo, são três os contextos socioeconômicos nos quais os jovens estão inseridos. Apresenta-se, a seguir, um perfil

básico das grandes linhas de diferenciação entre os locais na discussão dos detalhes significativos dos relatos sobre a violência.

A primeira das “comunidades” estudadas aqui é o Iburá. Muito mais que uma comunidade, identifica-se como um bairro de moradores da periferia urbana da Região Metropolitana do Recife que abarca mais de cem mil pessoas. O bairro cresceu a partir de uma expansão urbana que congregou migrantes do interior com moradores da cidade, realocizados para ficarem distantes das áreas do centro outrora sujeitas a inundações e projetos de renovação urbanística. A área é um aglomerado de locais com nomenclaturas e organizações representativas que sugerem uma multiplicidade de comunidades com histórias próprias. Todas são associadas pela contiguidade geográfica e por serem empobrecidas economicamente. A sua união política em associações e numa federação, às vezes, parece mais um artifício reivindicatório eventual que uma força unificadora. Neste mundo urbano, sobram interstícios para a formação de múltiplas alianças e adesões, dentro e fora do bairro.

A segunda “comunidade” é Itaparica – que também é muito mais que uma comunidade, abrangendo um conjunto de agricultores irrigadores reassentados em diversos blocos de agrovilas no município de Petrolândia, em Pernambuco. Estes agricultores são alguns milhares dos mais de quarenta mil, espalhados por oito municípios, atingidos pelas águas do lago de Itaparica, que resultou da construção da barragem Luiz Gonzaga, inaugurada no final dos anos oitenta, no Rio São Francisco no sertão de Bahia e de Pernambuco, com a forte atuação do Polo Sindical do Sub-médio São Francisco, que envolvia enfrentamentos diretos e constantes negociações, estes agricultores exigiram que o Estado, que estava intervindo nas terras usadas para a sua sobrevivência, construísse residências em comunidades com acesso a lotes agricultáveis. Cada bloco de agrovilas congrega pessoas originadas de locais diferentes, mesmo que próximos entre si. A partir do reassentamento, estes agricultores têm experimentado um forte processo de redirecionamento das suas vidas, repletas de adversidades provenientes da morosidade da implementação adequada dos projetos

do governo. Todos estão inseridos no aprendizado de novas práticas, inserção em novas redes de comércio e de serviços, montagem de estratégias de plantio e criação de animais demandados pela nova situação. A gestão de ações sindicais e de associações de produtores divide parte da população de acordo com as suas avaliações dos percursos favoráveis à realização da meta comum: construir uma nova vida em torno da agricultura irrigada.

O terceiro grupo, os índios Pankararu, é um povo indígena que ocupa uma reserva que abarca partes dos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá, fazendo amplo uso de um microambiente de serra onde praticam agricultura de sequeiro e criam, sobretudo, gado bovino e caprino. A reafirmação da sua etnicidade é constante, e o grupo se apresenta como bastante coeso, mesmo diante de um faccionalismo com base em aldeias, troncos familiares e alianças políticas em torno da designação do cacique e da representação dos interesses coletivos. Realiza atividades rituais como o *toré*⁶⁴, de celebração de eventos relacionados aos ciclos vitais com a afirmação da proteção espiritual por *praiás*⁶⁵ dramatizando a inclusão, no meio das relações, no tronco familiar no *menino no rancho*⁶⁶, a reclusão coletiva cíclica no *ouricuri*⁶⁷ e outros que ocorrem como parte de um calendário sagrado próprio, repleto de nomenclaturas e de práticas que os diferenciam

64 Toré é uma dança cerimonial de celebração da indianidade, dançada em círculo ao ar livre por homens e mulheres usualmente em vestimentas cerimoniais, marcando fortemente o ritmo, pisando no solo, acompanhado por maracás, gaitas e vozes dos dançarinos.

65 Praiá é o termo usado para se referir aos encantados, os espíritos indígenas principais, representados na dança indígena com a vestimenta cerimonial de ouricouri e com responsabilidade de proteger o iniciando nas festas de iniciação de jovens.

66 O Menino do Rancho é descrito assim: “A cerimônia tem lugar num rancho previamente armado para este fim, onde a criança, pintada de branco e vestida de palha de ouricuri, é disputada por dois grupos, um formado por protetores mágicos e o outro pelos padrinhos” (<http://www.almirtorressilva.kit.net/html/pankararu.html>).

67 Ouricuri é o nome dado ao período de reclusão e reforço de identidade indígena, onde somente participam os indígenas.

marcadamente de outros grupos. Tendo a reserva como ponto de referência, há índios Pankararu tentando a vida em Pernambuco, Bahia, São Paulo e outros locais. As voltas à reserva são ocasiões importantes para celebrar a indianidade, tanto dos que estão residindo na reserva, quanto dos que estão circulando em outras regiões. Nas políticas governamentais, que historicamente têm contribuído para o tratamento a parte deste e de outros grupos indígenas, a formação recente de Distritos Sanitários Indígenas tem favorecido uma intensificação das ações entre ONGs (especialmente Saúde Sem Limites), lideranças e jovens Pankararus que insistem no seu direito a um tratamento diferenciado em respeito à particularidade.

Os trechos de conversa, ressaltados neste trabalho, foram retirados de transcrições e relatórios de cinco grupos de discussão de jovens homens nos três locais estudados, em 2003 e 2004, com duas sessões de aproximadamente três horas de duração cada (totalizando quase trinta horas). Grupos semelhantes foram conduzidos junto a homens adultos e a mulheres das duas gerações, permitindo contrastes significativos que elucidaram as características que marcam a masculinidade juvenil. A primeira das duas sessões, lidava com a saúde reprodutiva e a formação de casais, de família e de sexualidade, e a segunda, com serviços de saúde, de trabalho, de liderança e de violência na comunidade.

Todos os grupos falaram bastante sobre a violência, permitindo observar padrões de repetição, de reforço e de questionamento a certas maneiras de expressar as suas experiências e percepções. Não houve quantificação temática das referências à violência, e reconheço que, ao ater-me ao discurso produzido por um número reduzido de grupos, estou sujeito a uma seleção temática que responde a uma dinâmica única de interação, mas a maneira de incorporar e comentar qualquer coisa falada sempre está permeada pelos conteúdos provenientes do pertencimento aos grupos. Assim, ao selecionar algumas falas emblemáticas para ilustrar o argumento, a discussão vai, sem excluir, para além das escolhas temáticas, adentrando-se nas maneiras de enquadrar estes temas nas conversas.

Os comentários, sobre os relatos apresentados, remetem a elementos presentes ao longo da discussão do grupo sobre o assunto, sempre informados pela intensidade e diversidade percebidas ao longo de anos de interação com cada grupo, como está detalhado em Scott, Athias e Quadros (2007), que fornece muito mais informação sobre esses contextos. Assim, o que se interpreta aqui depende de múltiplas ocasiões e oportunidades, não se restringindo apenas às palavras ditas. Sempre com complementações e articulações diferentes, utilizo esta mesma fonte de dados que também serviu para outras comparações sobre outros assuntos.⁶⁸

Relatando a violência

Aqui apresento dados necessários para que se possa entender como as redes de sociabilidade local e as redes de violência interagem em cada um dos contextos, e como os relatos dos jovens homens utilizam diferentes interseções que realçam sua identificação com os seus contextos socioeconômicos.

Primeiro, destaco alguns relatos dos jovens do Ibura. Evito comentários de cada caso individualmente, preferindo apresentar várias falas para fazer uma articulação entre elas no final.⁶⁹

68 Para citar alguns destes estudos mais recentes, foram examinadas as transformações nas relações entre pais e filhos nas histórias dos grupos (Scott, Athias e Longhi 2005), as percepções de jovens homens e mulheres sobre saúde reprodutiva e trabalho (Scott, Quadros e Longhi 2003) e, também, em Scott (2006) houve uma explicitação dos procedimentos metodológicos subjacentes à realização deste estudo, contrastado com outro estudo transnacional que também abordou jovens e para o qual fomos co-responsáveis pela pesquisa no Recife (Hansen 2008).

69 Não identifico os nomes de cada jovem que fala em respeito à finalidade de grupos de discussão de não individualizar. As falas são produtos da combinação do que o indivíduo diz e do desenrolar da comunicação do grupo como um todo, sempre entre moradores do Ibura.

... O ladrão vem, assalta a pessoa, aí faz: ‘socorro, policia!’. Aí vem a polícia: ‘socorro, a policia!’.

O tal do Ibura já é famoso por causa disso mesmo... violência, essas coisas. E a violência é também por causa da droga. ... Tem uns jovens que se drogam e matam bem mais cedo. Morrem bem mais cedo os jovens. Porque não conseguem mais sustentar o vício. ... Às vezes ainda o pai é alcoólatra, a mãe ainda dá a molesta, passa o dia fora. O pai passa o dia bêbado. Aí o cara começa a fumar maconha, usar drogas... Começa com esses negócios, ... vivia só, aí já bota outros pra ir com ele. Aí depois, outro, outro. ... Começa a vender, ganhar dinheiro. Ele compra, às vezes até carro. Compra moto, compra tudo, andar com muita mulher. Outros já ficam olhando pra ele, que ele tá ganhando dinheiro, Aí: ‘vamos matar fulano’. Aí bota a arma no cara, mata o cara e toma o lugar do cara. Aí começa tudo de novo. Começa tudo de novo. A violência é por causa da droga.

Uma vez veio a polícia do UR-1. Quatro civil, chegou, chamou ele e ele entrou dentro do camburão. Chegava lá toda semana. Eles iam buscar lá trezentos reais, pra não incomodar ele, pra não incomodar esse Duda⁷⁰. Eu cheguei a ver. Eles chegavam assim: via o que tava acontecendo, e o Duda dava trezentos reais pra eles não incomodarem. Aí saiu um policial desses três. Esse Duda conhecia um. Aí chegava assim... saiu um, aí ele chegou e fez: ‘ó, vai ter uma mudança aí,’ Duda dizendo pra mim que eles tinham dito, porque saiu um. ‘E esse novo não tá querendo ganhar o mesmo que a gente ganhava. Tá querendo ganhar mais!’. Aí Duda: ‘e quanto é que vai ser esse negócio?’ ‘Quinhentos reais, de trezentos vai ser quinhentos agora’. Aí esse Duda tava ganhando dinheiro com drogas, chegava com um sacão de maconha, tudo. Ganhava muito dinheiro, pagava. Saiu um e queria ganhar. Aí ele não pagava... Não quiseram pagar mais. Aí foi um tiroteio enorme dentro do campo, lá. Todo mundo jogando bola! Teve que todo mundo, correr pra não ser baleado! Chegaram assim, por causa do dinheiro, vê!

- Esse cara que mora lá perto da minha casa, que fuma maconha, a mulher grávida, ele deu na mulher. Deu lapada mesmo, na cara, chute,

70 Os nomes usados são fictícios.

pontapé. ... A turma tá arretada com ele. Disse que vai denunciar. Ele usa um tribal assim...

- Eu acho que nesse caso a culpa é dela mesmo, porque ela se envolve. Apanhou uma vez, vai esperar uma segunda vez, é?

- Só vive chorando ela, rapaz. Gosta dele e ele diz: 'você é cachorra, não mandei você botar a menina pra estudar'. E que nada, e chorando... e bei bei bei, com o som bem alto, mas a gente escuta.

- Fica difícil, inclusive, pra denunciar um caso desses, porque a gente sabe, muito bem, que a gente vai numa delegacia pra dar uma queixa, entregá-lo, e o camarada fica solto. Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher. Aí brigaram hoje, amanhã tá tudo bem, agora você que denunciou, tome cuidado pra ele não lhe pegar depois.

- E aquele Jorge que você falou. ... Jorge saía na rua armado, atirando: 'não tem homem aqui nessa porra, homem aqui sou eu!' pá, pá, pá! Atirando lá. Parecia que era um enxame de abelha. ... Saía todo mundo nas carreiras, Não ficava ninguém na área.

- Para Jorge da Madrugada não tinha parecia não.

- Mas justamente nesse dia que ele morreu, ele deu uma tapa. ... Aí ele pegou um rapaz lá, do teu tipo assim. O rapaz tinha um cabelão. Puxou o cabelo. Derrubou o rapaz no chão. Aí o rapaz disse, 'isso não é coisa que se faça com um homem, não. Logo em frente à minha esposa! Isso não se faz não. Depois a gente resolve isso aí'. Aí ele saiu. Foi num lugar perto da rua nova. É um lugar que um homem só não entra não, o cabra só não entra não. Aí ele foi lá, falou com os primos dele lá. Eles esperaram o cara marcar bobeira. Derrubaram ele.

- Meu irmão, o cara fez assim: 'Vem cá Jorge!' Aí, Jorge, na frente de todo mundo, pensando que não ia acontecer nada, deixou a pistola no carro. ... Aí, já tinha batido no cara já. Achava que o cara tava com medo dele. Ia pedir desculpas! Além de tá apanhado, ia pedir desculpas pelo que aconteceu e tal. Aí tinha três caras do lado do muro assim. Quando ele veio de lá, foi os três. Meteram bala. ...

- Aí quando Jorge foi chegando: 'vem cá, Jorge!' Jorge pensava que não ia fazer nada. Aí foi chegando, quando foi chegando perto, o cara puxou uma automática, uma 380, uma pistola, tá tá tá tá. A cara de Jorge ficou parecendo um pastel de queijo.

- Eu soube que ainda ficou pedindo ajuda. Aí, chegou outro, deu um tiro de doze nele.

Ibura é um bairro densamente povoado cujos moradores integram o conjunto de trabalhadores pobres na Região Metropolitana do Recife. A comunidade, de onde provinha boa parte dos participantes nos grupos de discussão, tem uma história antiga de ocupações de terra mesclado com programas de habitação de órgãos governamentais que permitiu a formação de uma multiplicidade de associações de moradores que lutavam pelo direito à legitimidade da morada e ao acesso a serviços urbanos. O alto índice de desemprego e a intensidade de demandas para o consumo de drogas e outras atividades ilícitas formam redes de atores nestas atividades que residem em diferentes pontos nas comunidades, mas cujo trabalho e cuja presença na comunidade são repudiados pelo contingente da maioria da população residente.

Este contingente reconhece a necessidade e a inconveniência de conviver com este conjunto de atores, vistos como quem traz a violência para a comunidade (e não como protetores da comunidade como tem sido relatado em algumas outras situações de moradia urbana, sobretudo em referência a uns ‘tempos passados’). Nos relatos, a “comunidade agredida” convive e reage contra as arbitrariedades individuais e organizadas (pela polícia e pelos assaltantes e traficantes), na insistência de que eles devem poder recrear com segurança. A prepotência do machão violento é contrastada com referências à pacificidade (aparente) do cidadão casado que ganha parte do seu status pelo domínio que tem sobre a sua mulher (“coisa que não se faz com homem na frente da esposa”). Já o relato de violência doméstica, suscita uma reação cautelosa condenando a ação do agressor, mas marcada pela cumplicidade masculina e pela desconfiança da ação da justiça. Mitiga a culpa do homem e revela pouca expectativa positiva da justiça, que é percebida como operando contra os homens, resultando no julgamento das potencialmente nefastas consequências de uma denúncia que poderia ser subvertida pela mulher.

A confluência dos vários narradores do grupo revela que compartilham um conhecimento sobre o bairro e sobre os perigos. Isto tem como pano de fundo uma ideia, veiculada nos comentários sobre a

violência, sobre o que ostensivamente almejam: “ordem no pedaço”. Os jovens demonstram que podem acrescentar detalhes e dramatizações que sublinham bem além de uma onipresença da periculosidade, que é uma coisa vista e ouvida por eles (e evidentemente enriquecida por conteúdos do ouvir dizer), como se observa especialmente na repetição de dois integrantes do grupo de discussão em torno do momento dramático da chamada de Jorge pelos seus emboscadores justiceiros. Ocorre com figuras conhecidas, nomeadas e apelidadas, mas estas figuras estão rodeadas por outras figuras que não ganham nomes e identidades na comunidade, que podem ser acionadas pelas figuras conhecidas e que estão armadas até os dentes – com 380, armas automáticas, revólveres, todos capazes de transformar o ar numa pista de balas, e mutilar os corpos alheios. Torna-se um relato de ameaça anônima sempre presente, originada numa familiaridade cotidiana.

Em Itaparica, os relatos dos grupos de discussão realçam outras questões. A violência foi um assunto que empolgou bem menos o conjunto de jovens na hora da discussão, cujo relato principal suscitou conversas relacionadas ao exercício do trabalho, especialmente concernente à ameaça ao trabalho agrícola, resultante do roubo de aspersores para irrigação e para identificação das qualidades dos transgressores, inclusive remetendo as referências a um tempo na história da transformação recente da região pela intervenção do Estado e construção de lotes irrigados:

Sempre tem. Tem aqueles maconheirinho safado ladrão. Roubaram a moto do Raimundo da Ração. Roubaram umas pessoas. Quando tavam arquitetando os lotes, se tinha vazamento nas encanações e tudo. Ai teve um cara contando que trabalhava nisso, fazendo encanação. E disse que uma vez tava testando ai. ... Botava no lote, por exemplo, um lote de uma e meia (hectares), ai sete, seis, por onze dava sessenta e seis válvula. Ai botava sessenta e seis mais aspersores. Ai ligava o registro e via se tava com vazamento. Ai teve uma vez que chegou dois cabras cada um com um trinta e oito, aí botaram nele e levaram sessenta bico. Ai [o dono disse] ‘se quiser levar o resto pode levar!’. Ai o cabra chegou brabo, ‘ó comandante, pra que vocês deixaram levar?’ Ele fez ‘eu vou arriscar minha vida por causa de um salário velho que eu ganho, ainda

mais por causa de umas pessoas que eu não tenho nada a ver! Eu ainda mandei ele levar o restante’.

Esse negócio de roubo calou, no (Bloco) calou. Antes existia isso aí porque também era do governo, não era assim dono de lotes exatamente, mas agora que foi entregue o lote a cada seu dono, aí não existe mais isso não.

Nessas agrovilas é cheio de gente de fora, ‘Mineirinho, Arapiraca’... vieram tudo pra cá... Confia muito, a pessoa confia, aí eles aprontam. Aí quem paga é quem mora na agrovila.

O fazendeiro do lado de lá (cria problema). Plantava maconha e tudo. Aí o vizinho de lá mesmo dizia à polícia onde tinha pé de maconha, a polícia na dela. Mandava um helicóptero e achava o plantio de maconha dos vaqueiros lá. ‘Quem é que disse que aqui tem maconha?’. No pessoal vizinho que denuncia ele, é cacete. Cacete nos caras, ainda tem cabra pra pegar.

O papel da polícia é vir pra corrigir. Vem um trabalhador nosso com uma simples faca na cintura ela toma. Se ele disser ‘não rapaz, faça isso não!’, leva uma pisa. É só isso. Agora prender bandido que é bandido ela não faz isso não. O papel dela é esse aí, é fazer o que não deve...

Agrovila é muito discriminada, pode ter certeza, agrovila é discriminada em cidade, você... vá um cara de agrovila passar lá em Petrolândia! Falou que é da agrovila ‘agrovila, lugar de maconheiro, de bandido, de ladrão’... Em todo lugar tem ladrão, cidade tem, aí se vê o comentário ‘na agrovila tem um ladrão!’. Aí já é o suficiente pra todo mundo levar culpa, porque eu acho assim, é indicação minha: agricultor, foi agricultor já é bem menosprezado diante da sociedade, em todo lugar, e sendo de agrovila, é pior! Porque o cara de agrovila é menosprezado pra caramba ali em Petrolândia e essas cidadezinha. Aí é o que faz isso aí, vai alguém pra agrovila aí diz ‘ei rapaz a agrovila é perigosa, não sei o que, só tem ladrão, maconheiro’, mas em todo lugar tem, o que faz o lugar ser bom é a gente!

Os agricultores de Itaparica residem em conjuntos de comunidades reunidas em blocos de “agrovilas” compostas por cerca de 50 ou mais famílias de agricultores. O reassentamento, no final da década de

oitenta, foi uma ação vivida por moradores antigos da região como uma violência coletiva sob a responsabilidade e a administração da CHESF (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco). A inundação planejada arrancou os agricultores das suas bases ribeirinhas de trabalho no plantio irrigado, provocando a necessidade de uma resistência forte e uma defesa de continuidade de condições de serem agricultores, e não simplesmente indenizados sem terra. A luta sistemática por terra e condições de produzir e viver dos atingidos pelo reservatório foi encabeçada pelo ainda muito atuante Polo Sindical que vive a incômoda situação de ter que negociar os interesses dos trabalhadores e agricultores do sindicato. Isto também acarreta no Polo servir, às vezes, como mediador de ações governamentais, escolhendo e distribuindo os benefícios de políticas e programas governamentais bem específicos.

Nas suas novas terras, os aspersores, com a sua função de distribuir sistematicamente a água de acordo com determinações técnicas para o uso dos novos espaços e tempos produzidos no campo nesta região do sertão, simbolizam a nova tecnologia que os agricultores, sob a capacitação fornecida pelo governo, precisavam aprender após um período sem poder produzir. Tudo isso diante de demoras e repetidos erros técnicos na efetivação dos ditos programas do governo.

Apesar dos cuidados anunciados pelo governo em torno da manutenção de laços comunitários na remoção, em cada agrovila há algumas novas combinações de pessoas que antigamente não eram vizinhas. Então estas agrovilas têm passado muito tempo reestabelecendo laços comunitários, com fortes influências de antigas redes comunitárias acrescidas pelos elementos novos. Juntaram-se agricultores com forte apego ao Polo Sindical e às associações de produtores que brotaram da nova organização do campo, e outros que desconfiavam destes mesmos grupos por eles estarem no caminho da decisão camponesa autônoma. No meio desta rearticulação, apareceram brechas que permitiram a intervenção de indivíduos e de grupos associados a uma conhecida movimentação regional de redes de violência associadas a assaltos, ao comércio de drogas (sobretudo maconha) e a outras atividades. Ao acharem

estes espaços especialmente férteis para agir durante o período no qual os agricultores aguardavam voltar à produção, as suas ações sublinhavam a vulnerabilidade na recriação de laços comunitários do grupo que experimentava uma sensação de perda de controle diante de um governo que devia a eles, mas que os tratava com descaso e até repressão. O governo se imiscui nos interstícios das redes de produção de agricultores das comunidades reassentadas e da organização da sua produção através de associações que abrangem várias agrovilas. Também se faz presente diante da tentação e/ou ameaça dos grupos ilícitos. A mesma polícia, que vigia e pune os que fazem plantio ilícito de maconha e persegue gangues de assaltantes que agem nas rodovias, é a que reprime o agricultor trabalhador. Assim, os discursos sobre violência constantemente sublinham essas diferenciações e a estigmatização pela polícia, ou seja, pelo Estado.

Os discursos dos jovens realçam uma busca de valorização do trabalho “pacato” e revelam uma indignação, já parcialmente aliviada em relação ao período anterior, quando aguardavam terras com condições para produzir, mas a violência havia aumentado devido à ação do governo de desempregar e ainda ‘fazer marcação’ contra os agricultores. Há uma reafirmação da agricultura familiar e da continuidade do trabalho que dignifica mais que danifica. A ameaça vem de fora e tem fortes aliados. O agricultor, mesmo jovem, precisa se cuidar para defender uma moral própria e não sucumbir às pressões externas que podem desmontar a sua vida.

Os jovens índios Pankararu, quando se juntaram em grupos de discussão, se detiveram sobre o assunto de violência, ressaltando ainda outras questões:

Ela tava barriguda, a mulher dele. Um dia lá,... ele bebia, nesse tempo. Aí brigaram. Toda vez que eles tomava uma, brigava. Até que um dia, ele pegou e jogou um negócio em cima dela, e atirou nela. Aí, os menino se ajuntaram, os irmão (...). Pegaram ele, amarraram e... queria dar uma pisa. ... Ela pegou e não deixou não. Aí, deixaram ele amarrado num poste. Aí, ele pegou, se soltou e subiu no poste e disse que ia se matar. Aí, se aligou no poste. Aí, os meninos pegaram e subiram lá e deram uma cacetada nele, e ele se soltou. Parou de beber.

Já aconteceu caso aqui de... o rapaz... saiu com a menina... Isso eu acho que torna o sexo violento, né. O rapaz saiu com a menina, a menina, é baixinha, eu acho que ela tinha uns... doze anos. O rapaz que conquistou ela, saiu mais ela. Aí, teve outro rapaz que tava de olho, e ficou olhando pra eles, pra onde que eles iam, né. Aí, seguiu eles. Quando o cara que levou ela, transou mais ela... Aí, chegou o outro... pegou a peixeira, a peixeira dele, e bateu na bunda do cara. 'Caia fora!' O cara foi embora.

- Ele pegou a menina à força?

- A força não, né. Ou ela dava, ou ela levava umas facadas...

- Mas, a menina reclamou depois alguma coisa?

- Não, a menina num reclamou foi nada. ... Eu acho que não sei, né (...)
foi que gostou, se foi que não gostou. Ficou com vergonha, eu acho.
(...) O cara pegou a faca e dá... na bunda do cara e o cara foi embora!

Esse camarada é índio, Carlinhos (risos). Aí, ele pegou amizade com uns caras aí por fora. Uns maconheiro, sabe. Aí, eles tavam infiltrando na aldeia. Fazendo dentro da aldeia da gente. Tacaratu, Petrolândia. Aí... uma vez roubaram uma moto de um posseiro. Aí, os posseiros se juntaram tudinho e foram lá... pra casa do Carlinhos.

Tacaratu nunca muda o jeito deles... tudo que acontece, é os caboclo.

Inveja, eu acho que eles têm inveja, né. (...) têm inveja (...). Têm, mais raiva, né.

Ó, sobretudo nós (...) é que nem nós falamos aqui sobre a discriminação do povo de Tacaratu com os índios Pankararu, né. Que, por exemplo, se... chega um índio da (aldeia) do Brejo ou do, por exemplo, Barroco e Serrinha, ali (...), como exemplo, a polícia já cai no cacete. Aí, se tem um branco em Tacaratu, já tem defesa, porque é de fora. ... o povo discrimina a área indígena, os índios. Discriminação é isso.

A etnia Pankararu é uma das etnias indígenas com as mais antigas tradições de ocupação do seu próprio território em reserva formalmente reconhecida pelo Estado. Perdeu alguns locais de referência sagrada entre as corredeiras do Rio São Francisco que foram inundados no mesmo processo que deslocou os agricultores

de Itaparica, mas continuam trabalhando, como há séculos, com agricultura de chuva em um microambiente da serra que, hoje em dia, muito os diferencia dos agricultores irrigadores. Há muitos anos, convivem com uma área de “posseiros” não indígenas que ocupam uma faixa bastante fértil das terras no pé da serra, mais próximas ao Rio. A força da luta para a preservação e a reafirmação constante de uma identidade cultural à parte, contribui para uma demarcação bastante nítida entre os Pankararu e os não-Pankararu, entre o índio e o não-índio. A disputa interna ocorre num espaço de construção de redes de sociabilidade que, ao trabalhar coletivamente a identidade indígena com rituais frequentes, reforçam a divisão das facções que se formam entre as aldeias da reserva, mas que, simultaneamente, servem mais ainda para demarcar a sua diferenciação dos não-indígenas. Estas disputas internas sinalizam a enorme importância do parentesco e do pertencimento territorial para este grupo e o seu afastamento mais nítido (mas evidentemente não completo) da atuação em redes, ilícitas ou não, externo ao grupo e dissociadas da criação coletiva da indianidade.

A força da identidade étnica é evidente nos relatos da juventude indígena porque o enfoque dos rapazes, mesmo mencionando ladrões e assaltantes de fora da reserva, são as relações internas da comunidade (ladrões de galinhas são citados várias vezes), são as relações de gênero e de sexualidade internas da comunidade que mais empolgam o grupo. Isto reflete a formação de facções que reportam à importância dos “troncos familiares” e aos seus territórios com a ação da comunidade contra os agressores. Também, na fala sobre a dubiedade da vontade da jovem cujo parceiro foi afastado a ponta de faca por um outro homem, enxerga-se uma dificuldade em identificar as ameaças do homem como fator inibidor do “encaminhamento de uma reclamação” pela mulher. Quando possível, em assuntos próprios ao grupo étnico, procuram favorecer o arbítrio das decisões e julgamentos internamente. Em outras partes das falas no grupo de discussão, é muito frequente a referência aos conselhos e às ações dos pais para estes jovens. Roubo, assaltos e maus tratos ocorrem de fora para dentro, infiltrando nas aldeias e discriminando contra a etnia toda,

quando ocupa espaços extra-reservas. A representação da qualidade deste tipo de violência, característica da polícia e de gangues, gera uma condenação generalizada do grupo inteiro, superando, parcialmente, as manifestações de faccionalismo interno.

Violência e contextos para a masculinidade juvenil

Sem recorrer a comparações diretas entre falas de homens adultos e de mulheres jovens e adultas, é difícil perceber as especificidades que se deviam atribuir ao fato dos falantes serem homens e serem jovens. As interseções, identificadas num trabalho anterior (Scott e Franch 2002) sobre jovens e moradia apresentadas na primeira parte deste trabalho (gênero; família; estudo e trabalho; recreação e segurança; e patrimônio, parentesco e individualização), todas aparecem tanto nestes relatos de jovens homens, quanto em relatos de jovens mulheres, e de adultos de ambos os sexos, mesmo que contenham ênfases diferentes. São assuntos como estes que formam a “carne” dos relatos dos jovens ouvidos nos grupos de discussão. Ao focalizar, especificamente relatos sobre violência, localizamos o discurso numa área reconhecidamente significativa para jovens homens nacionalmente (Adorno 2005 e Waiselfisz 2000, 1998, Ceccheto 2004) e internacionalmente (Ferrandiz e Feixa 2005). É um discurso tendencioso, como o é qualquer outro discurso (Scott 2006).

Um contraste entre duas obras recentes sobre jovens ilustra esta questão. Ferrandiz e Feixa (2005) fazem uma escolha explícita de ênfase sobre violência juvenil ao juntar estudos independentes de diversos autores. Hansen (2008) parte de outra maneira de focalizar jovens, com uma pesquisa de equipe em três contextos nacionais diferentes, ressaltando práticas juvenis de aquisição de habilidades e conhecimentos nos campos de educação, mídia/comunicação e moradia em cidades do “sul global”. Não cabe, aqui, apresentar o conteúdo concreto dos dois conjuntos, mas é interessante que ambos os trabalhos inserem os seus relatos sobre juventude em realidades nacionais diferentes (El Salvador, Chile, México, Venezuela, Espanha,

Itália, Palestina, África do Sul e os Estados Unidos, no primeiro caso; Zâmbia, Vietnã e Brasil, no segundo). Estas “nações” diferentes fornecem um quadro de referência de variada importância nas interpretações sobre contextos de violência.

Hansen (2008), ao trilhar um caminho de compreensão da juventude onde a expressão da violência não decorre automaticamente da ênfase do estudo, termina por mostrar maneiras diversas pelas quais contextos sociais urbanos, informados por condições nacionais em continentes muito díspares, moldam violências que estão estruturadas por forças fora do controle dos jovens. Exigem maneiras específicas muito diferentes de adquirir conhecimentos, de comunicar-se com outros e de dedicar-se aos estudos. Assim, chega a uma conclusão que as violências, vividas por jovens nas cidades, se impõem e exigem respostas bastante variadas de jovens, homens e mulheres.

No estudo de Hansen (2008), um dos aspectos salientes da violência enfrentada pelos jovens de Hanói se manifesta nos espaços, rigorosamente limitados, que exigem uma adesão, pelo menos aparente, a um projeto nacional. Em Lusaka, a pobreza e a dizimação da população pela epidemia de AIDS sistematicamente tolgem as oportunidades dos jovens em adquirir habilidades e conhecimentos que possam projetá-los para uma vida com novas perspectivas. Já no Brasil, e, mais especificamente, em Recife, a marcada desigualdade e multiplicidade de redes diferentes que permeiam a cidade sujeitam os jovens a uma convivência cotidiana com atos violentos ao seu redor onde o desafio é escolher um caminho que possa ressaltar a moralidade do seu segmento social. Os contextos falam tão ou mais alto que os indivíduos. Sem o objetivo anunciado de buscar a violência no estudo, ela aparece. Implicitamente, este empenho não deixa de constituir, desde o início, uma das finalidades do livro produzido pela equipe de Hansen, apesar do seu ponto de partida ser explicitamente distinto.

Para o livro editado por Ferrandiz e Feixa (2005), o tema enfatizado são as “culturas de violência” e na sua valiosíssima discussão final no Epílogo, que leva o mesmo nome sugestivo que o livro (*Jóvenes sin trégu*a), os autores reconhecem abertamente uma vontade de (re)

conceptualizar a relação entre violência e juventude abordando diretamente o assunto. Os editores se esforçam para que o seu objeto se desmanche e para que a violência não tome conta de tudo que se fala sobre jovens homens. A expectativa é de contribuir para um debate mais matizado sobre uma relação tratada com certa obviedade por muitos. Dito de outra maneira, ao ajustar melhor as lentes de observação, pergunta-se sobre a necessidade de, ao tematizar a juventude e os homens, sempre ter que desembocar na violência. O epílogo insiste em muitos (re)pensamentos cujo alvo é a desconstrução de ideias que sustentam as associações mais simplórias entre jovens e violência, diminuindo a força das bases de pensamentos que naturalizam excessivamente, e argumentando que não há porque acreditar que jovens têm que ser violentos por natureza. Parece haver uma certa confusão entre exuberância e violência (Elias; Dunning 1992). Também insiste em evitar politização precipitada e sem sutilezas da violência enquanto assunto que diz respeito à juventude (a denúncia fácil que leva a tratar jovens como alvo predileto de ações repressoras da segurança pública). Por outro lado, apela para uma densidade de interpretação suficiente para não deixar de perder o conteúdo político do que não parece ser político (por exemplo, quando atos violentos chamam a atenção para alguma injustiça). Recomenda o afastamento de abordagens que remetem a uma história intelectual que hiper enfatiza culturas juvenis segregadas, pois se inserem nas configurações sociais dos contextos em que operam. Em resumo, o epílogo mostra que, nas representações e no corpo dos jovens homens, se leva as insígnias das suas condições particulares marcadas por violência numa luta para dar uma dimensão diversificada de significados aos seus atos, e a leitura destes significados requer desdobrada atenção.

Ainda inspirado no epílogo de Ferrandiz e Feixa (2005), que desconstrói e reconstrói processos sociais e pensamentos recorrentes nos estudos que associam masculinidade e juventude, buscou-se elucidar as interpretações acerca dos relatos sobre violência dos diferentes grupos sociais de moradores urbanos do Ibura, agricultores reassentados de Itaparica e Indígenas das terras dos Pankararu. Neste

caminho, é mister que a juventude seja percebida como um termo relacional que costuma operar como um posicionamento de oposição a outras gerações (será isso a referência principal do *sin tréguu* do título?). Assim, a inserção geracional é mais forte do que a questão concreta de idade por trazer o aporte de poder e hierarquia, e há uma variedade de configurações que informam como esta relação se coaduna com outras estruturas de poder que operam sobre grupos específicos.

As qualidades tão frequentemente associadas à masculinidade hegemônica têm capacidade de inserirem-se diferentemente nas estruturas de poder onde se produzem e, assim, provocam leituras matizadas da inserção social dos agentes que identificam uma multiplicidade de fatores, de dominação e subordinação, contextualizados.

Para encerrar estas considerações, após esta breve incursão em estudos comparativos recentes que visam contribuir para a construção “para além da violência” e para compreender jovens, retorna-se a atenção de uma forma mais sucinta aos relatos dos jovens que participaram nos grupos de discussão no Ibura, em Itaparica e entre os Pankararu, justamente para realçar estas leituras contextualizadas. Vale a pena enfatizar quatro pontos principais:

1. Sobre geração - um ponto ressaltado nos relatos citados foi marcante na estrutura do diálogo sobre violência: todos os grupos de jovens reclamaram contra a discriminação sistemática sofrida pelo seu grupo “na boca dos outros”, logo após a sessão dos grupos de discussão sobre violência. Ou seja, o discurso da violência lembra as relações de poder que colocam as populações desvalorizadas numa situação inferiorizada na relação entre grupos. E não é uma reclamação passiva, pois é permeada por acusações de violência em relação ao que os outros fazem e insiste na procura do caminho por relações sociais pacíficas que recuperem uma imagem positiva da comunidade e de seus homens. Os alvos da oposição destes jovens são diversos, mas o seu discurso é permeado pelo uso de valores de adesão aos seus grupos de referência e um posicionamento de oposição, de revolta e de magoas

contra os elementos das estruturas de poder que impedem o seu reconhecimento como figuras de valor significativo nos cenários onde interagem.

2. Sobre gênero - para os jovens homens (sem implicar que não exista também para os homens adultos e para as mulheres) há um reconhecimento da existência de uma violência de gênero muito presente e compreendida como interna das comunidades. Mas os relatos de jovens homens poupam os homens da plena culpabilidade. Há uma desconfiança em torno das ações das mulheres. O receio que uma denúncia ou uma reclamação poderia desencadear represálias contra os jovens se relaciona com a fraqueza de estruturas de apoio inclusive às próprias vítimas mulheres, mas, na perspectiva destes homens, o perigo jaz nos danos potenciais a eles mesmos. A vulnerabilidade destas redes de apoio pode redundar em denúncias que são apenas passageiras, podendo ser “retiradas”, bem como na restrição do tratamento da questão aos atores locais resultando em reinstalações ou reforço das hierarquias internas de desigualdade de gênero. Estes relatos revelam a condição ainda muito precária das próprias mulheres, como também mostra o quanto os homens pautam a relação entre eles mesmos em torno do que acontece com as mulheres que fazem parte do seu ambiente cotidiano.

3. Sobre a violência - ressalta-se que é multifacetada e permeia a vida de todos, mas em graus bastante diferentes. Para cada grupo visto, a própria emergência de temas específicos e a maneira de elaborar comentários sobre eles são chaves importantes para a compreensão dos valores do grupo. Trabalhar com uma pré-definição que restrinja bastante o que se entende como violência seria perder um instrumento de compreensão de significados importantes para cada grupo.

4. Lembrando a introdução do trabalho, nos relatos que simultaneamente afirmam conhecimento e demonstram distanciamento, é possível dizer que não há dúvida de que os jovens elaboram um

discurso que passa por imperativos da apresentação masculina sobre o mundo. Os jovens ouvidos tiveram muito cuidado em demonstrar domínio e conhecimento detalhado sobre a constituição da rua como espaço próximo e como espaço perigoso, um discurso que valoriza a provisão e a proteção possibilitadas no meio local. Quem foi escutado por nós elaborou um discurso que, mesmo que mostre um amplo conhecimento de práticas e praticantes de “culturas de violência”, insiste numa construção da continuidade das coletividades das quais fazem parte.

- Os jovens do Ibura retratam uma violência entremeada no bairro, evidenciando detalhes ao mesmo tempo em que mostram a sua própria distância dos fatos que repudiam. O homem jovem urbano precisa ser bastante experto para saber identificar a violência no seu entorno e mostrar que nela, ele não participa.
- Os jovens do Itaparica ressaltam o momento histórico de fragilização da agricultura e da moralidade familiar por causa de uma atuação do Estado que os colocou em alta dependência. Deixou-os associados a contraventores, taxados de uma forma estigmatizante através de ações repressoras da polícia e por opiniões infundadas de segmentos sociais privilegiados nas cidades.
- E os jovens indígenas falam de uma violência que evidencia uma sensibilidade aguçada contra os que demonstram um preconceito arraigado contra índios. É marcante quanta atenção se dirige à violência doméstica e contra mulheres num ambiente de etnogênese (reforço da indianidade) que sugere que a endogamia, desde namoro até casamento, é para ser promovida, e os forasteiros, afastados e humilhados.

Em geral, os jovens fazem uma leitura crítica que revela que são sensíveis às variadas dinâmicas que favoreçam a reprodução de valores destas coletividades. Não há uma masculinidade juvenil que não seja

temperada fortemente pelas relações que predominam na configuração de história local e estruturas de poder do seu grupo.

As interpretações, ressaltadas aqui, implícita ou explicitamente, remetem a uma complexificação do objeto para tornar a presença da violência na vida dos jovens mais compreensível, sugerindo uma convergência não na sua apologia, mas sim no desarme do uso desta presença como instrumento de acusação que culpe jovens que estão buscando o seu espaço no mundo.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira, ALVARENGA, Augusta Thereza de e VASCONCELOS, Maria da Penha Costa (orgs.) (2005). **Jovens, Trajetórias, masculinidades e direitos**. São Paulo: Edusp.
- CECCHETTO, F (2004). **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- CONNELL, Robert (2010). **On men and violence**. United Nations INSTRAW Virtual Seminar Series on Men's Roles and Responsibilities in Ending Gender-based Violence. Disponível em: <http://www.health.columbia.edu/pdfs/on_men_violence.pdf>. Acesso em: maio 2009.
- CONNELL, Robert (1997). La Organización Social de la Masculinidad. In: VALDÉS, Teresa; OLIVARRÍA, José (eds.). **Masculinidad/es: Poder y Crisis**. Santiago: Ediciones de las Mujeres.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric (1992). **A busca da excitação**. Lisboa: Difel.
- FERRANDIZ, Francisco e FEIXA, Carlos (eds.) (2005). **Jóvenes sin tréguas: culturas y políticas de la violencia**. Barcelona: Anthropos.
- GUTMANN, Matthew C. (1997). *Trafficking in Men: The Anthropology of Masculinity*. **Annual Review of Anthropology**, vol.26, p.385–409.

- HANSEN, Karen Tranberg (ed.) (2008). **Youth and the City in the Global South**. Bloomington: Indiana University Press.
- KIMMEL, M. (1998). A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas. **Horizontes Antropológicos: corpo, saúde e doença**, n.9, p.103-117.
- OLAVARRÍA, José (2003). **Varones Adolescentes: gênero, identidades y sexualidades em América Latina**. Santiago, Chile: FLASCO, FNUAP, Red de Masculinidades, 2003.
- SCOTT, R. Parry (2006). Etnografia, contextualização e comparação no estudo de jovens e famílias. In: CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro e HOFFNAGEL, Judith (orgs.). **Pensando família, gênero e sexualidade**. Recife: PPGA/Editora Universitária da UFPE, p.147-167.
- SCOTT, R. Parry e FRANCH, Mónica (2002). Jovens, moradia e reprodução social: processos domésticos e espaciais na aquisição de habilidades e conhecimentos. **Estudos de Sociologia**, vol.7, n.1-2, p.95-125.
- SCOTT, R. Parry, ATHIAS, Renato Monteiro e LONGHI, Márcia Reis (2005). Como os nossos pais? Homens e gerações em três contextos diferentes de Pernambuco. In: ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira, ALVARENGA, Augusta Thereza de e VASCONCELOS, Maria da Penha Costa (orgs.). **Jovens, Trajetórias, masculinidades e direitos**. São Paulo: Edusp.
- SCOTT, R. Parry, ATHIAS, Renato Monteiro, e QUADROS, Marion Teodósio (orgs.) (2007). **Saúde, Sexualidade e Famílias Urbanas, Rurais e Indígenas: Interpretações Políticas**. Recife: PPGA/Editora Universitária da UFPE.
- SCOTT, R. Parry, QUADROS, Marion Teodósio, LONGHI, Márcia Reis (2002). Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol.19, n.1, p. 209-228.
- WASELFISZ, Julio Jacobo (2000). **Mapa da Violência: os jovens no Brasil**. Brasília: UNESCO.

WASELFISZ, Julio Jacobo (1998). **Mapa da Violência: os jovens no Brasil: juventude, violência e cidadania**. Rio do Janeiro: Garamond.

ZALUAR, Alba (2006). Juventude e Segurança Pública. **Cadernos do Fórum Nacional 5**, vol.5, p.67-87.

Sobre os autores

Chris Haywood

Doutor pela Universidade de Newcastle, na Inglaterra. É docente da mesma universidade no Departamento de Comunicação e Estudos Culturais. Tem diversas publicações nas áreas de masculinidade, educação e geração e nas narrativas nacionais acerca da construção da identidade.

E.mail: c.p.haywood@nlc.ac.uk

Elisabete Dória Bilac

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1983). É docente aposentada do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Neto (UNESP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desenvolve pesquisas no campo da Sociologia e da Sócio-demografia, com ênfase nos estudos sobre Família e Reprodução, especialmente nos seguintes temas: relações de gênero, configurações familiares, chefia feminina, mercado de trabalho. É pesquisadora 1A do CNPq.

E.mail: ebilac@nepo.unicamp.br

Liana Lewis

Doutorado em Antropologia pela Nottingham Trent University (2005). Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência nas áreas de relações raciais, infância, identidade, sexualidade e gênero. É vice-líder, o grupo de pesquisa Redes, Sociabilidade e Poder.

E-mail: lianalew@hotmail.com

Mairtín Mac an Ghail

Doutor pela Universidade de Aston. É professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Birmingham. Tem diversas publicações nas áreas de masculinidade, educação, geração e nas narrativas nacionais acerca da construção da identidade.

E.mail: m.macanghaill@bham.ac.uk

Malvina Muszkat

Psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP (1980). Atua em projetos de pesquisa, em assessoria para programas voltados para Organização e Políticas Públicas nas áreas de sexualidade, violência, educação, saúde, cidadania e direitos humanos.

e.mail: muszkat@uol.com.br

Maria Coleta Oliveira

Doutorado em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo (1981). Atualmente é professora do Departamento de Demografia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Estudos Populacionais/ABEP, membro da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento/CNPD, membro da International Union For The Scientific Study of Population/IUSSP e coordenadora, no Brasil, da Latin American Family Network. Tem experiência na área de demografia, com ênfase em família e reprodução, atuando principalmente nos seguintes temas: família, reprodução, população.

E.mail: mcoleta@nepo.unicamp.br

Marion Teodósio de Quadros

Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professora do Departamento de Antropologia e Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. É pesquisadora do FAGES (Grupo de Pesquisa em Família, Gênero e Sexualidade). Tem experiência nas áreas de família, gênero e saúde, dando atenção especial para reprodução, sexualidade, masculinidade, parentesco e feminismo. Atualmente tem se dedicado a interfaces entre Antropologia, Feminismo e Educação.

E.mail: marionteodosio@yahoo.com

Parry Scott

Doutor pela University of Texas em Austin (1981). Professor do Departamento de Antropologia e Museologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do FAGES (Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade). Suas pesquisas e publicações realçam a relação entre a esfera doméstica e as estruturas de poder e incluem livros, artigos, apresentações e orientação de trabalhos sobre grupos domésticos em áreas rurais e urbanas. Abarcam gênero, geração, migração, projetos de desenvolvimento, programas de saúde, bem como teoria, história e comparação na Antropologia. É pesquisador Nível 1 do CNPq.

E-mail: scott@hotlink.com.br

Este livro, de tamanho 14,8cm x 21cm, foi composto em Garamond e utilizou papel Triplex 260g/m² para capa e papel Offset 75g para miolo. Foi impresso e montado na Oficina Gráfica da Editora Universitária da UFPE.